

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NA REDE CONTRA O AUMENTO: OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E O
ATIVISMO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO NO FACEBOOK

Marianne Malini de Lima

Vitória

2017

Marianne Malini de Lima

NA REDE CONTRA O AUMENTO: OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E O
ATIVISMO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO NO FACEBOOK

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito necessário à obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais.

Vitória

2017

NA REDE CONTRA O AUMENTO: OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E O
ATIVISMO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO NO FACEBOOK

Marianne Malini de Lima

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada por:

Professora Dr^a. Euzeneia Carlos do Nascimento (orientadora) (PGCS/UFES)

Professora Dr^a Marisa von Bülow (IPOL/UNB)

Professor Dr. Fábio Goveia (PÓSCOM/UFES)

Agradecimentos

À minha família pelo amparo e por todos os sonhos alimentados, ações que me impulsionam e me fazem acreditar que a educação pode ser transformadora na minha vida.

À minha orientadora, Euzeneia Carlos, pela seriedade e tempo dedicado na condução do trabalho. Obrigada pela tranquilidade na resolutividade dos problemas da pesquisa e pelo amparo nos duros momentos em que era necessário fazer escolhas.

Ao Labic, meu reduto intelectual, permeado por muito amor e colaboração. Agradecimento especial ao Patrick, por sua generosidade e parceria na proposição de grande parte das soluções para os problemas técnicos que obtivemos neste estudo. Ao Nelson, nosso visualizador tão amado, autor das minhas redes, que me enlouqueceu com seus atrasos, mas que ampliou meu sorriso com os resultados. À Veronica, tão amiga, disposta e detalhista em suas revisões. Ao Fabio Goveia por aceitar o convite para ser membro da minha banca, e por contribuir, de forma direta, para a minha formação acadêmica. Aos demais, agradeço pelos abraços e palavras de conforto nos momentos de desespero, pelas comidas e selfies compartilhados no dia a dia. Labic é amor!

À Marisa, a boa surpresa desta fase, que ensina a todos a sua volta que é possível obter conhecimento por meio de colaboração, humildade, laço e generosidade. Obrigada por aceitar ser membro da minha banca, por iluminar caminhos e por me confortar em momentos difíceis. Gratidão eterna!

Aos amigos fruto deste processo do mestrado, obrigada pelas trocas estabelecidas e amparo quando acreditei que não seria possível. De maneira especial, agradeço à Michelli, Jéssica, Bárbara, Priscila, Maria Alice e Tayrine pela sororidade feminina, e por compartilhar comigo a crença de que caminhar em união vale muito mais do que sozinha.

Aos meus professores pela formação exemplar e confiança neste trabalho. De forma especial, agradeço à Cristina Dadalto, coordenadora da pós, que conduziu com muita humanidade os processos que necessitei para a conclusão do mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pelo investimento na pesquisa, essencial para a alimentação de jovens sonhadores como eu.

Resumo

Junho de 2013 representou um marco na história política do Brasil pela difusão de uma onda de protestos em várias cidades. Teve no movimento Passe Livre de São Paulo (PLSP) a sua gênese e na internet forte aliada para organização, mobilização e divulgação de fatos ocorridos nas ruas. Esta dissertação se debruça sobre esse contexto e tem a intenção de realizar uma análise a respeito da atuação do movimento Passe Livre São Paulo no Facebook entorno dos protestos contra o aumento da tarifa de transportes coletivos na capital paulista, compreendendo quadros interpretativos, interações e repertórios empregados no ambiente online entorno dos seus atos realizados em rua.

Palavras-chave: Protesto; Internet; Movimentos Sociais

Abstract

June of 2013 represented a milestone in the political history of Brazil by the spread of a wave of protests in several cities. It had in the movement Passe Livre de São Paulo (PLSP) its genesis and in the strong allied internet for organization, mobilization and divulgation of facts occurred in the streets. This dissertation focuses on this context and intends to carry out an analysis regarding the performance of the movement Passe Livre São Paulo on Facebook surrounding the protests against the increase of the rate of collective transportation in the city of São Paulo, comprising interpretative pictures, interactions and repertoires employed In the online environment surrounding their acts performed on the street.

Keywords: Protests; Internet; Social movements

Lista de Figuras

Figura 1: Plenária de fundação do Movimento Passe Livre no Fórum Social Mundial em 2005	46
Figura 2: Protestos do Passe Livre São Paulo em 2005	49
Figura 3: Protestos do Comitê de Luta pelo Passe Livre em 2006.....	50
Figura 4: Protestos do Comitê de Luta pelo Passe Livre em 2010.....	51
Figura 5: Protestos do Comitê de Luta pelo Passe Livre em 2011.....	52
Figura 6: Linha histórica dos eventos de protestos do Passe livre São Paulo em junho de 2013	55
Figura 7: Protesto contra o aumento da tarifa em Pirituba, no dia 27 de maio de 2013.....	58
Figura 8: Protesto contra o aumento da tarifa em São Paulo, no dia 28 de maio de 2013.	58
Figura 9: Protestos contra o aumento da tarifa na região da M'Boi Mirim, no dia 03 de junho de 2013	59
Figura 10: Primeiro Grande ato do Passe Livre São Paulo, em 06 de junho de 2013.....	60
Figura 11: jornalista atingida por bala de borracha no quarto grande ato do Passe Livre São Paulo, em 13 de junho de 2013	63
Figura 12: Postagem mais curtida pelo público entre o período de maio e julho de 2013.....	89
Figura 13: Postagem mais compartilhada pelo público entre maio e julho de 2013	90
Figura 14: Postagem mais comentada pelo público entre maio e julho de 2013	92
Figura 15: Interações do Passe Livre São Paulo no Facebook, em maio de 2013	111
Figura 16: Interações do Passe Livre São Paulo no Facebook, em junho de 2013	113
Figura 17: Interações do Passe Livre São Paulo no Facebook, em julho de 2013	114

Lista de Quadros

Quadro 1: Síntese dos objetivos do trabalho e os recursos metodológicos utilizados	22
Quadro 2: Delegações presentes na plenária de criação do Movimento Passe Livre no Fórum Social Mundial	46
Quadro 3: Rede de Coletivos do Movimento Passe Livre no Brasil.....	47
Quadro 4: Eventos de protestos em São Paulo, entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013	56
Quadro 5: Data da primeira postagem das páginas dos coletivos do Movimento Passe Livre no Facebook	80
Quadro 6: Quadros interpretativos presentes nos resultados da análise.....	93

Lista de Tabelas

Tabela 1: Contextos relacionados aos dez maiores picos de postagem na página do PLSP entre maio e julho de 2013.....	86
Tabela 2: Cinco principais picos de curtidas nas postagens do Passe Livre São Paulo no Facebook...	88
Tabela 3: Cinco principais picos de compartilhamentos nas postagens do Passe Livre São Paulo no Facebook.	89
Tabela 4: Cinco principais picos de comentários nas postagens do Passe Livre São Paulo no Facebook.	92
Tabela 5: Conteúdos presentes no quadro efeito demonstração.....	100
Tabela 6: Rastros de Repertórios Offline empregados entre maio e julho de 2013 pelo Passe Livre São Paulo nas ruas.....	102
Tabela 7: Volume de interações do público nas postagens mobilizatórias de ações do Passe Livre São Paulo nas ruas, entre maio e julho de 2013	104
Tabela 8: Campanhas online na página do Passe Livre São Paulo no Facebook.....	104
Tabela 9: Volume de interações do público nas postagens mobilizatórias de ações do Passe Livre São Paulo em sua página no Facebook, entre maio e julho de 2013.....	106
Tabela 10: Volume de postagens com rastros de interações do Passe Livre São Paulo em sua página no Facebook, entre maio e julho de 2013.....	108
Tabela 11: Eventos Re-compartilhados pelo PLSP em sua página no Facebook	109

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Histórico de uso do Facebook pelo Passe Livre São Paulo (entre 2011 e 2016)	84
Gráfico 2: Volume de Postagens do Passe Livre São Paulo no Facebook, entre maio e junho de 2013	85
Gráfico 3: volume de curtidas às postagens na página Passe Livre São Paulo, em junho de 2013.....	88
Gráfico 4: volume de compartilhamentos às postagens na página Passe Livre São Paulo, em junho de 2013.....	90
Gráfico 5: volume de comentários às postagens na página Passe Livre São Paulo, em junho de 2013.	91
Gráfico 6: Tipo de enquadramentos do Passe Livre São Paulo em sua página no Facebook	94
Gráfico 7: Enquadramento Diagnóstico	95
Gráfico 8: Uso do enquadramento diagnóstico entre maio e julho de 2013	96
Gráfico 9: Enquadramento Prognóstico	97
Gráfico 10: O Uso do enquadramento Prognóstico entre maio e julho de 2013	98
Gráfico 11: Enquadramento Motivação	99
Gráfico 12: Uso do enquadramento motivação ao longo do tempo	101
Gráfico 13: Rastros de Repertórios Offline entre maio e julho de 2013.	103
Gráfico 14: Campanhas online realizadas na página do Passe Livre São Paulo, entre maio e julho de 2013.....	106
Gráfico 15: Intencionalidade das Postagens Relacionais do Passe Livre São Paulo em sua página, entre maio e julho de 2013	108
Gráfico 16: Atuação das páginas de organizações/movimentos com postagens compartilhadas e mencionadas pelo Passe Livre São Paulo, entre maio e julho de 2013.....	109
Gráfico 17: Compartilhamento de conteúdo próprio na página do PLSP, entre maio e junho de 2013.	110

Lista de abreviaturas e siglas

ALES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
ARS	Análise de Redes Sociais
CMI	Centro de Mídia Independente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EZLN	Exército de Libertação Nacional do México
FDTP	Fórum de Defesa do Transporte Público
FFLCH	Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
GT	Grupo de Trabalho
LABIC	Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NAFTA	Tratado de Livre Comercio da América do Norte
nTICs	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
NUPAD	Núcleo Participação e Democracia
OMS	Organização de Movimento Social
ONG	Organização Não Governamental
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PLSP	Passé Livre São Paulo
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SIT	Sistema Integrado de Transporte
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
UBES	União Nacional dos Estudantes Secundaristas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPA	Unidade de Polícia Pacificadora
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

PRÓLOGO	14
INTRODUÇÃO.....	17
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
A QUESTÃO CENTRAL: COMO ELA PODE SER RESPONDIDA?	19
O RECORTE TEMPORAL DO ESTUDO	20
FONTES E PROCESSOS DE COLETA DE DADOS.....	21
VISUALIZAÇÕES E ANÁLISES DOS DADOS	24
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1 - DINÂMICAS DE CONFRONTO POLÍTICO, INTERNET E MOVIMENTOS SOCIAIS	27
1.1- REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA.....	30
1.2 - QUADROS INTERPRETATIVOS.....	32
1.3 - REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS.....	34
1.4 - A EMERGÊNCIA DO ATIVISMO DIGITAL COMO INOVAÇÃO AOS ESTUDOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS.....	37
CAPÍTULO 2 - PROTESTO CONTRA A TARIFA: A LUTA QUE NÃO COMEÇOU, NEM TERMINOU EM JUNHO DE 2013.....	41
2.1 - DAS REVOLTAS CONTRA A TARIFA À REDE FEDERATIVA DE COLETIVOS LOCAIS DO MOVIMENTO PASSE LIVRE.....	43
2.2 - PROTESTOS CONTRA TARIFA EM SÃO PAULO: DO HISTÓRICO PRETÉRITO A JUNHO.....	48
2.3 - O CICLO DE PROTESTOS EM JUNHO DE 2013	54
2.3.2 <i>Os sete grandes atos</i>	59
2.3.3 <i>Continuidades e inovações</i>	71
CAPÍTULO 3 - O ATIVISMO DIGITAL DO MOVIMENTO PASSE LIVRE DE SÃO PAULO EM 2013	77
5. 1 – O FACEBOOK COMO RECURSO DE AMPLIAÇÃO DA LUTA	78
5.1.1 – <i>A criação da Página</i>	79
5.1.2 – <i>Aprendendo a usar o Facebook</i>	82
5.1.3.1 – <i>Intensidade de publicações na página</i>	84
5.1.3.2 – <i>A adesão popular à página</i>	87
5.3 – ENQUADRANDO OS PROTESTOS	93
5.3.2 <i>Enquadramento Diagnóstico</i>	94
5.3.3 <i>Enquadramento Prognóstico</i>	97
5.3.1 <i>Enquadramento Motivação</i>	99
5.4 – OS RASTROS DOS REPERTÓRIOS NA REDE.....	102
5.4.1 – <i>Rastreamento os Repertórios Offline</i>	102
5.4.2 – <i>Campanhas Online</i>	104
5.5 – LAÇOS E PAPÉIS: A REDE DE ALIANÇAS DO PASSE LIVRE SÃO PAULO NO FACEBOOK NOS PROTESTOS DE 2013	107
5.5.1 – <i>Identificando Interações em Compartilhamentos e Menções</i>	107
5.5.2 – <i>Dos laços na rede, aos papéis estabelecidos nas ruas</i>	110
CONCLUSÃO.....	116
BIBLIOGRAFIA.....	118

Prólogo

São inúmeros os esforços de pesquisadores de todo mundo para compreender as ações dos movimentos sociais no século XXI e a sua relação com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (nTICs). No Brasil, esses estudos se avolumaram nos últimos anos, sobretudo após o ciclo de protestos de 2013, que além de enorme perplexidade causada por forte adesão popular às ruas, chamou atenção pela forma central com que as redes sociais digitais foram apropriadas, especialmente em processos de organização, difusão de informação e de mobilização social.

No início de 2014 me inseri em uma pesquisa no Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) - pertencente ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) -, que visava entender quais os conteúdos difundidos por usuários do Twitter durante junho de 2013, associado especialmente à hashtag #vemprarua, uma das principais usada em processos mobilizatórios do período na internet. Embora não soubesse, nascia ali o embrião deste trabalho e a minha experiência em estudos sobre movimentos sociais e internet. Uma vivência que me situou numa posição de fronteira entre às Ciências Sociais e a Comunicação Social, marcada por inúmeros desafios teóricos e metodológicos, assim como uma rica experiência de trabalho coletivo, dinâmico e criativo.

Pelo fato de pertencer a um laboratório que realizava estudos de internet, a proposta deste trabalho sempre teve foco na ação do movimento Passe Livre de São Paulo (PLSP) nas plataformas digitais. No início, havia a pretensão de realizar um estudo que tivesse como fonte de dados tanto o Twitter, como o Facebook. Porém, pela amplitude do recorte, somado ao fato de que o PLSP tinha apenas o Facebook em 2013, no exame de qualificação a abordagem ao Twitter foi abandonada.

Ao longo da pesquisa, aumentei a crença na conexão umbilical entre a internet e a rua, sentido a necessidade de melhor compreensão do que havia sido a rua, para assim entender a atuação do movimento na internet. Isto por que, desde os primeiros resultados estatísticos sobre o volume de postagens publicadas pelo PLSP em sua página no Facebook, percebi que seu uso havia sido intensificado em períodos marcados por episódios contestatórios nas ruas, motivados tanto por ações próprias, mas também de outros movimentos com pautas transversais às suas.

Os estudos que me direcionaram para essa evidente afirmação da relação entre as dinâmicas dos mundos offline e online, quando combinado com as entrevistas semiestruturadas, tornaram claro que eu estava diante de um movimento social cujo uso da ferramenta digital possuía um caráter utilitário, restrito, sobretudo ao interesse de amplificação de informações, de símbolos e de redes que sustentaram suas ações em junho. Descoberta esta acompanhada de relatos fortes

que sinalizavam para um momento de transição, marcado de estranhamentos e adaptação de militantes às tecnologias e suas perversas características, que correspondiam desde os sentimentos de insegurança pessoal ao desmerecimento de um histórico de luta e da capacidade mobilizatória das ruas via repertórios tradicionalmente aplicados no ambiente offline, e tidos como prioritários ao movimento.

Fora isso, o grande volume de dados e as atualizações no Facebook e nos scripts coletores de dados foram desafiantes para este estudo, sendo necessária a realização de diversas coletas no curso da pesquisa e um recorte mais apropriado às limitações da pesquisa, no que tange ao tempo e recursos humanos.

A forma como a população aderiu à campanha do PLSP me interessava bastante, mas uma análise de conteúdo dos quase 43 mil comentários em junho, exigia um maior tempo e dedicação em novos métodos de análises, sendo estas destinadas a Big Data. Isso nos levou a decidir por uma abordagem mais focada no ator, permanecendo o foco da análise nas postagens do PLSP em sua página, sendo abandonado o desejo pelas análises de conteúdo das interações do público para com a página.

As coletas dos dados da página do Facebook desde o início foram feitas pelo *Netvizz*, especialmente para a obtenção de posts e comentários. A forma organizada com que o programa devolve os dados coletados ao pesquisador é uma excelente vantagem. Porém, o *Netvizz* limitava as análises relacionais apenas aos posts mais populares e à rede de curtidas que o PLSP havia realizado, sem a distinção temporal.

Entre os anos de 2015 e 2016 o Labic obteve mais foco no Facebook, sendo esta plataforma o maior desafio entre as estudadas, pela complexidade e, em muitos casos, ausências de informações claras sobre as ações de privacidade que municiam os pesquisadores sobre as possibilidades de coleta e análises de dados. Desse processo foi criado o *Facebook Feeds* no Labic, apresentando-se como um avanço no que tange a capacidade de coleta dos dados relacionais na rede. Com esse script se tornou possível, por exemplo, a extração de dados advindos de compartilhamentos e menções realizadas pela página. Posteriormente, os resultados da coleta do *Facebook Feeds* foram interpretados e sistematizados por outro *script* do Labic chamado *Ford*.

Todo esse processo de criação de ferramentas capazes de coletar e sistematizar os dados do Facebook seguiram a sua própria evolução, sendo a última alteração realizada na plataforma em 2015, que eliminou as possibilidades de coletas de dados com o uso de termos, recortando ainda mais o objetivo no uso de dados apenas das páginas, e não, por exemplo, da difusão de hashtags no Facebook.

Devido aos avanços tanto do *Netvizz* (que obteve novas versões), quanto do *Facebook Feeds* e *Ford*, este trabalho foi acompanhando essa dinâmica de desenvolvimento de tecnologias, sendo a última coleta de dados realizada em dezembro de 2016.

Em meio a esse dinamismo tecnológico que este trabalho foi tecido, direta e/ou indiretamente, por muitas mãos colaboradoras, auxiliares em processos de coleta, sistematização e visualização de dados, discussão sobre métodos e recortes analíticos. Este papel fundamental atribuo especialmente ao Labic, mas também ao Núcleo Participação e Democracia (NUPAD), berços de todo o processo de discussão e trabalho criterioso de orientação deste estudo.

Introdução

Em 2013, a política brasileira foi movimentada por um ciclo de protestos eclodido no mês de junho através das lutas populares contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos em São Paulo, e que se difundiu por doze capitais do país e diversas outras cidades de médio porte (GOHN, 2014), cujas características e efeitos ainda têm sido estudados, especialmente no campo das Ciências Sociais.

Encarado, num primeiro momento, por muitos segmentos da sociedade (imprensa, governantes, políticos, ativistas, forças de segurança, opinião pública, acadêmicos, etc.) com bastante perplexidade (SILVA, 2014), tal ciclo de protestos correspondeu a um momento de ampliação da capacidade de intervenção da sociedade civil sobre a política e apresentando ameaças às certezas que balizavam a política institucional no país (TATAGIBA, 2014). Rompendo com um jejum de mobilização em massa de 21 anos, o ciclo de contestação de 2013 somou-se aos importantes ciclos de protestos desde a transição democrática como o “Diretas Já” e o “Fora Collor”.

Iniciativas de explicação desse ciclo foram e têm sido realizadas por estudiosos de diferentes áreas. Embora já no calor dos protestos alguns especialistas e colunistas tenham se debruçado sobre o fenômeno, eles, muitas vezes, dispuseram de pouco distanciamento analítico ou fundamentação empírica. Foi somente recentemente que estudos mais sólidos, pautados em trabalhos empíricos, começaram a ser divulgados, contribuindo para uma interpretação mais qualificada do fenômeno (SILVA, 2016).

Dentre as abordagens do ciclo de 2013, presentes no campo da sociologia e ciência política, tem sido comum aquela que prioriza explicações associadas ao contexto político e socioeconômico do país (SINGER, 2014; MARICATO, 2013; VAINER, 2013; BRAGA, 2013, entre outros). Para esses estudiosos a chave explicativa estaria nas políticas conduzidas pelos dirigentes ou nos problemas socioeconômicos vivenciados, como condicionantes da adesão da população aos protestos, da sua composição e pautas reivindicatórias nas ruas.

Os estudos com ênfase na participação de atores nas ruas, desde ativistas individuais até movimentos sociais, também têm sido observados. Nessa abordagem, podem ser encontradas pesquisas a respeito da atuação dos *Black Blocs*, de coletivos do Movimento Passe Livre (MPL) ou comitês/frentes que lutam em prol de um transporte público nas cidades que foram protagonistas em mobilizações sociais locais (JUDENSNAIDER et al., 2013; DOWBOR; SWAKO, 2013; SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014; FERREIRA, 2015; SILVA; SILVA, 2016; TAVARES; RORIZ; OLIVEIRA, 2016; e outros).

Têm ocorrido, por fim, estudos atentos às continuidades e inovações nos protestos de 2013, estabelecendo comparações aos ciclos anteriores. Dentre os aspectos abordados, tem influenciado o debate sobre os possíveis efeitos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) sobre as estruturas de mobilização social, a forma organizacional e os repertórios de ação coletiva de movimentos sociais (SILVA, 2014; TATAGIBA, 2015; ALONSO; MISCHÉ, 2016; MALINI et al, 2016; GOHN, 2016; CASTELLS, 2013).

Apesar dos esforços presentes na literatura sobre esse ciclo de protestos, o debate especializado a respeito do uso das TICs pelos movimentos sociais e seus impactos sobre suas dinâmicas de ação ainda são inconclusivos. A tradição empírica nas Ciências Humanas e Sociais associadas às novas tecnologias e à internet está em construção, e o interesse por esse tipo de abordagem tem avançado a cada dia (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013, p. 17), tendo em vista o vasto volume de mobilizações sociais - desencadeadas após junho - que evidenciam uma estrutura de mobilização pautada nos laços informais e em uma coordenação de ações auxiliada pelo uso das redes sociais digitais.

Nos protestos contra o aumento da tarifa em São Paulo, o uso do Facebook pelo PLSP (única rede social que o movimento possuía no momento) tornou-se uma ferramenta importante e complementar à sua tradicional forma de mobilização nas ruas (panfletagens, intervenções urbanas com faixas, palestras, etc.), visando ampliar sua capacidade de mobilização popular. A rede digital se constituiu ainda como importante ambiente de construção de narrativas sobre os fatos, cujo ator principal é aquele que participa das ações em rua (autonarrativas). Essa ênfase da literatura, por vezes foi subsidiada pela pesquisa do IBOPE aplicada no dia 20 de junho de 2013 em 7 capitais brasileiras. Os dados apontaram que 62% dos manifestantes em rua souberam da existência dos atos de protestos via Facebook e, 77% mobilizaram suas redes de amigos, familiares e conhecidos pela mesma rede virtual.

Tendo em vista este debate, fora pensada a questão central que permeia este trabalho, conforme dito anteriormente, que consiste em investigar: “*como o movimento Passe Livre São Paulo atuou no Facebook durante os protestos contra o aumento das tarifas em junho de 2013?* Em outras palavras, o que caracteriza o ativismo digital do PLSP durante os protestos de junho? Como resposta a essa pergunta optamos por três eixos explicativos principais: a construção simbólica dos protestos pelo movimento, compreendida a partir de seus quadros interpretativos de ação; suas redes informais de alianças; e os repertórios de confronto utilizados ao longo dos episódios de protestos.

Objetivos Específicos

Para a análise da atuação do movimento Passe Livre São Paulo no contexto dos protestos de junho de 2013, levou-se em consideração os seguintes objetivos específicos:

- (1) Historiar o ciclo de protestos contra o aumento da tarifa em São Paulo
- (2) Compreender as lutas pretéritas do PLSP contra a tarifa na capital paulista
- (3) Analisar os quadros interpretativos sobre os protestos contra o aumento da tarifa em SP
- (4) Analisar as redes de interações informais realizadas pelo PLSP no Facebook nos protestos contra o aumento da tarifa em SP
- (5) Compreender os repertórios utilizados pelo movimento no ambiente online

Tais objetivos foram desenvolvidos ao longo da pesquisa empírica, com a aplicação de devida de procedimentos metodológicos que permitiriam a sua execução, como veremos na descrição a frente.

A questão central: como ela pode ser respondida?

O entendimento da atuação do movimento Passe Livre São Paulo no Facebook durante os protestos de junho de 2013 estimulou a escolha por três importantes categorias analíticas (redes, repertórios e quadros interpretativos) que permitem um olhar tanto para o contexto de oportunidades políticas de emergência de tal ciclo de protestos, quanto para as construções simbólicas e relacionais feitas pelo movimento e que validou suas ações nas ruas.

Tais categorias analíticas “quadros interpretativos”, “redes” e “repertórios de confronto” estão ligadas a um debate maior no campo dos movimentos sociais, especialmente associado às abordagens da Teoria do Processo Político (TPP) e Análise de Redes Sociais (ARS), fundamentais na compreensão da dinâmica das mobilizações sociais contemporâneas. Considerando a centralidade das ações do PLSP foi utilizado como fonte central de análise, neste estudo, os conteúdos textuais, visuais (imagens) e relacionais construídos nos meses de maio, junho e julho de 2013 na página do movimento no Facebook. Em acréscimo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os ativistas do movimento com o intuito de complementaridade das demais análises conduzidas.

A ênfase nos “quadros interpretativos” do movimento em torno dos protestos, identificados nas suas postagens no Facebook, possui inspiração no trabalho de David A. Snow e Robert D. Benford (2000). Para os autores, os quadros interpretativos da ação coletiva correspondem a um conjunto de crenças e significados, negociados e compartilhados, que inspiram e legitimam atividades ou campanhas do movimento, mobilizando potenciais aliados

e constituintes, assim como podem vir a desmobilizar antagonistas (BENFORD; SNOW, 2000; 1988). Nesse sentido, os quadros de ação coletiva permitem desvendar as maneiras pelas quais elementos de linguagens são utilizados pelo movimento para a produção e manutenção das ações coletivas ao longo do tempo.

Outro conceito fundamental a este estudo é o de repertório de confronto político, cunhado por Charles Tilly e compreendido como meios ou formas de ação coletiva disponíveis às pessoas comuns (TILLY, 1976; 1978), cuja contribui para os estudos de movimentos sociais ao se concentrar nas estratégias de ação e as performances do movimento, que são imersas no contexto de oportunidades e restrições políticas sob qual emerge e se desenvolve.

A compreensão dos repertórios de confronto e do contexto de oportunidades e restrições políticas requer o uso de uma abordagem histórica. É dessa forma que este estudo realiza a contextualização histórica dos repertórios do movimento desde os anteriores a junho de 2013. Com esta reconstrução histórica é possível compreender e contextualizar as ações produzidas no ambiente online, em detrimento dos acontecimentos ocorridos nas ruas e vice e versa.

A partir da análise de redes sociais busca-se englobar no escopo analítico os vínculos estabelecidos entre atores individuais, coletivos e organizações na estruturação dos protestos. Uma das grandes vantagens dos estudos de rede tem sido identificar as múltiplas facetas da ação coletiva, compreendendo as dinâmicas internas do movimento e os laços estabelecidos entre si ou com organizações apoiadoras.

Para o estudo sobre o ativismo digital do PLSP, essa abordagem relacional é elementar, tendo em vista a própria constituição e ação de movimentos em rede. Isto porque a internet produz em sua estrutura a capacidade de estimular interações entre usuários, contribuindo para os processos de mobilização e para as ações coletivas na contemporaneidade. Por outro lado, possuiu como contrapartida o desafio teórico-metodológico de visualização e de análise dos dados de redes, exigindo adaptações ou criação de novas abordagens capazes de lidar com o tipo de interações produzidas no ambiente online.

O recorte temporal do estudo

A definição do tempo a ser abrangido por este estudo exigiu um estudo prévio que consistiu na análise do conteúdo de seis anos de existência da página do movimento. Nessa análise, pudemos identificar os picos de postagens do movimento e qual a dimensão de junho, em termos de volume de postagens, em comparação aos outros períodos.

Para a escolha do recorte temporal também se levou em consideração a literatura especializada sobre os protestos contra a tarifa em São Paulo, em junho de 2013, que de forma

consensual aborda que a sua vigência ocorreu entre o período de 6 a 21 de junho, quando ocorrem consecutivamente os sete grandes atos do PLSP nas ruas.

A fim de refinar essa noção da literatura, foi aplicada, como pré-teste, a análise dos temas abordados em cada postagem do movimento entre setembro de 2012 e dezembro de 2013. Neste esforço, foi identificado que o mês de maio correspondeu ao momento gestacional desse ciclo, período em que o PLSP depositou grande parte do seu esforço no Facebook e nas ruas para a mobilização de adeptos às suas causas, realizando panfletagens, passeatas com secundaristas, eventos culturais para arrecadação de verbas, etc. Por este motivo, foi incluída na análise o mês de maio.

Como veremos no capítulo 1, a literatura especializada também pontua, que os meses que sucederam junho foram marcados pela continuidade ou emergência de manifestações localizadas em muitas cidades. Contudo, na análise prévia das postagens do movimento, realizada como primeira etapa deste estudo, não foi identificada uma continuidade de protestos coordenados pelo PLSP, mas sim, eventos informativos (ciclos de debates), e sobretudo, apoio do mesmo às causas de outros movimentos sociais aliados ou pertencentes à rede de coletivos do Movimento Passe Livre no Brasil. Por este motivo, decidiu-se agregar o mês de julho como um período de latência dos protestos de junho.

Nesse sentido o universo de pesquisa deste estudo compreende um total de 445 postagens do movimento em sua página no Facebook, publicadas entre os meses de maio e julho de 2013.

Fontes e Processos de coleta de Dados

Os dados da pesquisa que fundamenta esta dissertação de mestrado foram oriundos da página do movimento Passe Livre São Paulo no Facebook, de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos militantes do movimento, e ainda do levantamento de dados secundários que possuem relação direta com os objetivos deste estudo, conforme sintetiza o quadro 1:

Objetivo Específico	Fonte de dados	Análise aplicada	Visualização de dados
Historiar o ciclo de protestos contra o aumento da tarifa em São Paulo	Dados Secundários, entrevista semiestruturada e dados do Facebook	Contextualização histórica	Quadros e Imagens
Compreender as lutas pretéritas do PLSP contra a tarifa na capital paulista	Dados Secundários, entrevista semiestruturada e dados do Facebook	Contextualização histórica	Quadros e Imagens
Analisar os quadros interpretativos sobre os	Dados do Facebook	Análise de conteúdo de postagens dos	Gráficos

protestos contra o aumento da tarifa em SP		administradores da página do PLSP no Facebook	
Analisar as redes de interações informais realizadas pelo PLSP no Facebook nos protestos contra o aumento da tarifa em SP	Dados do Facebook	Análise de conteúdo e análise de redes de postagens dos administradores da página do PLSP no Facebook	Gráficos e Redes
Compreender os repertórios utilizados pelo movimento no ambiente online	Dados do Facebook	Análise de conteúdo de postagens dos administradores da página do PLSP no Facebook	Gráficos

Quadro 1: Síntese dos objetivos do trabalho e os recursos metodológicos utilizados

Os dados secundários utilizados nesta pesquisa foram oriundos de artigos e livros acadêmicos a respeito do tema tratado e de matérias de jornais do período, que na maioria das vezes estiveram “linkados” nas postagens do PLSP, referentes ao período analisado, no Facebook. Já as entrevistas semiestruturadas foram realizadas *in lócus*, na cidade de São Paulo, onde foram entrevistados quatro ativistas do PLSP entre o período de 30 de novembro e 10 de dezembro de 2016. Todos tiveram atuação ativa nas ruas durante os protestos de junho. Dentre os entrevistados, dois haviam se desligado do coletivo após o ciclo de junho, e outras duas ainda estão vinculadas ao movimento.

Outra característica importante é o tempo de ativismo do entrevistado no movimento, sendo três deles atuantes desde sua criação e uma, mais recente, associada ao coletivo pouco antes dos protestos de junho de 2013, sendo essa sua primeira experiência política nas ruas da cidade. A seleção e o acesso a esses entrevistados ocorreram por meio de indicação dos próprios membros do movimento, através da técnica de “bola de neve”. Ou seja, a partir de um “informante”, membro antigo do movimento, obtive os contatos dos demais integrantes do movimento, que decidiram entre si quem seria o porta voz do grupo na pesquisa, tendo em vista que o número de componentes do movimento é de 30 a 40 integrantes. Sendo nesta pesquisa a entrevista semiestruturada um recurso metodológico complementar, este volume de informantes foi considerado suficiente. As entrevistas foram conduzidas a partir de questões abertas, que abarcaram quatro principais eixos: 1) Perfil do entrevistado; 2) Movimento Passe Livre de SP: fundação, princípios, redes de interações e atividades (repertórios); 3) Protestos de Junho de 2013; 4) Continuidades e discontinuidades no pós-junho de 2013.

As entrevistas foram conduzidas em ambientes públicos (cafeterias e clubes), registradas em áudio e transcritas posteriormente para análise. Apenas um dos entrevistados não permitiu a gravação da conversa, com o argumento de maior liberdade na sua condução.

Os dados oriundos da página do movimento no Facebook, denominada Passe Livre São Paulo, foram extraídos de duas maneiras e com objetivos distintos entre si. Para a análise das postagens de autoria dos administradores da página no Facebook, foi utilizado o *Netvizz*, ferramenta mais apropriada a este objetivo por permitir um melhor resultado em termos de volume de postagens, sendo possível a coleta de todos os posts do período analisado. Para as análises relacionais do movimento no ambiente online, recorreu-se a ferramenta *Facebook Feeds*, de autoria do Labic. Ambas ferramentas foram complementares neste processo de pesquisa, pois possuem potencialidades e fragilidades que as distinguem entre si.

O *Netvizz*, embora muito importante na coleta e na organização da devolução dos dados, ainda é bastante limitado na coleta de dados relacionais, pois permite apenas a visualização dos posts mais compartilhados na rede e “redes likes”, que corresponde às curtidas entre páginas na plataforma, sendo possível atingir dois níveis de interação. Já no *Facebook Feeds*, as informações adicionais sobre os dados relacionais superam o *Netvizz*, como a indicação do nome do usuário ou página que curtiu e comentou postagens do movimento.

O processamento dos dados do *Facebook Feeds* é realizado através de uma outra ferramenta criada pelo Labic chamada *Ford*, que permite sistematizar os dados em múltiplas variáveis. A partir do *Ford* este trabalho utilizou os resultados do processamento de menções e compartilhamentos que o PSLP realizou no corpo da sua postagem durante o período estudado; recurso este que não é encontrado no *Netvizz*. Porém, apesar de automatizado esse processo de identificação de quem o PSLP compartilhou posts e mencionou em suas postagens, foi necessário para melhor resultado um esforço manual para as menções, tendo em vista que o *Ford* somente coleta as menções linkadas nas postagens da página, e sendo necessário a observância de cada um dos 445 posts do período.

Obteve-se concentração nas menções e compartilhamentos do PSLP a outras organizações e instituições, tendo em vista que o volume a indivíduos foi baixo e, normalmente, possuíam uma dificuldade de identificação do mesmo. Sendo assim, nossos dados relacionais apenas contemplam as interações entre organizações e outros movimentos sociais.

Vale esclarecer que toda extração de dados no Facebook, assim como em outras mídias sociais, obedece a normas de privacidade. Nesta plataforma, somente os dados oriundos de páginas, grupos de discussão e eventos públicos podem ser coletados. Os conteúdos de caráter pessoal, ou seja, aqueles presentes em áreas privadas do usuário na plataforma (como o bate-papo e sua *timeline*) não podem ser extraídos.

A escolha pela análise de página do Facebook do PLSP, e não de grupos de discussão ou eventos, está relacionada aos objetivos da pesquisa, que confere centralidade ao ator político e não ao público, mas também por questões de ordem ética e de viabilidade técnica. Quanto ao aspecto ético, é um princípio deste estudo utilizar apenas aqueles dados estabelecidos nesta rede social virtual, por meio de acordo de privacidade com o usuário, como de caráter público. Em relação a isto, torna-se mais viável e condizente com os objetivos específicos deste estudo o uso de páginas, visto que elas, em sua essência, são tidas na rede como um espaço aberto, onde suas publicações são públicas. Já os eventos e grupos de discussão possuem a privacidade de seus conteúdos, condicionada a decisão do seu administrador, podendo ser público ou fechado, e no caso de fechado inviabilizaria o estudo. Nesta investigação não puderam ser incluídos os eventos dos sete atos do movimento em junho, isto porque foram apagados pelo movimento, sendo inviável qualquer tipo de coleta. Potencialmente, uma grande perda para o estudo.

Ao longo do processo muitas dificuldades foram enfrentadas. O Facebook, diferentemente do Twitter, possui códigos de privacidade que limitam bastante as análises, especialmente as relacionais e as de ordem léxica. Não há possibilidade como no Twitter de coleta a partir de uma palavra chave, por exemplo, limitando a devolução de dados relacionais, sendo os compartilhamentos com devoluções demoradas e pouco suficientes. Deve-se empregar maior esforço de pesquisa nessa plataforma, cujo maior potencial tem sido a disponibilidade de dados de postagens e comentários e, quando relacionais, podem ser potenciais em estudos comparativos, aumentando o leque de possibilidades analíticas.

Este estudo foi realizado acompanhando a evolução dos scripts do Labic ao longo desses anos, sendo grande parte das soluções encontradas para as barreiras enfrentadas ou abdicções de análises acompanhadas de pareceres técnicos.

Visualizações e Análises dos Dados

Os dados coletados foram sistematizados em bancos de dados, com o auxílio do *Ford* e de editor de planilhas *Excel*. Dentre as informações que acompanham as coletas de posts, curtidas e comentários, estão algumas estatísticas, tais como: posts e comentários mais populares (que geraram maiores interações na rede); posts e comentários mais compartilhados ou curtidos; páginas mais mencionadas e que desencadearam maiores interações; usuários e páginas mais ativas dentre as mapeadas, etc. Estas informações estatísticas foram visualizadas por meio de gráficos e tabelas, sendo utilizado o *software SPSS Statistics* e editores de planilhas.

Em relação às informações de caráter relacional, foi utilizado o *software Gephi*. Com ele, os dados foram visualizados em forma de “grafos”, ou seja, foram transformados em nós

(pontos centrais da rede que destacam as postagens do movimento) e arestas (linhas de conexão entre esses pontos) que se relacionam e condensam entre si. Recursos de visualização de dados por nuvens de imagens, como forma de ilustração de análises de conteúdos de posts, também foram utilizados neste trabalho.

A análise de conteúdo foi um importante método utilizado para a compreensão dos temas abordados em textos, em que se busca compreendê-los de forma objetiva, sistematizada e quantitativa. Além disso, é um método que permite ao pesquisador realizar inferências analíticas. Neste estudo, foram aplicados às postagens do movimento em sua página para a compreensão dos quadros interpretativos do PLSP durante o período de maio, junho e julho de 2013. Ao total, foram contabilizadas 445 postagens analisadas, sendo 240 referentes ao mês de junho, e 103 ao período de maio e 102 de julho. Na análise de posts do movimento foram utilizados também a identificação de repertórios executados no ambiente online.

Cabe frisar, que este é um esforço de compreensão de uma das dimensões explicativas das mobilizações contra o aumento da tarifa em São Paulo, centrada no entendimento do papel de seu protagonista na internet, sem qualquer pretensão de explicações totalizantes deste processo complexo que foi o Ciclo de Protestos de junho.

Estrutura da dissertação

A dissertação se inicial com uma introdução robusta, ao qual buscou-se evidenciar qual o tema, recorte, objetivos, marcos teóricos e quais procedimentos metodológicos aplicados no estudo. Em seguida, procurou-se abordar no capítulo 1 os principais conceitos utilizados neste estudo para a leitura dos dados coletados sobre a atuação do Passe Livre São Paulo. Neste item é apresentada a Teoria do Processo Político (TILLY, TARROW; MCADAM, 2001) e a validade de seu arcabouço conceitual para o entendimento da dinâmica de ação do PLSP, seja nas ruas, seja nas redes digitais. Serão utilizados dessa vertente conceitos como o de ciclo de protestos, repertório de confronto e quadros interpretativos. Somado a isto, o estudo se aproxima da análise de redes sociais (DIANI, 2003) dada a importância dos elementos relacionais para a compreensão de dinâmicas de ação coletiva expressas nos protestos de 2013. Procurou ainda situar o leitor ao debate presente na literatura a respeito dos protestos de junho de 2013. Nele se apresentam, especialmente, os argumentos acerca do uso das redes sociais digitais pelos movimentos sociais como uma das características inovadoras deste ciclo, traçando um paralelo, por outro lado, com as continuidades desse ciclo de protestos, quando comparado a outros em massa ocorrido no Brasil.

A dissertação prossegue com o capítulo 2 que apresenta o histórico de lutas do movimento Passe Livre São Paulo em prol dos transportes na cidade de São Paulo, onde os episódios de protestos de junho de 2013 serão brevemente detalhados em suas especificidades. Soma-se a este capítulo a descrição de seus princípios norteadores, que possuem vínculos diretos com processos de aprendizagens de lutas pretéritas do PLSP e de outros coletivos no Brasil.

No capítulo 3 será abordado os resultados da pesquisa empírica sob o viés das três categorias analíticas postas como centrais a este trabalho (quadros interpretativos, repertórios e redes), que visa responder à questão central deste trabalho, ou seja, como o PLSP atuou no Facebook entre os protestos de junho de 2013.

Por fim, o estudo será marcado por considerações finais a respeito dos resultados da pesquisa e também pela sugestão de possíveis agendas ainda abertas, onde este estudo apresenta-se apenas como um estímulo para tantos outros que virão.

Capítulo 1 - Dinâmicas de Confronto Político, Internet e Movimentos Sociais

No campo das Ciências Sociais o interesse em estudar ações coletivas não é de hoje. Até meados do século XX, as revoluções ou não ocorrência delas instigaram interpretações, sendo predominantes as abordagens marxistas e funcionalistas. As mobilizações ocorridas na Europa e nos EUA na década de 1960 produziram novos quadros interpretativos, sendo o termo “movimentos sociais” utilizado no período para designar ações coletivas pacíficas, que exigiam mudanças em códigos civis e sociais, sem interesse na tomada do poder do Estado (ALONSO, 2009), diferenciando-se assim dos quadros das grandes revoluções.

Desde a década de 1970, os estudos a respeito dos movimentos sociais ganharam um campo específico nas Ciências Sociais, a partir da emergência de três importantes abordagens teóricas: Teoria do Processo Político (TPP), Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). De um lado, os teóricos americanos pertencentes à TMR e TPP destacaram a racionalidade e a ação estratégica dos indivíduos. Do outro lado, os autores europeus vinculados à TNMS concentraram suas explicações exclusivamente na dinâmica de formação da identidade dos movimentos sociais, em contraste com as demandas materiais e redistributivas (CARLOS, 2011).

A Teoria da Mobilização de Recursos teve em John D. McCarthy e Mayer N. Zald, em *Resource Mobilization and Social movements: a partial theory* (1977), os seus precursores. Compreendendo a ação coletiva como fruto de escolhas racionais e cálculo de custo e benefícios, os teóricos da TMR acreditavam que para o sucesso de uma ação coletiva seria imprescindível a mobilização de recursos financeiros, humanos e a presença de uma ação coordenada. Às dimensões culturais dos movimentos foi oferecido pouco espaço, alimentando, futuramente, muitas críticas pela sua excessiva crença na racionalidade e estratégia do indivíduo.

A TPP focou-se nos mecanismos e processos de ascensão, desenvolvimento e consolidação de movimentos sociais, sendo Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow seus principais teóricos. Da mesma maneira que a TMR, a TPP se constituiu pautada na crença dos elementos estratégicos e racionais. A teoria via na coordenação da ação presente no interior dos movimentos sociais um elemento fundamental à produção do ator coletivo. No entanto, se diferencia da TMR ao incrementar à sua abordagem os elementos culturais e políticos, o que possibilitou a compreensão de contextos políticos-institucionais sob os quais os movimentos emergiam e se desenvolviam.

Diferentemente da TMR e TPP, foram sobre os elementos culturais dos movimentos sociais que os teóricos da TNMS se debruçaram. Seus principais representantes foram Alan Touraine, Jurgen Habermas e Alberto Melucci. A TNMS fincou sua abordagem sobre os pilares macro históricos, associando conflito e mudanças sociais, mas se diferenciando das demais abordagens por acentuar os aspectos cognitivos e simbólicos da ação coletiva, incluindo-os no próprio conceito de movimentos sociais (ALONSO, 2009).

Dessa maneira, para os teóricos da TNMS a compreensão das ações coletivas requer um olhar não apenas para as ações e cálculos estratégicos de custo e benefícios entre indivíduos e/ou grupos, mas para o amplo quadro cultural sob o qual se constroem. Este modelo de análise permite compreender como se constituem os movimentos e o que possibilita a criação de laços de confiança e de solidariedade entre indivíduos e/ou grupos, mesmo quando não atingem diretamente os benefícios almejados (CARLOS, 2011).

Quando pensadas de forma isoladas, tais abordagens atuam de maneira refratária - ora focada na racionalidade e estratégia da ação do indivíduo, ora nos elementos cognitivos e simbólicos -, impedindo que se forme uma visão mais abrangente do conceito de movimentos sociais (CARLOS, 2011).

Até a década de 1980 o debate em prol dessas três teorias se fez presente, sendo expostos e discutidos seus pressupostos e limites. Posteriormente, as discussões sobre a relação de complementariedade entre identidade e estratégia ganharam corpo. No entanto, conforme frisa Angela Alonso (2009), os novos formatos adotados pelos movimentos sociais do século XXI obrigaram os estudiosos do campo a remodelarem teorias consagradas, sobretudo de modo a ampliar as explicações sobre o caráter simbólico e a dimensão global do ativismo contemporâneo. Tentativas de convergência entre essas teorias têm sido elaboradas com a pretensão de entender, de modo integrado, tanto as características internas das ações coletivas, quanto seu contexto político-institucional.

É neste intuito que se situa este estudo, na medida em que buscará compreender o ativismo digital do PLSP em junho de 2013, fazendo uso de uma multiplicidade de conceitos presentes no campo de estudo dos movimentos sociais, em especial a TPP e a abordagem de Análise de Redes.

Uma importante contribuição advinda da TPP diz respeito ao debate acerca da noção de confronto político. De acordo com Sidney Tarrow (2009), a ação coletiva de confronto é intrínseca aos movimentos sociais. Isto porque ao se constituírem por meio de junção de pessoas com interesses comuns, elegem seus opositores (podendo ser autoridades ou Estado). No entanto, conforme ressalta o autor, é fundamental o papel dos movimentos sociais no estabelecimento, manutenção e organização do confronto político, feito por meio do apoio de

densas redes sociais e estimulado por símbolos culturais orientados para a ação (TARROW, 2009).

Nesse sentido, uma das noções que fundamentam o conceito de movimento social da TPP é a ideia de confronto político. Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow, ao abordarem de maneira específica o conceito na obra *Dynamics Off Contention* (2001) - traduzida para castelhano em 2005 (*Dinámica de La Contienda Política*) - concluem que o movimento social corresponde a uma:

[...] interacción episódica, pública y colectiva entre los reivindicadores y sus objetos cuando: (a) al menos un gobierno es uno de los reivindicadores, de los objetos de las reivindicaciones o es parte en las reivindicaciones, y (b) las reivindicaciones, caso de ser satisfechas, afectarían a los intereses de al menos uno de los reivindicadores (McADAM; TARROW; TILLY, 2005, p.5).

Para eles, o confronto político pode se comportar de maneira contida ou transgressora. A primeira delas corresponde a um tipo de confronto cujos atores são previamente estabelecidos e suas formas de reivindicação são conhecidas. Já a expressão transgressiva se diferencia, correspondendo à implementação de ações coletivas inovadoras, seja pela implicação da inserção de novos atores políticos ou pela construção de novas formas de agir coletivamente. A TPP, em especial os estudos de Tarrow (2009), compreende que a formação de movimentos sociais ocorre mediante a um contexto de oportunidades e ameaças políticas.

Na visão do autor, as estruturas de oportunidades são “*dimensões consistentes – mas, não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornece incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso*” (TARROW, 2009, p. 105). As oportunidades podem revelar informações cruciais de aliados e/ou a fraqueza de opositores. Já as ameaças políticas referem-se aos obstáculos vivenciados na ação coletiva.

Para os teóricos do processo político, em especial, Sidney Tarrow (2009), há momentos que os confrontos políticos se ampliam e passam a ocorrer de maneira cíclica. Nesse sentido, o conceito de “ciclo de confronto” é introduzido nessa abordagem, correspondendo:

[...] a fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: como um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos e transformados; com a combinação de participação organizada e não-organizada; e com consequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre desafiantes e as autoridades (TARROW, 2009, p.182).

De acordo com Tarrow (2009) os ciclos de confrontos não são regulares, tampouco se estendem às populações de maneira igual. Eles possuem duas grandes fases: mobilização e desmobilização. A primeira corresponde à etapa de generalização do confronto, que se inicia de acordo com o surgimento de oportunidades políticas para a ação dos primeiros insurgentes. Já a fase de desmobilização corresponde ao momento de esfacelamento do confronto.

Durante a mobilização do ciclo de confronto operam processos de grande difusão da ação coletiva, que se configura como uma espécie de contágio de grupos aliados, podendo incluir ainda grupos não relacionados diretamente, como também os “contramovimentos”, ou seja, a ação de grupos antagônicos à ação coletiva (TARROW, 2009).

A fase de mobilização estimula a emergência de novas formas de ação coletiva ou repertórios, novos enquadramentos interpretativos, bem como novas organizações de movimentos sociais. É um período marcado por uma grande circulação de informações (TARROW, 2009).

Por outro lado, é muito comum que um processo de desmobilização possa ser ativado mediante exaustão de insurgentes no interior dos movimentos durante os ciclos. Outro aspecto de caráter desmobilizador relaciona-se aos objetivos divergentes, sobretudo no que tange ao uso de violência. A exacerbação de confrontos violentos ou a ausência deles pode estimular polarizações (TARROW, 2009).

Por fim, como elementos potenciais para desmobilização do confronto, ressalta-se a repressão por parte do Estado com o uso da força. A intensidade de atos violentos na contenção dos confrontos por parte do Estado pode ter efeito inverso, provocando ao invés do declínio das ações coletivas, o estímulo de novos adeptos ao confronto ou mesmo grupos revolucionários ou não existentes (TARROW, 2009).

Em síntese, na visão de Tarrow (2009), para a construção de um movimento social sustentado é necessária a combinação entre o uso de oportunidades políticas, o emprego de repertórios de ação coletiva conhecidos, o enquadramento dinâmico de mensagens ao grupo, assim como o estabelecimento de uma estrutura de mobilização social.

A busca pela compreensão das ações coletivas do PLSP no ambiente online, durante os protestos de junho de 2013, será feita mediante ao estudo dos seus repertórios de ação, do entendimento das suas dimensões simbólica, especificamente seus quadros interpretativos, assim como as estruturas relacionais que o movimento constituiu ao longo do ciclo de protestos.

1.1- Repertórios de Ação Coletiva

Um conceito importante, também advindo da TPP, refere-se ao “repertório de ação coletiva”. Cunhado por Charles Tilly em 1976, sua criação teve a música como inspiração. No geral, corresponde às formas pelas quais ações coletivas são realizadas.

Para Sidney Tarrow (2009), repertório é um conceito estrutural e cultural, na medida em que desvenda não apenas o que as pessoas fazem enquanto estão envolvidas em episódios de confronto político (ou seja, as táticas que utilizam para alcançarem seus objetivos comuns),

mas também o que elas sabem sobre como agir nessas ocasiões (quais tipos de padrões de ação têm disponíveis) e de que maneira seus opositores esperam que ajam.

De modo geral, o conceito de repertório está associado a um processo histórico cumulativo e adequado às necessidades, oportunidades e ameaças aos movimentos sociais (TILLY, 1995 apud PEREIRA). Ou seja, significa dizer que os movimentos sociais dispõem de um leque de formas de ação preexistentes (sejam elas protestos em rua, petições, barricadas, etc.) e que possuem a capacidade de criação de repertórios inovadores, isso a depender de fatores conjecturais.

As discussões alimentadas por Tilly nesse período, segundo Alonso (2012), abriria um campo de estudos na Ciência Política, em especial por demonstrar uma tipologia de ação coletiva compartilhada. Mostra a conexão entre mudança social e alteração no uso de repertórios, assim como comprova que repertórios são utilizados mediante oportunidades políticas. A autora relata ainda que Tilly se ocupou em evidenciar a existência de padrões de ação coletiva, mas não em detalhar os processos de apropriação dos repertórios pelos atores políticos (ALONSO, 2012, p.24).

Na década de 1990, Charles Tilly provocado por teóricos culturalistas (sobretudo Jean Cohen e Andrew Arato), responde às críticas de supervalorização das dimensões estratégicas das mobilizações sociais através da reformulação do seu conceito inicial, aplicando-o nova nomenclatura, agora denominada “*repertório de confronto*”.

Angela Alonso (2012) descreve que uma das reformulações no conceito inicial de repertório diz respeito à origem de sua formulação. Segundo a autora, Tilly, num primeiro momento, pressupôs que:

Um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina num interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados (TILLY, 1995, p. 30 apud ALONSO, 2012, p. 25).

O conceito de *repertório de confronto*, portanto, pertence a uma estrutura de confronto político e relacional, jamais oriundo de uma ação estratégica de indivíduos isolados (ALONSO, 2012).

Outro aspecto de reflexão nos escritos de Charles Tilly dos anos 1990 fora a centralidade dada às “rotinas” dos repertórios, estreitando suas relações com as dimensões culturais ao abordar tradição, memória, convenção, acordos (ALONSO, 2012). Segundo a autora, o novo conceito de repertório se distancia muito da sua primeira versão.

[...] sua unidade passa a ser as rotinas convencionais – no sentido de tradicionais e legítimas - de interação política típicas de uma época, ativamente adaptadas pelos agentes às suas circunstâncias e modificadas pelo uso (ALONSO, 2012, p. 26).

Por fim, foi demonstrado ainda que alterações nas configurações macropolíticas - como por exemplo, a consolidação dos Estados nacionais e uma sociedade urbana - possuem impactos diretos nos formatos dos repertórios do período. Tilly chamava atenção para a vigência de repertórios nacionais e com caráter modular, podendo ser aplicado em múltiplas localidades (ALONSO, 2012).

O conceito foi igualmente criticado em virtude ao caráter prático dado à cultura, e pouca abordagem das dimensões afetivas, simbólicas ou morais das ações (ALONSO, 2012). Isto estimulou o autor a rever novamente o conceito de repertório de confronto, passando a classificá-lo como “*um conjunto variável de performances*” (TILLY, 2005, p.216 apud ALONSO, 2012, p. 29).

Tilly, nesse período, se concentra nas explicações dos processos de transferência de repertórios, já que a virada do milênio marca os inúmeros conflitos transnacionais. Exemplo disso foi o atentado de 11 de setembro, quando as Torres Gêmeas foram atingidas em atos de terrorismo nos Estados Unidos.

Nessa nova perspectiva de Tilly, o repertório “só existe encarnado em performances confrontacionais” (ALONSO, 2012, p. 32). Eles são modulares, no sentido que podem ser aplicados em diferentes contextos, assim como são singulares, pois são aplicados conforme especificidades locais. Nesse sentido, as performances envolvem criatividade e escolhas que encontram limites na tradição nacional de seu uso e na cultura local (ALONSO, 2012).

1.2 - Quadros interpretativos

As ações dos movimentos sociais são acompanhadas de tentativas de mobilização simbólica, que permite ao movimento a aquisição de apoio, e que os diferencia de seus opositores (TARROW, 2009, p. 139-140). Atentos a esse simbolismo presente nas ações coletivas, estudiosos dos movimentos sociais, a partir de meados da década de 1980, passaram a utilizar o conceito de “quadros interpretativos da ação coletiva”, cunhado por David Snow e Robert Benford (1986; 1992; 2000).

Tal conceito, inspirado no trabalho Erving Goffman (1974), levou em consideração o que o autor denominou como “esquemas interpretativos”, que se tratava dos significados que os indivíduos construíam sobre os eventos e ou ocorrências dentro do seu espaço de vida ou mundo, que os permitia organizar suas experiências, bem como guiar suas ações (GOFFMAN, 1974, P.21).

Para Snow e Benford (1988, p.198) os quadros interpretativos da ação coletiva correspondem a um conjunto de crenças e significados, negociados e compartilhados, que

inspiram e legitimam atividades ou campanhas do movimento, mobilizando potenciais aliados e constituintes, assim como pode vir a desmobilizar antagonistas (BENFORD; SNOW, 2000;1988).

Para Snow e Benford (2000), o quadro interpretativo é um fenômeno ativo, processual, que implica agência e controverso. É ativo e processual devido ao fato de se estabelecer por meio de processos dinâmicos e estar continuamente em construção. Implica agência por ser constituído no interior do ambiente organizacional e seu caráter controverso reflete a possibilidade de, ao ser criado, se diferenciar ou confrontar demais quadros existentes. Sobre este último aspecto, cabe ressaltar que muitas vezes os movimentos sociais criam um sistema de crenças alternativas ao que é dominante, que apoia sua ação para mudança de uma situação que enfrenta.

Os quadros de ações coletivas são constituídos, em parte, por entendimentos compartilhados entre os adeptos de um movimento a respeito de uma situação ou condição problemática, onde culpados são identificados; de arranjos alternativos para a sua solução; bem como, do estímulo a outros indivíduos a agirem em conjunto em prol de uma mudança. É neste sentido que Snow e Benford (2000) apontam como tarefa central dos quadros de ação coletiva o enquadramento diagnóstico, prognóstico e de motivação.

No enquadramento diagnóstico, onde são identificados os problemas que são alvo de mudança pelo movimento, estão contidos ainda interpretações do movimento em relação aos culpados e vítimas, dessa situação problemática. No campo dos movimentos sociais, têm sido notórios para estudos sobre o enquadramento diagnóstico os estudos de William Gamson (1982; 1992), especialmente, com relação ao que ele denomina como “quadros de injustiça”. Para o autor, tais quadros correspondem ao modo de interpretação em que se atribui a uma autoridade a responsabilidade por um ato de injustiça, onde vítimas de injustiça são identificadas e sua situação de vitimização ampliada pelo movimento.

O enquadramento prognóstico refere-se as compreensões que o movimento possui sobre as soluções para o enfrentado do problema identificado por eles. Já o enquadramento motivacional fornece um apelo à ação, correspondendo aos estímulos que o movimento fornece ao engajamento de indivíduos numa ação conjunta para a resolutividade do problema.

Especialmente relevante para esta dissertação são os processos discursivos de construção de enquadramentos interpretativos pelos ativistas, por abarcar as conversações, linguagens, falas dos atores ou escritas de membros do movimento que ocorrem no contexto de interações das ações coletivas (BENFORD; SNOW, 2000). Ao refletir sobre os elementos orientadores da ação coletiva no ambiente do ciberespaço, constituídos pelos movimentos contemporâneos por

meio de processos identitários, assume proeminência neste estudo os processos discursivos ou comunicacionais.

Um dos principais efeitos do uso da internet na sociedade, mais precisamente a utilização das mídias sociais (Facebook e Twitter), foi a intensificação da comunicação entre os usuários mediada por processos discursivos. Neste trabalho, os processos discursivos são entendidos como:

discursos, falas e linguagens de auto compreensão e de interpretação dos atores societários acerca de sua própria ação, das possibilidades e restrições do campo de atuação e de suas interações com atores sociais, instituições e agentes estatais (STEINBERG, 2012, p.92 apud CARLOS, 2012, p.)

No contexto dos protestos de junho de 2013, foi intensa a construção de narrativas pelos membros do movimento, pelas redes de apoiadores e de opositores e pelas mídias sociais, responsáveis por narrar os fatos, convocar os atos mobilizatórios e criar objetivos comuns à ação coletiva.

A ênfase nos processos discursivos permite desvendar as maneiras pelas quais elementos de linguagens são utilizados pelo movimento para a produção e manutenção das ações coletivas ao longo do tempo. Por meio das narrativas criadas no ambiente online, por exemplo, é possível apreender os principais temas debatidos na rede, além do reconhecimento de participantes ativos em debates, a difusão de informações e os processos mobilizatórios. Além disso, a análise de processos discursivos impulsiona a compreensão das redes de relações estabelecidas pelo movimento social quando posto em ação, sejam elas compostas por outros movimentos, indivíduos, organizações ou instituições (CARLOS, 2012).

De acordo com Euzeneia Carlos (2012), ao reconhecer a importância das dimensões culturais nas ações coletivas, os analistas dos movimentos sociais abriram leque para interpretações onde os atores sociais são vistos como “*agentes ativamente engajados na produção e manutenção de significados, em relação aos membros do próprio movimento e seus opositores*”. (CARLOS, 2012, p.85).

1.3 - Rede de Movimentos Sociais

Pensar os movimentos sociais sob a ótica da análise de redes é assumir como premissa a importância dos laços sociais na constituição das ações coletivas. Embora tal ênfase não seja nova nas ciências sociais, a apropriação do conceito de rede pelos estudos dos movimentos sociais tem resultado em contribuições fecundas, em especial à ciência política.

O conceito de rede perpassa múltiplas áreas científicas (matemática, física, biologia, ciências sociais, psicologia, etc.), assim como assumiu, ao longo de sua história, diferentes usos,

podendo ser aplicado tanto de forma teórica quanto metodológica (SCHERER-WARREN, 1995).

Foi no século XVIII que o conceito surge, impulsionado pela construção do primeiro teorema da teoria dos grafos do matemático suíço Euler (BARABÁSI, 2003). Nas ciências sociais a noção de rede foi incorporada a partir da década de 1940, sendo utilizada para designar um tipo de relação ou prática social (SCHERER-WARREN, 1995).

A análise de redes sociais assume como premissa que as relações (ou laços) estabelecidas entre os indivíduos, atores coletivos, associações ou organizações e instituições (e entre eles) constituem o elemento por excelência de estruturação da vida social. *“De modo geral, a abordagem relacional compreende a ação social dos atores como constituída de um contexto de relações múltiplas, dinâmicas e mutáveis”* (EMIRBAYER, 1997 apud CARLOS, 2011, p. 14).

De acordo com Euzeneia Carlos (2011), o estudo de rede, apesar de não inovar ao enfatizar que os movimentos sociais se constituem por laços sociais - representados por redes complexas e por múltiplos atores - avança na capacidade de *“reconstituir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores no interior de grupos e organizações específicas ao movimento, e por extensão, desses com atores políticos-institucionais”* (CARLOS, 2011, p.154).

Frente a isso, a abordagem de redes tem ganhado espaço e trazido contribuições importantes para esta área de estudo. Suas análises complexas das redes de atores possibilitam um olhar para dentro dos movimentos sociais, muitas vezes negligenciados pelos estudiosos das ciências sociais.

O uso constante de nTIC's em ações coletivas contemporâneas tem potencializado profundas modificações nos movimentos sociais, tais como a diversificação de atores envolvidos em mobilizações coletivas, a ampliação da rede de interações entre grupos e atores políticos (da sociedade civil ou do Estado), a constituição de novos repertórios de ação, a ampliação dos movimentos à esfera global, o surgimento de novos processos identitários e a intensificação da violência.

Javier Toret (2015), argumenta que a apropriação das nTIC's pelos movimentos sociais resultou numa multidão conectada. Ou seja, na grande capacidade que os movimentos hoje possuem de conectar objetivos comuns, cérebros e corpos de grande número de sujeitos.

Já para Manuel Castells (2013), os movimentos sociais do século XXI constituem-se em redes sociais (preexistentes ou formadas ao longo de ações do movimento), que se conectam de diferentes formas on-line e off-line, e que se constituem tanto no interior quanto no exterior do movimento.

Atentando-se para esta complexidade e heterogeneidade das ações coletivas, uma importante contribuição é o conceito de movimentos sociais elaborado por Mario Diani, que o compreende como “*redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada*” (DIANI; BISON, 2010, p. 220).

Cabe ressaltar que, as redes sociais na abordagem de Diani são criadas a partir de escolhas individuais, cujos vínculos são carregados de significados e geram reconhecimento mútuo entre os atores que as compõem (ABERS; VON BULOW; 2011). Além disso, as redes podem ser formadas não apenas por indivíduos, mas por organizações, movimentos sociais, instituições, etc.

Preocupado em diferenciar os movimentos sociais das formas corretadas de ação coletiva, Diani e Bison (2010), a partir da análise de redes interorganizacionais, pressupõe a existência de seis tipos de ações coletivas: *Organizações de Consenso, Organizações de Conflito, Coalizões de Consenso, Coalizões de Conflito, Movimentos de Consenso e Movimentos Sociais*. Esta classificação se diversifica de acordo com o comportamento de três variáveis: a rede de relações informal, que pode ser esparsa ou densa; a orientação ou não para o conflito; e a presença de identidade coletiva, podendo ser fraca ou forte.

Tendo isso em vista, Diani (2010) classifica como movimento social aquelas ações coletivas que apresenta uma orientação para o conflito, com opositor claramente definido; a presença de rede de relações informais densa; assim como a presença de identidade coletiva forte, preestabelecida e que não se dissolve após o episódio de confronto.

A agenda de pesquisas brasileiras, com o uso do método de análise de redes, reconhece que os movimentos sociais contemporâneos podem teoricamente ultrapassar as fronteiras, que durante muito tempo se estabeleceu nas ciências sociais, entre sociedade civil e Estado. A multiplicidade de vínculos que envolvem as redes de movimentos sociais permite que seja estabelecida uma relação entre membros da sociedade civil e representantes da esfera política governamental, sendo inclusive identificadas trajetórias individuais de membros dos movimentos que cruzam a fronteira entre o ativismo fora e dentro do Estado - oferecendo impactos tantos aos movimentos, quanto ao Estado.

A intensificação do uso do conceito de redes como abordagem explicativa dos movimentos sociais, repercutiu na construção de diferentes análises, apresentando dois importantes problemas:

[...] uma visão aprioristicamente positiva das redes como metáfora para descrever novas formas de organização coletiva, supostamente menos hierárquica, e uma visão teoricamente pouco desenvolvida de redes que não especifica os vínculos entre os diferentes atores (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 73).

Apesar desses limites, olhar os movimentos sociais como redes permite aos estudiosos a compreensão das dinâmicas internas das ações coletivas - em especial, no modo como seus atores lidam com o dilema da autonomia, da representação e da coordenação no interior dos movimentos -, até então, negligenciados ou pouco estudados pelos cientistas sociais (ABERS; VON BÜLOW, 2011).

A necessidade de um balanço ou revisões dos conceitos vigentes de movimentos sociais tornou-se uma preocupação latente frente às novas configurações adquiridas pelas ações coletivas contemporâneas.

Os últimos anos, sobretudo a partir da década 1990, foram marcados por profundas mudanças nas dinâmicas dos movimentos sociais. A adesão às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (nTIC's) pelos movimentos fez emergir formas de ação coletiva inéditas, como o ciberativismo. Este é pautado nas interações produzidas em rede e mediadas por computadores ou celulares conectados à internet. Nestes movimentos, os blogs, microblogs ou redes de relacionamento são utilizados como os principais recursos táticos na construção de objetivos comuns, de processos mobilizatórios e na organização de ações coletivas.

Inúmeras ações coletivas têm se originado no ambiente virtual, que se conectam às intervenções urbanas de movimentos sociais nas ruas. É um ativismo constituído por auto narrativas, viralizadas nas mídias digitais, que oferecem uma fonte alternativa de informação aos fatos, muitas vezes narradas em tempo real, e que contribui para a difusão das ações de movimentos para além de suas fronteiras locais.

1.4 - A emergência do ativismo digital como inovação aos estudos de movimentos sociais

Os avanços tecnológicos e a ampliação do uso da internet por parte da população estimularam formas inéditas de participação política. Os movimentos sociais adentraram o ciberespaço, fazendo dele um ambiente de lutas políticas. Este tipo de ativismo, caracterizado como ativismo digital ou ciberativismo, se constitui por meio de ações em rede e com o uso intenso da internet. Conforme argumenta Stresser (2010):

O ativismo digital trata-se de uma nova forma de ação política; uma maneira de fazer política através de suportes cibernéticos; buscando a veiculação de um ideal através de uma mídia de grande alcance, é o ativismo contemporâneo praticado em rede, através da internet (STRESSER, 2010, p.2 apud DINIZ; CALEIRO, 2011, p.42).

A emergência do ciberativismo tem despertado o interesse, por parte de estudiosos, em compreender as formas pelas quais se expressam na contemporaneidade.

Na visão de Marcos Abílio Pereira, (2011, p.120) a atuação dos movimentos sociais por meio da internet pode ocorrer exclusivamente no ambiente online ou em apoio a ações em cursos e desenvolvidas fora da internet (offline), como forma de fortalecê-las.

Já para Damián Profeta et. al (2011), o ciberativismo é orientado, sobretudo, por ações de comunicação. Os ativistas se ocupam em comunicar para informar, sensibilizar e/ou convencer os usuários da rede ou os membros do movimento. Utilizam as mídias digitais para facilitar a organização e mobilização de suas ações, sejam elas ocorridas no âmbito online (twittaços, criação de eventos e grupos de discussão, etc.) ou offline (protestos, abaixo assinado, etc). Além disso, usam o ambiente virtual para práticas de formação ou capacitação dos usuários de forma não presencial, utilizando canais de vídeos ou outras ferramentas de criação de aulas virtuais.

Vale ressaltar que um dos grandes impactos do uso das nTIC's por parte dos movimentos sociais corresponde a diminuição drástica de recursos para mobilização da ação coletiva. A sua capacidade de difundir informações ampliou-se com o uso das mídias digitais, seja em relação ao alcance de maior número de pessoas ou de diferentes dimensões territoriais.

Conforme Pereira (2011), os processos de mobilização ocorridos no ciberespaço direcionam-se às bases de apoio do movimento social, às organizações da sociedade civil e aos internautas ocasionais. Esses últimos são entendidos como indivíduos que se envolvem em ações coletivas de maneira ocasional, possuem interesse prévio por questões políticas e, por vezes, restringem suas ações ao ambiente virtual, bem como possuem envolvimento em múltiplas causas coletivas. A mobilização das bases de apoio do movimento, da sociedade civil e de internautas ocasionais permite, dentre outras coisas, que se amplie o nível de pressão sobre governos de acordo com as demandas defendidas, assim como uma maior circulação de informações sobre o movimento.

Uma das vantagens obtidas pelos movimentos sociais quanto à apropriação das nTIC's em suas ações é o aumento das interações com outros atores políticos ou organizações, na medida em que passam a ser realizadas por meio de diversas ferramentas digitais, que permitem estabelecimento de conversações e compartilhamento de informações que são retroalimentadas, viralizadas e/ou utilizadas para construção de objetivos comuns (DINIZ; CALEIRO, 2011).

Nas palavras dos autores:

É a partir da interação entre as pessoas, uma retroalimentação é ocasionada, tornando possível que qualquer usuário comente uma informação transmitida na rede e a envie de volta ao emissor. Se esse processo, os movimentos ciberativistas seriam impossibilitados, pois baseiam-se na interação de pessoas de diversas partes do mundo através da internet para a organização de mobilização, disseminação de conteúdos e troca de ideias homogêneas (DINIZ; CALEIRO, 2011, p.48).

Embora o ciberativismo tenha tido como uma das suas expressões o hackativismo - que acompanhou o desenvolvimento da internet desde a década de 1970 - foi na década de 1990 que o uso das nTIC's foi intensificado pelos movimentos sociais, tendo como marco histórico a insurreição zapatista, em Chiapas no México, no ano de 1994. Liderado pelo Exército de Libertação Nacional do México (EZLN), o movimento se opunha a assinatura do Tratado de Livre Comercio da América do Norte (NAFTA), e por meio da internet tornava público ao mundo o que acontecia em Chiapas. Tal estratégia evitou expressões mais violentas no campo local, assim como tornou a questão mundialmente conhecida.

[...] cercado e isolado pelos *mass media*, o subcomandante Marcos, utilizando a internet, rompe o cerco e se torna o primeiro movimento de comunidades tradicionais a utilizar as redes digitais para sensibilizar a opinião pública internacional [...] que inspirou, em conjunto com os protestos antiglobalização de Seattle, o surgimento do fórum social mundial (AMADEU, 2010, p.32).

Após o movimento zapatista no México, uma série de revoltas pelo mundo foram desencadeadas. No Brasil, junho de 2013 representou um marco na história política do país pela difusão de uma onda de protestos em várias cidades. Teve no Movimento Passe Livre de São Paulo (PLSP) a sua gênese e na internet sua aliada para organização, mobilização e divulgação de fatos ocorridos. Internet e rua se entrelaçaram e configuraram novos padrões comunicacionais de luta, ampliando o leque de repertórios de ação coletiva e consolidando o ciberespaço como ambiente de luta de multidões.

Manuel Castells (2013) em seu estudo sobre movimentos sociais na era da internet - dedicado a compreensão daqueles surgidos entre 2010 e 2013 no mundo -, aponta um conjunto de familiaridades entre eles e questiona se esses movimentos apresentam um padrão de comunicação emergente. Dentre os elementos comuns aos casos estudados, o autor salienta a noção de companheirismo e a horizontalidade produzida pelas redes que, segundo ele, favorece a cooperação e a solidariedade e reduz a necessidade de lideranças formais. Destaca, por fim, a característica viral dos movimentos contemporâneos que se resumiria na sua capacidade de comoção e difusão de informações.

A forma múltipla com que os atores ou grupos políticos se conectaram em rede, seja por meio de internet ou celulares (*on* ou *offline*) e o espaço de liberdade da internet são ainda mencionados por Castells, nos seguintes termos

[...] embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet [...] [O] espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos (CASTELLS, 2013, p. 160).

Fábio Malini e Henrique Antoun (2013), no livro *@Internet e #rua* - em que estudam o ciberativismo e as mobilizações nas denominadas redes sociais, sobretudo Facebook e Twitter - reforçam a ideia das interações produzidas pelos cidadãos na internet e sua atuação nas ruas.

Para eles, as contribuições da internet sobre o novo ciclo de movimentos sociais nascido no Brasil e no mundo permite que a rua e a rede se interpenetrem e façam emergir uma política colaborativa, direta e em tempo real.

Essas novas expressões dos movimentos sociais contemporâneos têm desafiado os estudiosos da área, que ressignificam abordagens teóricas ou se empenham na elaboração de novas categorias analíticas e metodológicas capazes de compreendê-los.

A onda de protestos que se difundiu no Brasil a partir de junho de 2013 foi recebida com surpresa por especialistas e formadores de opinião, que prontamente iniciaram suas apostas explicativas sobre os acontecimentos nas ruas do país. Ao longo do tempo houve quem acreditasse em um espontaneísmo das mobilizações, somado à crença em um contexto de indignação quanto as situações de crises vivenciadas no cotidiano, impulsionados pela capacidade de mobilização das redes sociais digitais; ao passo que, outros analistas reforçaram o tradicional trabalho de base e de mobilização feito pelos movimentos sociais que se destacaram nos episódios em rua.

É pautado nesse elo entre tradição e inovação, característico do ciclo de protestos de 2013, que este trabalho se delinea, e se apropriará desta seção para tornar claro o debate na literatura especializada em movimentos sociais, sobre as principais características desse ciclo.

Capítulo 2 - Protesto contra a tarifa: a luta que não começou, nem terminou em junho de 2013

As revoltas populares em torno do transporte coletivo marcam a história dos espaços urbanos das cidades brasileiras, e compreenderam desde mobilizações contra o aumento de tarifas de bondes (Revolta do Vintém em 1989), de barcas (Revolta das Barcas em 1959), de ônibus, de trem ou de metrô, como também, numa versão mais atual, na luta pelo passe livre estudantil e tarifa zero.

O debate entorno do Passe Livre no Brasil teve como marco o projeto criado por Lúcio Gregori, em 1990, o então secretário de transportes no governo de Luiza Erundina (PT), no município de São Paulo. Naquela ocasião, Gregori propunha a tarifa zero para os ônibus paulista, compreendendo o transporte público como um direito social e não como uma mercadoria. O projeto de lei propunha a criação de um fundo e de um conselho municipal, além de ajustes nas formas de contratação de empresas de transporte, e prevendo que o direito livre ao transporte fosse custeado pela arrecadação municipal.

Muitas dessas manifestações - catracas¹, queima de ônibus, obstrução de vias públicas, entre outras táticas - tiveram sucesso ao longo da história, traduzindo algumas vitórias, como: revogações de aumentos, congelamento de tarifas, concessão de meia tarifa ao estudante, além da criação de conselhos e comissões para participarem da gestão dos transportes de cidades.

O contexto de insatisfações populares entorno dos transportes coletivos, ao longo do tempo, forneceu a oportunidade de criação de movimentos sociais capazes de catalisar demandas e enfrentar o poder público, encarando-os como direito social e de acesso à cidade.

Como fruto desse processo nasceu o Movimento Passe Livre (MPL), oficialmente institucionalizado no Fórum Social Mundial (FSM), no ano de 2005. A sua gênese encontra-se vinculada a um passado de lutas populares, em especial, às manifestações ocorridas na cidade de Salvador (Revolta do Buzu, em 2003) e Florianópolis (Revolta da Catraca, em 2004). Hoje, o movimento encontra-se organizado em dezesseis coletivos espalhados em diversas cidades do país e sendo regido por princípios comuns de autonomia, apartidarismo, independência e horizontalidade.

¹ O catracas é um repertório utilizado pelo MPL, que permite livre acesso dos usuários aos coletivos, correspondendo uma forma momentânea de implementar a tarifa zero à população. Os ativistas liberam as portas de ônibus ou pulam catracas para permitir e/ou obter o livre acesso ao transporte coletivo (HARVEY et al, 2013, p. 13).

Na cidade de São Paulo a sua primeira formação foi por meio de um comitê, denominado “Comitê Passe Livre de São Paulo” (ROLNIK, 2013, p.8), criado no ano de 2004. Após o FSM o comitê passou a se chamar “Passe Livre São Paulo” (PLSP), inaugurando os atos em rua em fevereiro de 2005. Ao longo do tempo, o movimento Passe Livre São Paulo protagonizou importantes ciclos de protestos contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade (2005, 2006, 2010, 2011, 2013, 2015, 2016 e 2017), completando treze anos de existência.

De acordo com o MPL, as mobilizações pelo transporte no Brasil jamais poderão ser reduzidas à atuação do movimento (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p.17), elas seriam maiores que isso. Um exemplo disso foram as inúmeras manifestações contra o aumento da tarifa em junho de 2013, que abarcaram cidades não abrangidas pela atuação de coletivos do movimento.

No entanto, “*a tomada direta e descentralizada das ruas, a radicalidade das ações e a centralidade dos aumentos tarifários dá a tônica dessas lutas*” (ROLNIK, 2013, P. 8). Neste bojo, o MPL assumiu centralidade no cenário nacional, experimentando ao longo de sua história as formas de organização e coordenação de ações muito menos centradas em uma estrutura hierárquica e mais focadas na prática da ação direta da população sobre o espaço urbano. Em muitos casos tomando o espaço para si, mesmo que momentaneamente, tendo forte domínio sobre fluxos em vias da cidade. (HARVEY, 2013)

A proposta deste capítulo é realizar uma breve caracterização do Movimento Passe Livre no Brasil, com atenção especial ao coletivo de São Paulo, objeto deste estudo. Para tanto, foram utilizados não apenas dados secundários, advindos de notícias de mídia (tradicional e independente), consulta de teses, dissertações e artigos acadêmicos, como também foram coletados dados de fontes primárias, extraídas de páginas de coletivos do MPL, além de entrevistas e conversas informais realizadas com membros do movimento *in lócus*.

A primeira seção do capítulo abarca a origem do MPL no Brasil, destacando a importância das revoltas do Buzu (2003) e da Catraca (2004), como casos inspiradores ao movimento nascente após FSM. Os princípios norteadores do MPL serão tratados em seguida, e numa terceira seção, os casos específicos dos ciclos de protestos contra o aumento da tarifa dos transportes ocorridos em São Paulo, abordando de maneira especial o ciclo de junho de 2013. Esta análise abrange seu período de gestação, o processo de mobilização, a difusão do confronto e seu declínio.

2.1 - Das revoltas contra a tarifa à rede federativa de coletivos locais do Movimento Passe Livre

A história do Movimento Passe Livre se confunde com a de duas revoltas populares contra o aumento de tarifas de transporte ocorridas no Brasil no início dos anos 2000: a Revolta do Buzu (2003) e a Revolta da Catraca (2004). O acúmulo de experiências vividas nessas duas lutas contribuiu para que fossem tecidos os princípios, as motivações e as formas de organização do MPL, que nasceria em 2005 no Fórum Social Mundial.

Os princípios do movimento foram decididos na plenária nacional de criação do MPL, que foi no fórum de 2005. E eles todos foram princípios que vieram da nossa própria experiência concreta e democrática de luta. Não é que nós tínhamos uma orientação política e isso guiou nossos princípios, mas, na verdade, as nossas práticas das lutas pelo transporte ajudaram a gente a formular nossa prática ajudaram a gente a formular nossos princípios. Então, todos os princípios de autonomia, horizontalidade, de independência e de apartidarismo, eles vieram de experiências de luta. Para a gente, principalmente, a revolta do buzu é um dos episódios que ajuda a consolidar um pouco esses princípios; a necessidade desses princípios. Enfim, eles fizeram uma luta de duas semanas contra o aumento da tarifa. Mas, de maneira muito dispersa. Não tinham uma organização. No final das contas, as entidades estudantis majoritárias tomaram conta do movimento, fizeram um acordo com o poder público contra as pessoas que estavam nas ruas exigindo e eles não conseguiram baixar a tarifa. Então, dessa e de várias outras experiências de luta que vêm esses princípios e o porquê que eles orientam os tipos de luta que a gente faz aqui em SP com o MPL, mas também como em várias outras cidades. (Militante PLSP, entrevista concedida 07/12/2016).

A Revolta do Buzu ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2003, na cidade de Salvador, após anúncio do aumento da tarifa do ônibus (de R\$1,30 para R\$1,50) por parte do governo. Foi protagonizado, sobretudo, por estudantes secundaristas e abarcou cerca de 40 mil pessoas nas ruas (HARVEY, 2013). No período, os estudantes fizeram uso de táticas como bloqueio de principais avenidas e o boicote ao pagamento das passagens com uso de catracas. Organizados de maneira espontânea, descentralizada e fazendo uso de assembleias, - constituídas muitas vezes nas próprias vias bloqueadas - chamava atenção a ação radicalizada e a ausência de lideranças que se responsabilizassem pelos atos ocorridos em rua. Ao longo dos protestos houveram enfrentamento à Polícia Militar do Estado da Bahia e críticas por parte da mídia local.

A dificuldade em desenhar os sentidos das mobilizações, no que se refere a organização do transporte e do próprio movimento, abriu leque para a atuação de organizações estudantis aparelhadas (tais como a União Nacional dos Estudantes - Une e União Nacional dos Estudantes Secundaristas - Ubes), assim como de partidos políticos que tomaram frente na negociação com o poder público (HARVEY, 2013), gerando uma série de conflitos entre militantes acerca de sua representação pelos partidos.

Após semanas de protestos, ocorreu a deserção de ativistas das ruas, e o aumento da tarifa não foi revogado. No entanto, algumas conquistas foram adquiridas, como: extensão da validade do uso da meia passagem pelos estudantes aos domingos, feriados e férias escolares; ampliação do uso da meia passagem ao sistema especial e transporte complementar; liberação do uso do vale transporte pelo sistema complementar; inclusão do sistema de meia passagem do estudante do curso de suplência, de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado; e reativação e reestruturação do conselho municipal dos transportes.

A Revolta do Buzu ganhou certa projeção no cenário nacional, com especial ação do Centro de Mídia Independente (CMI) - que realizou a cobertura dos protestos, difundindo relatos históricos - e com o documentário feito por Carlos Pronzato chamado "*A Revolta do Buzu*". Tanto o documentário, quanto a cobertura do CMI se difundiram na rede estudantil, contribuindo para ampliação do debate sobre o transporte público, bem como sobre novos formatos de organização de movimentos estudantis (HARVEY, 2013).

Em Florianópolis, o documentário de Pronzato foi difundido nas escolas. A ausência de um certo nível de organização, o oportunismo de lideranças políticas institucionalizadas (partidos e organizações estudantis), bem como as formas experimentais de ações diretas, autônomas e horizontais foram debatidas no ambiente escolar, contribuindo para que fossem tecidas afiliações entre estudantes, princípios e táticas que foram utilizadas nas mobilizações que se instauraram na cidade em 2004.

A partir do final da década de 1990, Florianópolis passava por um processo de organização do transporte urbano, que se consolidou com a implementação do Sistema Integrado de Transporte (SIT), em agosto de 2003. Este correspondia a um sistema multi-tarifário, dividido por regiões, sendo a diferença paga no deslocamento de uma região a outra (CRUZ; CUNHA, 2009). Já em sua concepção, e depois da aprovação pela câmara municipal, o SIT gerou manifestações populares contrárias. Reclamações sobre aumento da passagem, redução de linhas diretas a regiões interioranas e aumento de baldeações foram feitas por usuários.

Paralelo a implementação do SIT, civis se organizaram na cidade em prol da campanha pelo Passe Livre, inicialmente encabeçado pela Juventude Revolução Independente (JRI), que na época realizou um importante trabalho de base, sobretudo com escolas secundárias, promovendo encontros e criando planos de ação, politizando uma geração de estudantes (CRUZ; CUNHA, 2009), adotando postura mais apartidária, autonomista e libertária.

O aumento da tarifa das passagens na cidade de Florianópolis motivou estudantes e populares a se manifestarem contrariamente à decisão do governo. Conhecida como "*Revolta da Catraca*", o ciclo de protestos teve início no dia 28 junho de 2004 e perdurou por dez dias.

As mobilizações tiveram uma composição mista, incluindo não apenas estudantes secundaristas, mas diferentes movimentos que se associavam ao Fórum de Defesa do Transporte Público (FDTP) - com a participação de sindicatos, associações comunitárias, movimentos estudantis, cidadãos comuns. Este havia sido criado como um espaço de discussão e mobilização contra o sistema de transporte vigente, bem como, em prol do Passe Livre na cidade (CRUZ; CUNHA, 2009). A Revolta da Catraca foi vitoriosa, tendo como resultado a revogação do aumento da tarifa. Em detrimento da ação organizada na cidade, com a difusão de abaixo-assinados e manifestações populares, em novembro de 2004 (CENTRO DE MIDIA INDEPENDENTE, 2004) foi aprovada a lei de passe livre estudantil para o município.

Além de Florianópolis, outras cidades do país como Rio de Janeiro, Fortaleza e São Paulo, também se mobilizaram em prol do passe livre estudantil - muitas vezes em formas de comitês ou fóruns - despertando interesse de unificar lutas e fazer com que a pauta do passe livre estudantil se difundisse por todo país. Somado a isso, havia ainda o desejo por uma nova forma de organização das reivindicações, adotando práticas mais horizontais e independentes de partidos ou instituições estudantis institucionalizadas. Abaixo, está o trecho de um panfleto da Juventude Revolucionária Socialista, publicado pelo Centro de Mídia Independente no período:

Para derrotar nossos verdadeiros inimigos e unificar o movimento nacionalmente por nossas reivindicações precisamos de uma nova forma de organização. Propomos uma forma revolucionária para superar toda a burocracia das UMES e UBES que não representam os estudantes e sim os governos, pela via de partidos como o PT e o PC do B. Precisamos nos mobilizar em cada escola, bairro, empresas de transporte e posses de Hip Hop, construindo assembleias onde todos possam decidir os rumos do movimento e construir comitês que sejam ferramentas da nossa luta. Chega de decisões tomadas por meia dúzia em nosso nome. Em cada cidade precisamos construir comandos de mobilização com representantes eleitos em assembleias por escola, bairro e empresa. Se algum representante não leva a decisão da assembleia deve ser imediatamente substituído por outro. Esses comandos seriam a base para formar um comando nacional que expressasse as decisões de todos que lutam pelo país e coordenasse a mobilização (CENTRO DE MIDIA INDEPENDENTE, 2004).

A unificação das lutas pelo passe livre no Brasil nasceu em 29 janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, onde o Movimento Passe Livre foi oficialmente criado.



Figura 1: Plenária de fundação do Movimento Passe Livre no Fórum Social Mundial em 2005

Fonte: [tps://midiaindependente.org/pt/red/2005/02/306192.shtml](https://midiaindependente.org/pt/red/2005/02/306192.shtml)

Na ocasião, participaram 29 delegações de cidades, abarcando os estados de Sergipe, São Paulo, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Ceará, Goiás, Alagoas, Rio de Janeiro, Tocantins, Rio Grande do Sul, Bahia e Maranhão.

Estado	Delegações de Cidades
Sergipe	Aracaju
São Paulo	Araraquara, Carapicuíba, Campinas, Guarulhos, Itu, Mauá, Osasco, Santos, São Paulo
Pará	Belém
Minas Gerais	Belo Horizonte
Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Paraná	Curitiba, Londrina
Distrito Federal	-
Santa Catarina	Florianópolis
Ceará	Fortaleza
Goiás	Goiânia
Maceió	Alagoas
Rio de Janeiro	Nova Iguaçu, Rio de Janeiro
Tocantins	Palmas
Rio Grande do Sul	Porto Alegre, Rio Grande
Bahia	Salvador
Maranhão	São Luiz

Quadro 2: Delegações presentes na plenária de criação do Movimento Passe Livre no Fórum Social Mundial

Fonte: <https://midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306120.shtml>

Durante a plenária de criação do MPL foram consensuados princípios norteadores e ações comuns, que se encontram consolidados em sua carta de princípios, atualizada em 2007 e divulgada em seus canais de comunicação. Nela, o MPL se define como horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. Ele adota um modelo de organização

descentralizada, cujas decisões são feitas de forma consensual, e suas ações não são sustentadas por vias parlamentares, mas sim pela ação direta nas ruas, em parte, influenciado pelas lutas antiglobalização, que adotaram princípios que se aproximavam, em parte, aos que passariam a ser adotados pelo movimento e todo país. E que, em grande parte, rompiam com os princípios vigentes advindos dos movimentos sociais da década de 80 no Brasil, que se construíam sob forte laço com organizações partidárias de esquerda e assumiam, na visão dos militantes uma postura mais burocratizada de luta, ao apostar mais no caminho institucional, que não na participação direta.

Eu acho que a referência mais forte [de criação dos princípios do MPL] está ligada ao Fórum Social Mundial, que é desses movimentos da ação global dos povos, com influência zapatistas, anarquistas da Europa e dos EUA. Então, neste sentido é uma ruptura com as referências mais tradicionais da esquerda brasileira, porque não busca as referências nas lutas nas décadas de 80 aqui, mas busca nessas lutas que estavam acontecendo na década de 90 na Europa e nos EUA, e dos zapatistas no México. Justamente como um contraponto talvez às organizações mais tradicionais da esquerda, mais leninistas e hierárquicas, que trazem também uma certa crença na veia institucional. Na prática eu acho que isso acontece por que você vai sentido que esses partidos freiam a luta e não dão atenção a luta do transporte, a questão urbana e tal. [...] E aí tem o rechaço muito grande às organizações tradicionais e tal. E, de certa forma, um afastamento da história da esquerda no Brasil, e aí a adesão a esses princípios, que supostamente, pelo menos, garantiriam uma postura mais conectada com a luta. E o combate a burocratização. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016).

O MPL foi constituído por meio de um pacto federativo de aliança mútua entre coletivos - organizados através de grupos de trabalho (GT) - cuja autonomia local diante do movimento federal é respeitada. Atualmente, é formado por dezesseis coletivos, presentes em oito estados brasileiros e em quatro regiões do país.

Coletivos do MPL no Brasil
Coletivo Tarifa Zero Goiânia (GO)
MPL Distrito Federal (DF)
MPL Florianópolis (SC)
MPL Grande Vitória (ES)
MPL Guarulhos (SP)
MPL Joinville (SC)
MPL Natal (RN)
MPL Ribeirão Preto (SP)
MPL Rio de Janeiro (RJ)
MPL São José dos Campos (SP)
MPL ABC (SP)
MPL Niterói (RJ)
MPL São Luís (MA)
MPL São Paulo (SP)

Quadro 3: Rede de Coletivos do Movimento Passe Livre no Brasil
Fonte: Facebook

Fundamenta-se como independente de partidos políticos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), instituições religiosas, financeiras, entre outras. Possui disposição ao diálogo e interação com setores que reconhecidamente se dispõem a lutar pelo passe livre estudantil e outras estratégias definidas pelo movimento.

O MPL se compromete pela luta contra a repressão e criminalização de movimentos sociais, bem como o interesse de fomentar discussões a respeito de questões transversais ao transporte, e que atingem diretamente o direito de acesso de populações à cidade. Se coloca ainda contra qualquer tipo de preconceito (gênero, racial, sexual, etc.).

A necessidade de criação de um site que acoplasse as notícias das ações do movimento pelo país também se encontra presente em sua carta de princípios, bem como a organização para coleta de assinaturas para o Projeto de Lei Federal pelo Passe Livre e de um novo encontro nacional. Como marco simbólico, ficou determinado na plenária de criação que o dia 26 de outubro seria a data oficial de comemoração à luta nacional pelo passe livre.

Ao longo dos anos a pauta central do MPL se ampliou, partindo da luta pelo passe livre estudantil para a tarifa zero destinada à toda população. Esta postura situa o transporte coletivo como um direito social universal, sendo rechaçada qualquer interpretação do mesmo como mercadoria.

Por fim, na carta de princípios do movimento fica expressa a determinação pelo uso de mídias alternativas para divulgação e fomento de ações, e estimulam cautela no contato com veículos tradicionais, argumentando que esses possuem postura unilateral, pois estão ligados às oligarquias que dominam o setor de transportes no Brasil.

O entendimento desses princípios que regem os coletivos do MPL e sua própria história de formação se colocam importantes para a compreensão do movimento Passe Livre São Paulo. A seguir situaremos o leitor no contexto de criação do coletivo do MPL na capital paulista, sendo abordado ainda seu histórico de lutas que precedeu junho de 2013, foco desta dissertação.

2.2 - Protestos contra tarifa em São Paulo: do histórico pretérito a junho

No estado de São Paulo o coletivo do MPL nasceu após a oficialização do movimento nacionalmente. No entanto, anos antes viveu sua fase embrionária através do Comitê de Luta pelo Passe Livre, nascido em 2004, em que protagonizou diferentes ações na cidade, especialmente o trabalho de formação política dos estudantes secundaristas de escolas de periferias, um dos principais atores envolvidos em sua criação, conforme relato de entrevistado na pesquisa de campo.

Em 2004 em SP, como em várias outras cidades do país, houve todo um movimento de crescimento da luta pelo transporte, bastante inspirada na revolta do buzu. E a partir

dessa experiência e de como ocorreu essa luta lá, várias cidades fundaram o Comitê de luta pelo Passe Livre, e um deles foi fundado em SP em 2004 por vários jovens secundaristas de escolas de periferia que tinham dificuldades práticas com o transporte, e resolveram lutar pelo passe livre estudantil, por entender que o transporte livre para os estudantes era parte da educação. Então, esse foi um pouco o começo do movimento passe livre em SP. E aí a gente passou um ano, fazendo muitos trabalhos em escolas, com esses jovens secundaristas de escolas públicas de periferia e com esse Comitê de Luta pelo Passe Livre, a gente foi para o fórum de lutas do Fórum Social Mundial, em 2005, que ajudou a criar o movimento passe livre, junto com vários outros comitês de luta pelo passe livre estudantil. (Militante PLSP, entrevista concedida 07/12/2016).

Em sua criação o Movimento Passe Livre, não apenas de SP, mas também de outros locais do país possuía proximidade com organizações partidárias de esquerda, como o como o Partido dos Trabalhadores (PT), assim como de grupos Punks e Anarcopunks, sendo estes últimos mais próximos da história do PLSP, conforme fala do entrevistado abaixo:

Nasceu aqui em São Paulo, na verdade, em 2004. Como em vários outros lugares, como um Comitê pelo Passe Livre Estudantil. Por que em vários lugares do Brasil tinha comitê pelo passe livre. Em alguns lugares era mais próximo do PT, em outros mais próximos dos Punks. Acho que aqui tinha uma origem bem ligada aos Punks; Anarcopunks e tal. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016).

Em março de 2005, o movimento Passe Livre São Paulo foi às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus na capital paulista (de R\$1,70 para R\$2,00) nos dias 07 e 08 de março. Múltiplas formas de ação foram empregadas, como a tática de bloqueio de terminal de ônibus, ações de panfletagem, carta entregue ao poder público, além de queima de catracas e intervenções urbanas com uso de bandeiras estendidas em pontos de visibilidade na cidade. As lutas de 2005 não obteve vitória, permanecendo o aumento realizado pelo governo local.

No mesmo ano, dois importantes eventos ocorreram na cidade, com organização do PLSP. O primeiro correspondeu à mobilização nacional do Movimento Passe Livre, ocorrido em agosto, em que várias cidades do país participaram realizando atos públicos; e a data comemorativa da luta nacional pelo passe livre, em outubro.



Figura 2: Protestos do Passe Livre São Paulo em 2005
Fonte: página do PLSP no Facebook.

No ano de 2006, o movimento retorna às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade (de R\$2,00 para R\$2,30), cujas ações ocorreram entre os dias 24 de novembro e 01 de dezembro. As tradicionais passeatas por avenidas do centro da cidade, as concentrações em praças e prédios públicos (como a Prefeitura e Teatro Municipal de São Paulo), bem como intervenções em terminais de ônibus e viadutos, se fizeram presentes no período. Ações como queima de catracas, escrachos à atores governamentais (especialmente Gilberto Kassab, do PSD), na época prefeito da cidade) e catraçaços foram efetuados pelo movimento, que em alguns momentos recebeu como resposta a ação policial, resultando em feridos e detidos.

Os atos do movimento, que se concentraram nos dias 24, 29, 30 de novembro e 01 de dezembro, teve um aumento gradativo de adesões, chegando a ter aproximadamente duas mil pessoas nas ruas, conforme relatou o CMI (2006) sobre o ato do dia 30 de dezembro. Em sua cobertura, o CMI chegou a argumentar ainda que a elevação de adesões às ações do movimento pode ter sido ocasionada pelo período de vigência da luta. Entre os meses de novembro e dezembro as aulas estavam em curso, o que possibilitou maior mobilização de estudantes, principal público que compõe o movimento. Apesar das mobilizações, a redução da tarifa não ocorreu.



Figura 3: Protestos do Comitê de Luta pelo Passe Livre em 2006
Fonte: página do PLSP no Facebook.

Em 2010, entre os meses de janeiro e fevereiro, novos protestos contra a tarifa eclodiram em São Paulo após anúncio do aumento da passagem de R\$2,30 a R\$2,70. Foram organizados pela Rede Contra o Aumento da Tarifa, formada por múltiplos coletivos, entre eles o Passe Livre São Paulo e público em geral.

No mês de janeiro dois atos foram realizados (no dia 07 e 10), através de passeata nas imediações da região central de São Paulo e ação em terminal de ônibus, sendo enfrentados

pela Polícia Militar. Usos de faixas e cartazes, além de queima de catraca e de boneco representando figuras públicas se fizeram presentes nesses atos.

No mês de janeiro passeatas e práticas de escracho foram realizadas contra a decisão de aumento da passagem pelo governo. Durante os atos houve a presença da polícia, que chegou a reagir com bombas, balas e spray de pimenta contra os manifestantes. A tradicional performance de queima da catraca se somou à cremação de um boneco que simulava Kassab.

O movimento chegou a solicitar uma audiência de esclarecimentos do aumento das passagens, que foi realizada no mês seguinte, gerando ações informativas e mobilizatórias em terminais. Práticas de escracho, catracações e marcha fúnebre continuaram a ocorrer em fevereiro, porém foi mais um ciclo de protestos sem sucesso.



Figura 4: Protestos do Comitê de Luta pelo Passe Livre em 2010
Fonte: página do PLSP no Facebook.

Em 2011, o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo (de R\$2,70 a R\$3,00) motivou o retorno do movimento Passe Livre às ruas. Entre janeiro e março ocorreram atos públicos do Passe Livre São Paulo, tais como passeatas, escrachos, catracações, intervenções em espaços públicos ou reuniões com atores políticos.

No mês de janeiro desse ano, três atos públicos foram realizados, respectivamente nos dias 13, 20 e 27. As manifestações tiveram como palco a região central da cidade, como a Avenida Paulista e a Câmara Municipal. A adesão popular ocorreu de maneira progressiva, chegando a ser contabilizada pelo movimento no último ato do mês a presença de quatro mil pessoas. Todos os protestos obtiveram ação policial. Foi registrado ainda, um escracho contra a Kassab, no aniversário da cidade, no dia 25 de janeiro.

No início do mês de fevereiro (02) os manifestantes realizaram uma intervenção na primeira sessão do ano da câmara dos vereadores de São Paulo, pressionando o agendamento de uma audiência pública sobre o aumento da tarifa na cidade. Posteriormente, uma onda

sucessiva de protestos ocorria nas ruas (03, 10, 12, 17 e 24), sendo registrados um a cada semana, além de ações mobilizatórias para a audiência conquistada pelo movimento que foi realizada no dia 12 de fevereiro.

Na audiência pública os manifestantes não conseguiram realizar um acordo, a sessão foi paralisada e o Secretário de Transportes impedido de sair da Câmara dos Vereadores, sendo pressionado a agendar uma nova reunião. Esta foi agendada para o dia 17 de março, porém não foi realizada pela ausência de representantes do poder público. Por conta disso, nesse dia a interdição da entrada do prédio da Prefeitura de São Paulo foi realizada, sendo bastante reprimida pela polícia.

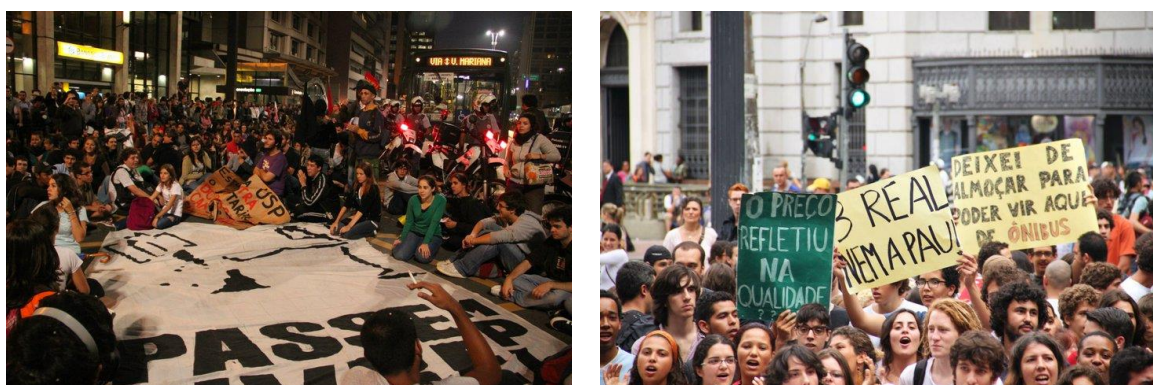


Figura 5: Protestos do Comitê de Luta pelo Passe Livre em 2011
Fonte: página do PLSP no Facebook.

Embora o movimento Passe Livre São Paulo tenha inserido o tema do transporte em debate público em 2011, ele não foi capaz de pressionar o poder público para a revogação do aumento da tarifa de ônibus na cidade (JUDENSNAIDER; LIMA; ORTELLADO; POMAR, 2013). No entanto, este ciclo foi importante para o de junho de 2013, pois os amplos processos de discussão sobre seu insucesso, permitiu que se delineassem novas estratégias de lutas, através de lições aprendidas, bem como permitiu maior reconhecimento do movimento, conforme relato do entrevistado abaixo:

A gente avaliou que 2011 havia sido muito importante, e até acho que não teria tido 2013, sem 2011. Porque só em 2011 que o movimento fica, de fato, reconhecido em São Paulo e toda esquerda conhece e reconhece o movimento como um ator importante, pelo menos, dentro da esquerda. E aí, o que vai dar a liberdade para gente em junho de não decidir junto com os outros grupos o que ia fazer. A gente decidia e contava para os outros grupos. A gente já tinha uma legitimidade maior. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016).

É importante dizer, que esse reconhecimento também esteve vinculado a ampliação do volume de militantes no grupo, tendo em vista o número de adeptos no último ato público desse ciclo, conforme mencionado anteriormente. Em 2011, ainda, ocorreu o primeiro contato do movimento com as redes sociais digitais, quando o movimento ainda possuía um perfil na plataforma.

Para o movimento, em 2011 faltou uma intensificação da mobilização, e apontaram como fragilidades o longo intervalo de tempo entre um ato e outro, assim como o seu erro estratégico de nem sempre ocupar as principais avenidas da cidade. Por estes motivos que a estratégia para os protestos de 2013 foi promover grande mobilização da cidade, com a intensificação de atos públicos, em um período curto de tempo, para que assim pudesse pressionar o poder público a revogar o aumento das tarifas (JUDENSNAIDER; LIMA; ORTELLADO; POMAR, 2013).

De acordo com entrevistados, o movimento possuía como estratégia o que eles denominam como “tática de revolta”, que compreende a ação de provocar uma mobilização popular tamanha, que foge do controle de qualquer grupo de interesse, sendo essa situação de caos instaurado crucial na pressão de governantes. Tal tática inclui a construção de uma linguagem apropriada, que amplifica fatos e sinaliza ao público a vivência de uma revolta popular, cujo descontrole é a sua principal marca, cabendo ao opositor o atendimento da demanda.

A gente decidiu em 2013 fazer uma jornada curta e intensa, baseado nas experiências vitoriosas, de alguns em outros anos. A gente consegue olhar para trás e ver uma certa tática que era comum às lutas que foram vitoriosas em outras cidades do MPL, e tentou reproduzi-las aqui em SP. [...] É o que a gente chama de tática da revolta. Que é uma tentativa de construir uma ascensão popular em pouco tempo até que em um momento perde o controle ou pelo menos tem a ameaça de que vai perder o controle. A grande ameaça então, seria essa, a de um caos generalizado na cidade. Que é de fato o que a gente chega muito perto na segunda/terça-feira que antecede e que cai a tarifa, porque daí você tem protestos em quase todas as regiões da cidade e já não são controlados pelo MPL, e nem por nenhum outro. Tem saques no centro e nos bairros periféricos de grandes cadeias de lojas e tudo mais. Parte significativa da frota de ônibus da zona leste é depredada e da zona sul também. Tem ônibus queimado, enfim, teve de tudo nesses dois dias, por isso que baixou as passagens. E a gente tinha muito claro que nosso objetivo era perder o controle. Isso envolvia uma estratégia, que até está no face e tal, de inclusive afirmar que a gente tinha perdido o controle antes de ter perdido de fato. De falar olha: isso aí é uma revolta popular. A revolta popular está tomando conta da cidade e tal. Então criar uma coisa que ainda, de fato, não estava acontecendo, mas que era o nosso objetivo. Então, ir instalando essa atmosfera, até que daí de fato acontece. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016)

Outra questão a ser ressaltada foi o fato do movimento ter concentrado o poder de decisões estratégicas de lutas em suas mãos. Isto ocorreu devido às lições oriundas de experiências pretéritas, em que a construção de decisões em foro ampliado – chamado de “rede”, “frente de luta” ou “comitê”, composto por outros movimentos, partidos e sindicatos, que em 2011 foi amplamente utilizado pelo movimento -, permitia que interesses políticos, para além das questões do transporte, interferissem em suas ações, prejudicando sua autonomia e desviando as decisões do foco das reivindicações (JUDENSNAIDER, E.; LIMA; ORTELLADO; POMAR, 2013).

[...] O terror do MPL em 2010, quando eu entrei, era a rede contra o aumento, que era um espaço aberto, mas participavam principalmente os grupos. Teoricamente as

decisões da luta eram feitas nesse espaço da rede contra o aumento, que foi uma tentativa até de fazer, mas não era uma rede. A gente ia decidir princípios e cada grupo poderia organizar o que quisesse. Mas, não. Todo mundo queria decidir e ninguém fazia. No fim, só o MPL fazia, mas todo mundo queria participar da decisão. Então, eram reuniões de 7 ou 8 horas, com 60 pessoas. Todo mundo brigando. Muitas [pessoas] de organizações, outros não. De todos os partidos de esquerda: PSTU, PSOL, PCO, e também o pessoal Anarcopunk. As organizações debatiam a pauta naquele momento muito mais focadas em crescer a partir daquilo, do que em ganhar aquela luta. E aí, em 2013 a gente toma essa decisão de não chamar nenhum espaço. A gente faz as reuniões bilaterais, com todas as coisas que a gente considera que podem ajudar, mas basicamente para falar para elas o que a gente decidiu fazer. [...] a gente nunca teve problema em fazer reunião com ninguém. Agora, já era uma decisão de que as pessoas não iam decidir pela gente. A gente que estava trabalhando há anos naquilo, e que, inclusive, não queria repetir os erros, por exemplo, de 2011, com uma jornada longa. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016)

Foi sob esse princípio que aqueles partidos, sindicatos e outros movimentos sociais aliaram-se ao PLSP nas lutas de junho de 2013, porém sob prerrogativa de não interferir nas decisões tomadas pelo movimento ao longo de suas ações.

Foram apoiadores do PLSP em junho de 2013 os partidos PSTU e PSOL; o sindicato dos metroviários; e outras OMS, como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Fanfarra do Movimento Autônomo Libertário (ou fanfarra do M.A.L), SOS M'Boi Mirim, Periferia Ativa - Frente de Comunidades em Luta, entre outros, que serão objeto de investigação no desenrolar deste estudo. A seguir, será abordado o ciclo de junho de 2013, desde seu período gestacional a seu declínio, a fim de contextualizar e tornar claro os episódios de protestos em junho, possibilitando subsídios para o entendimento da ação do movimento Passe Livre de São Paulo nas redes sociais digitais, foco desta análise.

2.3 - O Ciclo de protestos em junho de 2013

No ano de 2013 um novo ciclo de protestos se instaurou na capital paulista, protagonizado pelo Passe Livre São Paulo contra o aumento das tarifas de transporte coletivo na cidade, conduzido tanto pelo governo municipal, sob a gestão de Fernando Haddad (PT), quanto pelo estadual, por Geraldo Alckmin (PSDB).

A nova tarifação das passagens foi anunciada no mês de maio e entrou em vigor no dia 02 de junho. A notícia foi recebida com pequenos protestos locais, realizados especialmente por estudantes secundaristas de escolas públicas, assim como por moradores de região periférica da cidade (Estrada M'Boi Mirim), que reagiam em forma de pequenas passeatas e com construção de barricadas em vias da cidade.

Seu primeiro ato em rua ocorreu no dia 6 de junho. Após este, outros seis atos ocorreram na cidade com poucos dias de intervalo entre um e outro, e que perduraram até o dia 20 de junho, quando o movimento foi às ruas para comemorar a revogação do aumento da tarifa conquistado. No dia 21 de junho, o PLSP lança nota pública evidenciando a conquista alcançada

e sua saída das ruas, que na cidade passava a ser ocupada por pautas localizadas, advindas especialmente de regiões periféricas.



Figura 6: Linha histórica dos eventos de protestos do Passe livre São Paulo em junho de 2013
Fonte: Elaboração própria

Como veremos adiante, apesar de junho ter sido o mês da implementação da nova tarifa, este aumento já era previsto pelo Passe Livre São Paulo desde o final de novembro de 2012, quando o orçamento destinado ao setor de transporte havia sofrido corte. Este fato permitiu que o movimento tivesse um tempo maior para organizar suas ações nas ruas. Essa oportunidade política se somou ao fato de que o calendário escolar ainda estava em curso na cidade, quanto a tarifa foi alterada. Isto oportunizou maiores possibilidades de estratégias de mobilização do público jovem, que tradicionalmente compõe as ações e são alvo do trabalho de base do PLSP nas escolas. Embora tal ciclo tivesse sido gestado desde o final de 2012, seu início efetivo ocorreu no mês de maio, quando o aumento da tarifa foi pronunciado oficialmente e as ações mobilizatórias do movimento foram implementadas para seu primeiro grande ato.

Nas seções seguintes serão abordados, com especificidade, o período gestacional de junho, seus sete grandes atos e o debate na literatura sobre suas continuidades e inovações como uma das mobilizações em massa ocorridas no país, contribuindo para melhor entendimento dos episódios de protestos contra a tarifa, protagonizado pelo movimento PLSP.

2.3.1 A gestação

As primeiras ações contra o aumento das tarifas de transportes coletivos em São Paulo, previstas para o ano de 2013, ocorreram oito meses antes do anúncio oficial dos governos municipal e estadual. Em outubro de 2012, após as eleições municipais, iniciava o processo decisório quanto ao orçamento municipal, cujo setor de transporte era um dos destinatários do recurso.

A oneração da prefeitura com os subsídios fornecidos ao setor de transportes, decorrentes do congelamento das tarifas desde o ano de 2011 foi um dos argumentos circulados nos veículos de comunicação locais para justificar sua possibilidade de aumento. Argumentou-se que o governo de Gilberto Kassab havia gastado 821 milhões de reais com subsídios no ano de 2012, onde no momento, corresponderia o maior valor da história da cidade. Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT) e eleito prefeito da cidade na época, compunha o cenário de argumentos para o aumento, deixando claro que se o fizesse, seria em observância da inflação, e que não ultrapassaria a elevação geral dos custos do sistema.

Tais declarações repercutiam internamente no movimento como faíscas para implementação de ações nas ruas e a promoção de ameaça de realização de protestos, afim de pressionar o poder público a não realizar cortes no orçamento e, conseqüentemente, a não aumentar as tarifas de transportes.

Foi assim que o PLSP realizou duas ações durante as reuniões de votação do orçamento municipal. A primeira delas, ocorreu no dia 28 de novembro, com concentração em frente à Câmara Municipal, onde seria realizada a votação do orçamento municipal para 2013, porém foi cancelada. Na ocasião o movimento realizou uma passeata e entregou uma carta na sede do governo em transição, e finalizou seu ato com a tradicional queima da catraca. Na segunda audiência de votação do orçamento para 2013, no dia 10 de dezembro de 2012, ficou definido o investimento de 660 milhões de reais para compensações tarifárias, 300 milhões a menos que no ano anterior. Em represália, o PLSP entregou uma carta ao poder público, solicitando ao menos a manutenção do recurso investido em 2012.

A partir de dezembro de 2012 algumas cidades do interior e da Região Metropolitana de São Paulo sofreram alterações em suas tarifas de ônibus, o que resultou em uma série de eventos de protestos no estado, sendo registrados na página do PLSP doze deles, abrangendo seis municípios: Mauá, Osasco, São Bernardo do Campo, Cotia, Taboão da Serra e Santo André.

Período	Nº de Eventos	Município	Repertório utilizado
Nov/2012	1	Cotia	Passeata
Dez/2012 e Fev/2013	3	Osasco	Passeata, bloqueio de vias públicas, Bloqueio de terminal de ônibus, Passeata, bloqueio de ponte
Jan/2013	3	Mauá	Passeata, bloqueio de terminal
Jan/2013	2	Taboão da Serra	Passeata, protocolo de carta em órgão público, reunião com agente do governo, participação em seção pública
Jan/2013	2	São Bernardo do Campo	Passeata
Jan/2013	1	Santo André	Passeata, panfletagem

Quadro 4: Eventos de protestos em São Paulo, entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013

Fonte: Facebook

Os protestos ocorreram entre os meses de dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, com o uso de repertórios como passeatas, protocolo de cartas e reuniões com o poder público, bem como bloqueios de vias e terminais de ônibus. Ações policiais foram realizadas, resultando em alguns casos de prisões. Dessas lutas obteve sucesso Taboão da Serra, com a redução da tarifa de ônibus na cidade.

Além de mobilizações entorno do transporte público na cidade, o movimento PLSP esteve presente durante os meses que antecederam junho em debates, eventos e protestos de temas transversais a ele, como a questão da moradia, infraestrutura urbana e os impactos das grandes obras da copa nas regiões populares da cidade, permitindo o estabelecimento de uma rede de interações, trocas de experiências e difusão de ideias.

Durante o período de novembro de 2012 a abril de 2013 o PLSP, além de participar de eventos e apoiar mobilizações políticas em São Paulo, utilizava o Facebook para emissão de mensagens ameaçando a realização de protestos contra o aumento das tarifas. O jargão “se a tarifa aumentar, a cidade vai parar” perdurou por todo este período de gestação do ciclo. Trocas de imagens de capa do Facebook, demonstrando estado ativo para a luta, ocorreram nesse período, onde ressaltavam o jargão acompanhado de imagens de eventos de protestos anteriores na cidade e coordenados pelo movimento.

O tom de ameaça do movimento se transformou em ação mobilizatória em maio de 2013, quando foi anunciado o aumento da tarifa que entraria em vigor a partir de 02 de junho do mesmo ano. A partir de meados de maio, o PLSP difundia em suas mensagens no Facebook o folder do seu primeiro grande ato contra o aumento, agendado para ocorrer no dia 06 de junho.

A fim de angariar recursos financeiros para o ato do dia 06 de junho, foi realizado pelos militantes do PLSP o evento “esquenta contra o aumento”, na área verde da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) no dia 24 de maio, que foi mobilizado no Facebook. Ao todo, foram 53,8% das postagens, dentre as 104 existentes, de cunho mobilizatório para suas ações iniciais do ciclo de junho.

Embora o 1º grande ato do PLSP demarque o início das suas lutas na cidade contra o aumento da tarifa, pequenos atos, oriundos de estudantes secundaristas e de regiões periféricas da cidade marcaram seu momento de eclosão. Foram organizados pelo movimento, uma semana antes do seu primeiro grande ato, como forma de tencionar a questão do aumento da tarifa e potencializar as ações em ruas durante as semanas que se sucederam.

Não foi algo totalmente espontâneo não [sobre ação dos secundaristas]. A gente estava presente nessas escolas onde aconteceram os atos. E foi aí que a gente foi puxando esses atos regionais nas periferias, a partir das escolas, com secundaristas. O ato era de panfletagem, comunicar com as pessoas, etc. E eles fortificaram muito o primeiro grande ato de junho, na verdade. (Militante PLSP, entrevista concedida 09/12/2016)

Os estudantes da Escola Estadual Ermano Marchetti foram os primeiros a realizarem um protesto – ocorrido no dia 27 de maio de 2013 - contra a tarifa na capital paulista. Cerca de 150 pessoas realizaram uma passeada pelo distrito de Pirituba, carregando faixas e cartazes, tendo como rumo final o Terminal Pirituba, onde realizaram a performance de queima da catraca. Membros do PLSP estiveram junto aos estudantes, contribuindo com sua organização e mobilização no Facebook, por meio de evento. Também esteve presente, a banda Fanfarra do M.A.L, que levou musicalidade ao grupo.



Figura 7: Protesto contra o aumento da tarifa em Pirituba, no dia 27 de maio de 2013
Fonte: página Movimento Passe Livre de São Paulo

Um dia depois, os estudantes da Escola Estadual São Paulo também se organizaram e foram às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade. Orientados pelo PLSP, tomaram as ruas do centro da cidade, munidos de cartazes e faixas. Ocuparam parte do Parque Dom Pedro e teve como destino final a prefeitura de SP. Ao longo do percurso foram queimadas duas catracas. O protesto teve o acompanhamento da Fanfarra do M.A.L e integrantes do PLSP.



Figura 8: Protesto contra o aumento da tarifa em São Paulo, no dia 28 de maio de 2013.
Fonte: página Movimento Passe Livre de São Paulo

A nova tarifa de ônibus da cidade de SP entrou em vigor no dia 02 de junho. Na madrugada do dia seguinte, moradores residentes nas imediações da estrada M'Boi Mirim, zona sul de SP realizaram uma manifestação contra o aumento da tarifa, resultando em obstrução de

via pública. Às seis horas da manhã, na mesma região, um grupo de pessoas, organizadas pelo PLSP, se concentravam no Terminal Guarapiranga. Munidos de faixas e instrumentos musicais, bloquearam o sentido centro da estrada M'Boi Mirim. O episódio teve imediata repercussão na página do movimento que compartilhava informações oriundas de mídias tradicionais, assim como de movimento sociais envolvidos, como o Periferia Ativa e SOS M' Boi Mirim.



Figura 9: Protestos contra o aumento da tarifa na região da M'Boi Mirim, no dia 03 de junho de 2013

Fonte: Página do PLSP no Facebook.

Cabe dizer que a região de M'Boi Mirim concentra grande volume de pessoas que utilizam o transporte público e, devido às más condições de mobilidade urbana oferecida à região, muitas pessoas são sujeitas a caminharem longos percursos até que cheguem aos locais onde utilizam a condução. Demandas antigas de melhorias no setor de transporte e mobilidade urbana são latentes na região, como a finalização da obra de duplicação de trecho da estrada M'Boi Mirim, interrompida há anos.

2.3.2 Os sete grandes atos

Os episódios de protestos organizados pelo PLSP contra o aumento das tarifas perduraram entre os dias 06 e 20 de junho, tendo a ocorrência de sete grandes atos, sendo pelo menos dois deles ocorridos a cada semana, dentre as três que compuseram esse período de protestos.

Essa estratégia de “sufocamento” do poder público via participação direta - com a intensificação de atos num curto período, - exigiu que o movimento implementasse, quase que concomitante aos atos de rua, estratégias de mobilização, tendo o Facebook como principal ferramenta após seu primeiro grande ato. Este foi amplamente divulgado no mês de maio, obtendo maior tempo para preparo de materiais e ações mobilizatórias. Os atos conseguintes se diferem, já que devido ao curto intervalo de tempo de um para o outro, muitas vezes foram mobilizados com o uso de materiais menos elaborados e ações basicamente centradas na página do movimento.

Munido de faixas, cartazes, palavras de ordem e a musicalidade da banda Fanfarra do M.A.L (Movimento Autônomo Libertário), um grupo de manifestantes, convocados pelo movimento Passe Livre São Paulo, se concentrou em frente ao Teatro Municipal da capital paulista e ingressaram no primeiro grande ato contra o aumento da tarifa na cidade, no dia 06 de junho de 2013. Em passeata, seguiram o sentido do Vale do Anhangabaú, passando pela Prefeitura de SP, e seguiu ocupando a Avenida 23 de Maio - uma das principais vias da cidade - onde catracas alegóricas foram queimadas e barricadas estabelecidas.

Durante o ato, por diversas vezes, policiais militares tentaram retomar o fluxo da via, mas foram tentativas sem sucesso, com o retorno da multidão à avenida 23 de Maio. Diante disso, a tropa de choque foi acionada e dispersou violentamente o grupo que protestava, sendo um confronto marcado por bombas de efeito moral, tiros com bala de borracha e agressões físicas.



Figura 10: Primeiro Grande ato do Passe Livre São Paulo, em 06 de junho de 2013
Fonte: folha de SP. Notícia 07 de junho.

Tal ação da polícia dispersou parte dos manifestantes, que criaram novos focos de protestos aos arredores da Avenida 23 de Maio, deslocando principalmente sentido Terminal Bandeira, Prefeitura, Terminal Parque Dom Pedro e Avenida 9 de julho. Foram realizados catracações em terminais de ônibus, barricadas com latas de lixo, entregas de panfletos e pichações de protesto.

Interessante destacar que para os militantes do PLSP o volume de adesões de populares ao primeiro ato, equiparado ao maior obtido em 2011, oferecia indícios de um ciclo que nascia forte nas ruas. Um traço estratégico, pensado e mobilizado para tal, porém que ao ser concretizado repercutiu com surpresa e satisfação aos militantes, conforme relato abaixo:

Então, eu acho que o primeiro ato foi talvez tão grande quanto o maior de 2011. Então, acho que até tem essa relação. A gente tinha construído uma espécie de referência em 2011, que foi suficiente para gente. Depois de toda preparação em maio, construiu o primeiro ato já no nível igual ao maior do que o maior de 2011. Foi muito impressionante para a gente. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016)

Esse ato teve repercussão nacional através da cobertura de grandes veículos de imprensa, que ressaltava as práticas de vandalismo e a danificação do patrimônio público e privado. No dia seguinte, o então governador Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), reforça a imagem dos protestos como atos de vandalismo e declara apoio às duras ações policiais. Concomitantemente, no Facebook o PLSP difundia informes a respeito de sua presença e atuação nas ruas, com o uso de link de notícias difundidos na grande mídia, assim como a publicação de vídeos, imagens e textos em referência à ação violenta de policiais.

Em resposta às repercussões negativas do seu primeiro ato, no dia seguinte o movimento PLSP divulga duas notas públicas, sendo uma delas em esclarecimento da situação dos manifestantes presos no ato, e a outra em resposta às acusações de práticas de vandalismo e de depredação do patrimônio público circuladas nas grandes mídias e nos discursos de membros do poder público. Ambas notas ressaltam seu legítimo direito de protesto e que as práticas violentas por manifestantes foram em reação a repressão policial. Além disso, é argumentado na carta ainda que o movimento não incita práticas de violência e que não está sob seu controle as emoções de milhares de pessoas.

Na página do PLSP postagens informavam o que ocorria nas ruas, sendo a violência policial o tema de maior atenção no dia em que também se pautou o debate público, que era aquecido a cada depoimento de Haddad e Alckmin - amplamente divulgado nos veículos de comunicação. Em momentos anteriores a este segundo ato do PLSP ocorreu uma tentativa frustrada de diálogo do então prefeito com o movimento, feito de forma informal através de contato com um dos membros.

Como forma de esclarecimento e resposta às notícias circuladas, entre os dias 07 e 10 de junho, o movimento lançou mão de sua terceira nota pública, publicada no dia 9 de junho. Ela abordava os motivos e processos aos quais os motivavam ir às ruas, e tratava de responder algumas polêmicas levantadas no período, em relação a sua falta de abertura para o diálogo com o poder público.

No dia 11 de junho o movimento protocola um pedido de reunião com o poder público, com pauta única: a revogação do aumento da tarifa. Ele expressa a crença na força da população nas ruas e se coloca à disposição para o diálogo e declara indisposição de acordar qualquer outra demanda, que não a revogação das tarifas. Tal pedido gerou o pronunciamento de Haddad, que estava em Paris, em que reforçou sua atenção às manifestações de SP. Já Alckmin não pronunciou sobre a questão da tarifa, porém reforçou o discurso dos vandalismos presentes nos atos. O pedido de reunião, por outro lado, gerou um amplo debate na Câmara Municipal de SP. O debate dividiu opiniões e alguns vereadores, como Rubens Calvo (do PMDB) e Arselino Tatto (do PT), se posicionaram contra as manifestações. Na Casa, o apoio veio de Toninho

Vespoli (PSOL), que reforçou o teor de criminalização dado às manifestações até então ocorridas na cidade (JUDENSNAIDER; LIMA; ORTELLADO; POMAR, 2013).

O quarto grande ato do MPL-SP ocorreu no dia 11 de junho. Concentrou-se na avenida paulista e, posteriormente, seguiu rumo ao Parque Dom Pedro, principal estação de ônibus da cidade. Apesar da chuva que caía na cidade, cerca de 15 mil pessoas estiveram presentes no protesto que durou seis horas. A PM-SP havia criado alguns bloqueios na tentativa de impedir que os manifestantes atingissem pontos centrais da Avenida Paulista. Contudo, os manifestantes pararam a Rua Consolação, o início da Radial Leste e a Avenida Paulista. O confronto entre a polícia e os que protestavam foi violento, tendo como resultado a prisão de vinte pessoas e outras dezenas feridas.

O dia foi marcado ainda por depredações ao patrimônio, com agências bancárias, estações de metrô e ônibus atingidos. Ressalta-se que nesse dia ainda os atos de vandalismo atingiram a sede do Partido dos Trabalhadores. A organização do movimento não conseguiu conter os atos e se desculpa com lideranças partidárias pelas ações decorrentes do protesto em rua.

Em detrimento das prisões ocorridas nos atos em rua, o PLSP solicitava em sua página doações para a liberação das pessoas detidas pela polícia, assim como, de profissionais do Direito que pudessem acompanhar os casos, ou mesmo, atuar nas ruas em defesa dos manifestantes.

Se na internet os relatos de violência eram viralizados nas *timelines* dos usuários do Facebook, por outro lado, a mídia tradicional (impresso, online e TV) produzia um discurso que potencializava a imagem do PLSP como um movimento formado por vândalos.

No dia 12 de junho, o movimento participou de uma reunião com o Ministério Público de SP, junto ao sindicato dos metroviários e representantes do PSOL. Dentre as demandas, o movimento solicitava uma instância formal para negociação da anulação do aumento da tarifa, e a promessa de prometer suspender os protestos caso houvesse uma revogação temporária. No mesmo dia, a página do PLSP informava a ação do grupo *Anonymous*, no site da Secretaria Municipal de Educação de SP. A ação hacker no site fazia a convocação de toda a população estar presente no quarto grande ato do movimento, que ocorreria no dia 13 de junho.

Na manhã do dia 13 de junho, antes de ter início o quarto grande ato do PLSP, foi publicada em sua página a quarta nota emitida pelo movimento. Tratava-se de esclarecimentos sobre a situação dos detidos nas manifestações do dia 11 de junho. Na carta foi ressaltado o trabalho dos advogados voluntários, como também colaboração de organizações que se solidarizaram com a situação dos manifestantes presos. Como exemplos: a Consulta Popular,

Movimento Luta Popular, a Central Sindical e Popular Conlutas, o Grupo Tortura Nunca Mais, o PSTU e o PSOL, entre vários outros.

Os manifestantes saíram do Teatro Municipal de São Paulo e, pela Avenida Ipiranga, seguiram rumo a Rua da Consolação - que interliga o antigo centro de SP à Avenida Paulista. No trajeto, mais precisamente na Praça Patriarcal, havia policiais militares, que antes mesmo do protesto começar, estavam realizando detenções. Muitas destas ocorriam devido ao porte de vinagre, de uso comum pelos manifestantes, que era utilizado para neutralizar os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo, lançadas pelos policiais nas manifestações.

O grande ato do dia 13 de junho se tornava o mais violento do período, resultando em inúmeros feridos e detidos. Um caso de grande repercussão na mídia durante esse período foi o da jornalista da TV Folha, Giulianna Vallone, que ao cobrir o protesto, foi alvejada com bala de borracha no Rosto.

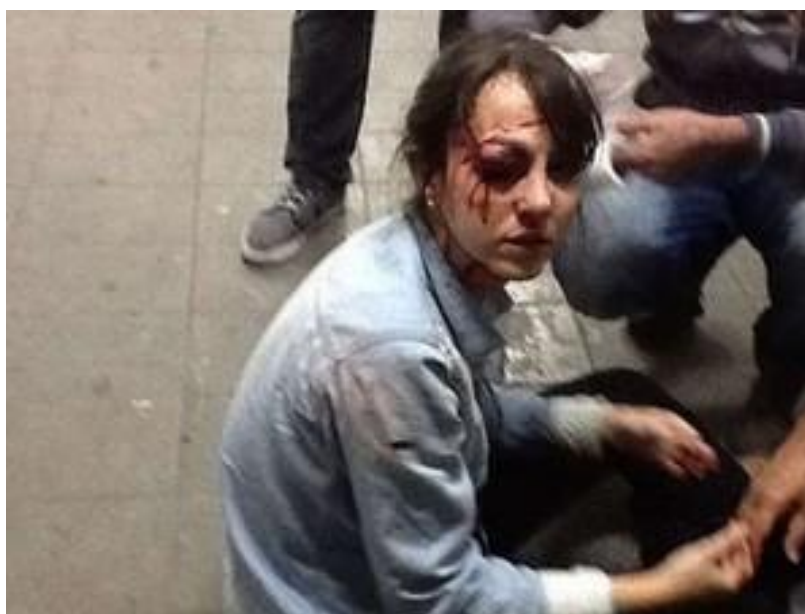


Figura 11: jornalista atingida por bala de borracha no quarto grande ato do Passe Livre São Paulo, em 13 de junho de 2013
Fonte: <http://arte.folha.uol.com.br/tvfolha/2014/05/20/junho>

Em 13 de junho, os relatos a respeito da violência policial sobre os manifestantes ganham espaço na página do PLSP, que estimulou o compartilhamento de imagens e vídeos comprobatórios. Viralizadas nas redes sociais, as críticas às ações policiais nos protestos do movimento se converteram em ondas de apoio popular que ultrapassaram as fronteiras locais, ganhando notoriedade no cenário nacional e internacional. Somado a isso, a grande mídia, pressionada por uma opinião pública cada vez mais favorável às ações do movimento, altera sua narrativa a respeito do movimento pelo viés de vândalos para se referir aos atingidos do abuso de poder policial. Foi assim que cenas de violência cometidas por policiais ganham as capas dos principais noticiários do país.

No período entre 06 e 13 de junho havia no cenário nacional o protagonismo dos protestos de São Paulo, embora em outras capitais já houvessem reivindicações acerca do transporte coletivo, com a ocorrência no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiânia e Natal.

De acordo com Monika Dowbor e José Szwako (2013, p.2) “*o drama entre manifestantes e repórteres digladiando com ‘violentos’ policiais tocou o grande público*”. Para eles, embora os conflitos entre o PLSP e a polícia não fossem uma novidade, pois já havia ocorrido desde o primeiro ato do movimento naquele ano, assim como em momentos pretéritos, o que surpreendeu nesse dia foi a forma desproporcional com que a força policial paulista atuou nas ruas, que acabou conquistando papel de vilã.

Para Luciana Tatagiba (2014, p 35), o dia 13 de junho representou “*um ponto de inflexão nos rumos dos protestos*”, já que foi a partir desse momento que eles se massificaram. E conforme complementa André Singer (2013, p. 25), após a comoção popular, obteve-se como consequência a inclusão, de forma espontânea, de outras frações da sociedade em cena, sendo replicados protestos em outras capitais do país, como Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Vitória e Belo Horizonte, especialmente entre os dias 17 e 20 de junho, considerado por alguns atores como o pico do ciclo de protestos de 2013 (SILVA; SILVA, 2016; SILVA, 2014; ALONSO; MISCHÉ, 2016; SINGER; 2013). Essa adesão popular em massa foi acompanhada por uma profusão de pautas, heterogeneidade de atores e a presença de atos de hostilidade partidária.

No dia 17 de junho, pela manhã, membros do PLSP se reuniam com representantes do governo do estado, do Ministério Público, da Polícia Federal, da Igreja Católica e de outros movimentos sociais. O objetivo do governo seria negociar o trajeto da manifestação, mas o movimento se recusava e sugeria que as suas demandas fossem associadas à pauta de transportes, e não de segurança. Como resultado da reunião, compromissos para evitar a violência foram firmados. (JUDENSNAIDER; LIMA; ORTELLADO; POMAR, 2013).

No mesmo dia, o movimento se reuniu com o secretário de governo do município, Antônio Donato, com o intuito de preparar uma reunião do Conselho da Cidade, e recebeu uma visita inesperada de Fernando Haddad. Foram discutidas as dinâmicas do conselho, além de questões que envolviam o setor de transporte. Na ocasião, membros do PLSP reiteraram a sua abertura para o diálogo obtendo como pauta única a revogação do aumento da tarifa (JUDENSNAIDER; LIMA; ORTELLADO; POMAR, 2013).

Após a reunião, o movimento divulgava uma nota pública, e reiterava que a decisão da revogação do aumento da tarifa na cidade era uma decisão política, deixando clara a necessidade de se obter uma reunião específica para discutir a pauta do movimento. Há na carta a convocação do prefeito Fernando Haddad para a reunião que ocorreu no dia 19 de junho no

sindicato dos jornalistas. Enquanto isso, circulava ainda na página do PLSP o pedido de utilização da hashtag #REVOGAoAUMENTO para os usuários do Twitter, permitindo sua comunicação durante os atos em rua, assim como a construção de uma autonarrativa sobre os fatos, onde quem participava era também o narrador.

Na tarde do dia 17, o grupo de manifestantes se reuniu no Largo da Batata, seguindo para as Avenidas Rebouças e Marginal Pinheiros, Faria Lima, Presidente Juscelino Kubitschek e Avenida Berrini, todas no centro de SP. O destino final foi a ponte estaiada Octávio Frias de Oliveira. Durante o ato, a página postava, em tempo real, o seu trajeto e estimava 100 mil pessoas nas ruas - o maior ato de todos os ocorridos em junho de 2013, e em toda história do movimento.

Paralelo ao quinto grande ato, ocorreu na página do movimento a divulgação do ato que ocorreria no dia seguinte, 18 de junho. O ponto de concentração do sexto ato foi a Praça da Sé, e antes dele ter início, o PLSP divulgava em sua página mais uma nota de esclarecimento. Nela relatava sobre a reunião obtida no Conselho da cidade, ocorrida no mesmo dia, em que estava presente Fernando Haddad, que se comprometeu em agendar um encontro específico para discutir a pauta do movimento. Ainda em sua nota, o movimento relatou a existência de outras pautas nos protestos, mas reiterou a centralidade na revogação do aumento da tarifa. Diz ainda sobre as manifestações de apoio recebidas de manifestantes no exterior ao país, assim como o registro de protestos ocorridos em 30 cidades, sendo algumas vitoriosas em pedidos de revogação.

Apesar de pouco explorado e com poucas postagens no dia no Facebook, a fim de subsidiar esta contextualização, o dia 18 foi mencionado pelos entrevistados como um dos dias mais violentos de junho, onde ocorreram muitas prisões, especialmente, de militantes de classes populares, acarretando internamente grande corrida dos ativistas para sanar processos jurídicos e resolutividade de prisões, bem como atender as demandas das ruas, tendo em vista que foi um protesto longo, que durou muitas horas, conforme ressaltado abaixo:

Ah, junho foi muito intenso! A gente não dormia, não se alimentava, não fazia nada. Eu acho que tudo foi muito intenso. Tudo foi muito importante. Eu, particularmente como esta militante, acho que é pouco explorado o dia 18 de junho, que é o dia anterior a gente conseguir a revogação do aumento. Que foi um ato que a gente fez que saiu da praça da sé. E depois desse ato teve um caos generalizado no centro. Uma revolta popular muito forte e que já tinha uma questão da polícia e tal, e que nesse dia foram presas muitas pessoas. E principalmente pessoas que são alvo prioritário da polícia desde sempre: pessoas negras, pobres, moradoras de ocupações no centro, moradores de rua. Muitas pessoas foram presas nesse dia, nessas condições e não tiveram tanta divulgação, quanto pessoas de outras classes sociais foram presas em outros dias. Tanto é que uma dessas pessoas ficou muitos meses presa e a gente descobriu ela presa depois de muitos meses, por conta de uma parceria que a gente tem com a defensoria e de poder dar assessoria jurídica para as pessoas que são presas e que sofrem violações de direitos humanos em manifestações. E acho que esse dia, dia 18, ele é muito sintomático de quanto a estrutura do transporte tem a ver com uma

estrutura de opressão da cidade mesmo. E de produção de capital em cima do sofrimento das pessoas. E esse dia deixou muito claro. Foi um dia de resistência muito forte, a cidade ficou completamente paralisada. Muito diferente da segunda-feira anterior. O dia anterior, que também ficou paralisada, mas tinha um outro viés político. Eu acho que ali estava mostrando a cidade sendo segregada, a quem ela é mais segregada. A quem ela ataca mais, tortura mais. E qual o potencial de revolta dessa população e como essas estruturas repressivas da polícia e do judiciário vão atuar sobre os mais fracos. Esse dia é bem importante para entender junho e eu acho subvalorizado, por conta de não serem militantes clássicos. No dia 18 a gente trabalhou muito. As pessoas foram dispersas em muitas delegacias. A maioria dos militantes estavam deslocada nas delegacias. O conflito se estendeu por muito tempo nas ruas, então as pessoas passaram também muito tempo na rua. (Militante PLSP, entrevista concedida 07/12/2016)

No dia 19 de junho Fernando Haddad (Prefeito do município de SP) e Geraldo Alckmin (Governador do Estado de SP) anunciam a revogação das tarifas de transportes na cidade, tornando as ações do PLSP vitoriosas. O ato do dia 20 de junho foi mantido pelo movimento, o qual foi organizado antes da revogação, e que tomou uma característica comemorativa da conquista política, além de fornecer apoio a todas as pessoas que haviam sido presas em seus atos públicos e de apoiar as demais lutas ocorridas em outras cidades brasileiras. Nesse protesto foi evidente a multiplicidade de atores, de pautas e atos de hostilidades a membros de partidos políticos, em que alguns foram encurralados e/ou tiveram suas bandeiras de partidos queimadas. “Sem Partido”, entoado nos cantos das ruas, representou uma das principais características de inovação desse ciclo, que fora a perda de centralidade de organizações partidárias na mobilização e coordenação das mobilizações em massa presentes nas ruas (TATAGIBA; 2014; SILVA, 2014; JUDENSNAIDER et al, 2013; GOHN, 2013; ALONSO; MISCHÉ, 2016, e outros).

No dia 21 de junho, organizadores do movimento anunciaram a retirada do PLSP dos protestos de 2013. Repudiaram qualquer tipo de violência entre manifestantes, sejam eles partidários ou não, e ainda se posicionaram contrários às pautas conservadoras no interior do movimento, após o ato comemorativo. Ainda no dia 21 de junho, a presidenta Dilma Rousseff realizou um discurso nacional e ressalta a sua obrigação em “escutar a voz do povo”, no entanto reafirma a importância da garantia da lei e da ordem nacional. Além disso, ressalta os avanços nos serviços públicos em seu governo, e afirma maiores investimentos nos próximos anos, assim como a necessidade de melhor controle da corrupção no país. Sobre a copa, sinaliza a importância da cordialidade e receptividade histórica do brasileiro.

A partir desse dia, em São Paulo, as mobilizações ocorriam em regiões periféricas, permaneceram vigentes até o fim de 2013. O movimento PLSP passou a ser um importante difusor de informações e de mobilização de lutas protagonizadas por movimentos aliados, por causas transversais ao transporte.

No restante do país, as mobilizações ocorridas foram parciais e, e assim como em SP,

retomaram reivindicações de ordem local, apropriando-se de diferentes formas de atuação, sendo destaque as ocupações e acampamentos em frente a prédios públicos ou residências de governantes. Além disso, manifestações contra a copa do mundo “*ganha o palco dos protestos, deslocando-se de São Paulo o foco central dos acontecimentos*” (GOHN, 2013, p. 24).

Embora já tivesse sido ativado a partir do dia 15 de junho, com a abertura dos jogos da Copa das Confederações, a visibilidade dos protestos contra a copa tornou-se maior após o dia 20 de junho, quando diferentes protestos tomaram as ruas das cidades que sediaram tais jogos. Cabe dizer ainda que, conforme explica Dowbor e Szwako (2013, p.4), esses protestos não foram espontâneos e tampouco nascidos em junho. Eles fizeram parte de um conjunto de manifestações coordenadas pelos Comitês Populares da Copa, criado em 2010, que protestaram contra os impactos da copa, especialmente em prol de direito de moradia, atuando nas doze cidades sedes do mundial de 2014 no Brasil.

Um exemplo importante dessas manifestações contra a Copa no país encontra-se no estudo de Maria Aline Silveira Ferreira (2015) que realiza análise das manifestações ocorridas em Belo Horizonte, em junho de 2013. Segundo a autora, a Copa das Confederações apresentou-se como uma janela de oportunidades para grupos de protestos, uma vez que chamava a atenção da opinião pública internacional (2015, p. 90). Ao relatar sobre os fatos ocorridos em Belo Horizonte, Ferreira enfatiza que a onda de protestos vivenciados na cidade teve vínculos com os jogos que ocorreram na cidade, sendo os atos realizados próximos aos estádios do Mineirão e nos dias dos jogos da Copa das Confederações, entre os dias 15 e 26 de junho (FERREIRA, 2015, p. 97-100).

O Rio de Janeiro, que também obteve protestos contra a Copa do Mundo durante o evento, foi palco ainda de um cenário de ocupações e acampamentos, direcionado especialmente a reivindicações como a CPI dos transportes, Fora Cabral e Onde está o Amarildo?² (GOHN, 2013, p. 34). A própria polícia foi suspeita de seu desaparecimento, sendo o caso uma denúncia aos abusos da força policial em regiões periféricas da cidade, gerando comoção e visibilidade em todo país.

Na cena local, após o pico de junho, também se deu continuidade às reivindicações na área de transportes. Em Vitória, por exemplo, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) foi ocupada por manifestantes que exigiam a queda do pedágio da ponte (que liga a ilha ao continente) a partir do início de julho de 2013. Conforme ressalta Cristiana Losekann (2014), as mobilizações de julho foram reflexos do mês anterior, onde a cidade vivenciou a presença de 100 mil pessoas nas ruas, no dia 20 de junho, em apoio as manifestações do PSLP e que

² Amarildo era um ajudante de pedreiro detido na Favela da Rocinha para investigação por policiais militares e que desapareceu ao ser conduzido para a Unidade de Polícia Pacificadora do bairro (UPA), no dia 14 de julho.

realizaram a travessia da 3^o ponte - repertório inédito que passou a ser apropriado nos protestos ocorridos na cidade desde então. Desta série de protestos em Vitória resultou a suspensão da cobrança da tarifa, por tempo indeterminado, em abril de 2014, e que somente voltou a ser cobrada em dezembro do mesmo ano.

Em Porto Alegre as reivindicações na área de transportes, que vinham sendo realizadas desde dezembro de 2012 na cidade, ganharam força também no mês de julho. Foi nesse mês que o Bloco de Lutas pelo Transporte Público retoma seus atos, ocupando a Câmara Municipal de Porto Alegre, entre os dias 10 e 18 de julho de 2013 - conforme explicado no importante e cuidadoso trabalho de Camila Farias da Silva (2015) sobre as inovações dos repertórios de confronto no contexto das manifestações de 2013.

Internamente, o movimento sofreu impactos devido a intensificação de novos adeptos e visibilidade nacional, exigindo posicionamentos a respeito de novos ciclos eclodidos no país, assim como a sua postura e atuação nas lutas da cidade. Novos ciclos de protestos foram vivenciados pelo movimento entre 2015 e 2017, mas ambos não obtiveram sucesso na conquista da revogação da tarifa.

Rupturas internas foram vivenciadas no pós-junho entre militantes do movimento. No centro dos conflitos estava as dúvidas com relação ao futuro do movimento, que para alguns deveria expandir para outras ações e causas transversais ao transporte na cidade, já que a causa central havia sido conquistada naquele ano e o movimento havia alcançado reconhecimento em todo país. Porém, o grupo decide continuar tendo o transporte como causa central, assim como permaneceu como um coletivo do MPL, de forma local. Parte desses conflitos foram evidenciados em entrevista:

Ocorreu um racha de algumas pessoas. De certa forma o movimento está morto. Ele cumpriu aquilo e ele precisa se reinventar. Então, por exemplo, essa ideia de pensar em ir para a periferia e levar outras questões dos transportes para além da tarifa zero. De pensar também os lugares que não tem transportes, e tal e ir até lá e reivindicar novas linhas de ônibus. Tentar reinventar o movimento com novas bases, e pensar que junho teria aberto portas para um começo de reorganização da esquerda no Brasil. Sei lá como. E que o MPL era parte importante disso e precisava também acompanhar isso. Não precisa ficar fazendo as coisas que sempre fez, precisava mudar completamente, senão ia se burocratizar. E daí a gente sai do movimento, um pouco com a análise de que ele estava se burocratizando continuamente, no sentido de que ele estava se fechando nele mesmo. Discutindo cada vez mais questões os internas e insistindo em se manter como um coletivo ainda, sendo que a gente achava que precisava explodir o movimento mesmo. Arriscar. Era um coletivo super coeso, com uma identidade muito clara, o que permitiu a gente fazer muita coisa, com uma linha muito bem definida, as vezes sem conversar com a gente estava pensando as mesmas coisas. Daí são laços muito fortes e de companheirismo. E aí claro que dava saudades disso e tal, mas a gente achava que a gente precisava abandonar essa ideia por hora e explodir mesmo. Deixar de ser um coletivo para tentar virar um movimento social de fato. Não sei se a gente também estava delirando. Acho que em parte a gente estava talvez numa crítica muito grande. Há coisas que estão fora das nossas escolhas, que são as novas dinâmicas do que é fazer política hoje e que tem mais essa midiaticidade e eu acho que a gente estava achando que era mais fácil do que é para construir uma organização com laços fortes, mais ou menos aos moldes antigos, sem hierarquia e

tudo mais. Então, pensar estratégias, trabalho de base já não são possíveis hoje talvez. Mas, enfim a gente achava que era isso. Precisava matar e enterrar o que tinha sido até agora. Inclusive, fazer uma boa análise de junho. E explodir o movimento pelo transporte muito mais amplo e mais conectado com outras lutas da classe trabalhadora urbana. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016)

[Depois de junho] a gente teve militantes que saíram, que acreditaram que era o momento de fazerem lutas mais amplas, não fazer lutas só por transporte. O pessoal que está mantendo o movimento acredita que ainda é importante as questões dos transportes. Ainda é uma pauta com um potencial de mobilização grande, mas que principalmente é estruturante na forma com que a cidade está organizada, e, portanto, ainda é válida. (Militante PLSP, entrevista concedida 07/12/2016)

Num exercício de reflexão, alguns membros do PLSP mencionaram em entrevista, que junho havia representado um ponto de inflexão para a esquerda brasileira, no sentido de permitir que os grupos que os constituem se renovem. Ressaltam a necessidade de compreensão dos significados do pós-junho para a esquerda como um exercício importante e coletivo.

[...] Mas, ao mesmo tempo o Movimento Passe Livre não está descolado de toda essa conjuntura política que a gente vive. Que principalmente a esquerda vive. E sobre isso é impossível de se fazer uma análise curta e muito menos que de conta de toda análise do movimento, porque acho que isso ainda está em curso. O movimento ainda está pensando o que significou os pós junho. Tudo que os pós junho significou para o país, dentro do viés do movimento passe livre, cabe mais de uma análise do que a esquerda fez de junho e o que gerou para a esquerda e para a luta popular e quais são os rumos daqui para frente, acho que é uma análise mais coletiva que ainda não foi feita. (Militante PLSP, entrevista concedida 07/12/2016)

Outro impacto vindo das entrevistas refere-se aos processos de formação política. De acordo com membros do movimento, muitos espaços se consolidaram após-junho como territórios de lutas, que anteriormente, caso já eram utilizados, necessitavam de liberação para ser utilizado. Exemplo disso foi a Avenida Paulista em São Paulo, principal palco de protestos hoje na capital financeira, que anteriormente era exigido um procedimento burocrático para liberação, hoje dispensado. Fora isso, o Brasil passou a vivenciar uma efervescência de protestos, cuja participação direta passou a ser privilegiada.

É a rua sendo novamente lugar luta das pessoas. A avenida Paulista, por exemplo, antes não podia ocupar ela sem pedir uma autorização prévia, e, enfim, a gente nunca pediu autorização, mas junho de 2013 anulou isso, na verdade né. E hoje, se você quiser organizar, ter autonomia, fazer um evento, um ato contra qualquer coisa, você vai lá, ocupa a paulista e faz um ato. Junho rompeu com isso. Dessa burocracia de conseguir acessar a Paulista para conseguir fazer um ato. Teve maior número de greves. Acho que foi sintomático. Aconteceram várias lutas. Luta contra a copa. Várias greves. A gente via a greve dos garis no Rio de Janeiro. Teve a luta dos índios também aqui em SP, que ocuparam a rodovia bandeirantes. É isso. Teve uma efervescência de lutas mesmo, que começaram a serem mais diretas na rua. Eu acho que teve esse legado. Não que isso não acontecesse, mas que isso se espalhou mais, fortaleceu mais durante um tempo, até que o estado ganhou a dinâmica de novo, e controlar a cidade, para a cidade voltar a circular sozinha, etc. (Militante PLSP, entrevista concedida 09/12/2016)

Outro impacto de junho em termos de formação política refere-se à percepção dos entrevistados de que muitos que compuseram as ruas de junho participavam de um ato pela

primeira vez, sendo aquela experiência política formadora desses ativistas jovens. Sob este aspecto se enquadram os secundaristas de escolas públicas da cidade, um dos alvos do trabalho de base do movimento, que no pós-junho desencadearam uma onda de protestos na cidade, grande parte comungando de princípios comuns do PLSP, como o de horizontalidade, independência e autonomia, onde as redes sociais digitais também foram instrumentos parte da luta.

Para mim são [sobre os legados de junho] as manifestações secundaristas que estão acontecendo agora. São meninos que ou foram para as ruas em 2013 - os mais velhos -, ou viram o 2013 na escola. Tem essa lembrança e deram um passo a mais, que é não só ocupar a rua, mas ocupar a escola também. Talvez, agora com o paraná, até teve a dimensão de junho de 2013, foi muito grande. Mas, eles fizeram uma coisa que a gente não conseguiu fazer em junho; que a gente avaliou que era um dos problemas de junho também, que é espaços de democracia radical. Cada escola, e as assembleias de cada escola, eram um espaço radicalmente democrático que não existia em junho. Junho o MPL decidia as coisas. Não tinha assembleia nos atos, porque não era possível também. Embora na história do MPL tivesse. Lá em Floripa tinha! Então neste sentido eles deram um passo. Eles retomaram essas coisas dos travamentos também, que é diferente de andar. Ficar parado num lugar é mais tenso. Então, acho que pelo menos por enquanto esse é o legado. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016)

Importante dizer, que grande parte dos entrevistados são fruto do trabalho de base do movimento em escolas secundárias, e uma das entrevistadas teve sua formação política nos grandes atos de junho.

Na verdade, foi uma coisa incrível. Cada ato era incrível, ainda mais para mim, que eram os primeiros grandes atos que eu estava fazendo parte. Apesar de eu ter entrado em 2012, eu nunca tinha participado de grandes atos. Tinha participado de pequenos atos, porque até então 2012 não tinha aumento. E também nos anos anteriores quando teve, 2011 e 2010 eu era muito nova e eu também nem tinha noção, na verdade. Só tive essa noção mesmo em 2012, quando eu entrei em contato com o movimento. Então, para mim era uma coisa, sei lá, incrível mesmo. Aquele momento era um momento que eu estava passando por um processo de formação política. Então, hoje eu acho que eu sentiria de outra forma. Veria aquelas relações políticas de outra forma. Naquele momento eu estava muito, tipo... Nossa, eu lutei e consegui reduzir a tarifa. Porque realmente eu estava muito na condição de não só militante, mas de uma pessoa que não concordava que os 20 centavos eram justos. Eu não tinha realmente condições. Minha mãe não tinha condições e eu reduzi 20 centavos. É isso, sabe? As pessoas precisam acreditar na luta também, e foi essa a sensação que eu tive a cada ato. A cada ato foi isso. A luta é importante. Importa. Dá resultados. Eram umas coisas que eu estava encantada ainda. Eu estava com uma energia muito forte. Hoje consigo conectar mais com questões políticas. Mas, foi um processo formativo político, para mim, e para muitas pessoas. Muitas pessoas! Para mim que estava dentro do movimento, entrando em um movimento horizontal, por mais que já tinha pessoas, que tinham passado por grandes atos, repressões, articulações, elas também estavam lá aprendendo com aquele novo cenário político, aquele novo contexto, aquelas novas dinâmicas, com todas aquelas surpresas que a gente teve, enfim... Eles também estavam aprendendo. A gente ali estava aprendendo todo mundo junto. E um nivelando as experiências do outro. E acho que isso que foi importante. Junho é isso. Representa também a questão mais prática da horizontalidade. Porque é cada pessoa na rua decidindo coletivamente, com o mesmo poder, que a gente vai reduzir a tarifa. (Militante PLSP, entrevista concedida 09/12/2016)

2.3.3 Continuidades e inovações

Em junho de 2013 havia passado 21 anos desde o último ciclo de protestos no país com adesão em massa, concernente ao Fora Collor em 1992. De lá para cá, ocorreram alguns esforços na literatura para a identificação das continuidades e rupturas presentes nas formas de ação e de organização dos protestos em rua, sua composição, bem como seus impactos sobre a política.

As manifestações públicas, o uso de símbolos nacionais, assim como a forte entonação nas ruas contra corrupção dos ciclos anteriores no país foram herdados em junho de 2013 (ALONSO; MISCHÉ, 2016; TATAGIBA, 2014), ganhando nova intensidade e significados.

As ruas dos centros urbanos foram o principal palco para a reivindicação popular, sendo a participação direta, por meio de manifestações públicas, a principal forma de luta encontrada em junho. Símbolos nacionais, como a presença da bandeira brasileira e vestimentas verde e amarela - marcantes na campanha Diretas Já -, acompanhados de gritos e palavras de ordem - como o “*verás que o filho teu não foge à luta*”, tão entoado pelos caras pintadas do Fora Collor - também se fizeram presentes em junho de 2013, e foram acompanhados pelo forte sentimento anticorrupção que transversalizou as ações de manifestantes em rua, sobretudo quando os protestos tomaram uma dimensão nacional (ALONSO; MISCHÉ, 2016; TATAGIBA, 2014).

Nos ciclos anteriores, mesclavam-se ao patriótico verde e amarelo, as cores preta - associada aos rituais de enterros simbólicos das Diretas Já, e as camisas dos jovens caras pintadas contra a corrupção -, assim como a cor vermelha - tida como símbolo de lutas representadas pela ideologia socialista ou presença de bandeiras de partidos de esquerda, muito frequente nos ciclos anteriores (TATAGIBA, 2014, p. 44-51), mas, pouco salientes em junho de 2013 (ALONSO; MISCHÉ, 2016, P. 10). Essa é uma inovação em relação ao passado: a recusa de uma organização hierarquizada e centralizada na coordenação de sindicatos, movimentos sociais organizados e partidos políticos.

No caso específico dos protestos contra a tarifa em São Paulo, foi uma estratégia do Passe Livre que a tomada de decisões fosse feita internamente, sem a intervenção dos partidos e organizações (JUDENSNAIDER et al., 2013), que, assim como nos outros ciclos, também estiveram presentes nas ruas, contudo, sem qualquer papel efetivo no recrutamento e na organização das mobilizações (TATAGIBA, 2014, p. 47). Em junho, pode-se ver cenas de hostilidade de grupos de manifestantes contra a presença de membros de partidos, que tiveram suas bandeiras queimadas e foram expulsos das ruas, acompanhado pela palavra de ordem “sem partido”.

É atentando para esses aspectos, em especial os repertórios de ação utilizados nas

manifestações de junho, que Alonso e Mische (2014, p. 8) defendem o argumento que o protesto de junho foi realizado a partir de performances políticas híbridas, que combinam elementos simbólicos inspirados em repertórios globais (autonomistas e socialistas) com aqueles locais (patriótico), advindo de ciclos pretéritos. Os repertórios autonomistas tiveram maior notoriedade nos momentos iniciais e nos protestos menores e localizados, reforçados pela atuação do PLSP. Seguindo a lógica de sobreposição, esses foram dividindo espaço com o repertório patriótico que cresceu na medida em que as manifestações se avolumaram e se difundiram no país. (ALONSO, MISCHÉ, 2014).

De acordo com Marcelo Kunrath Silva (2014) algumas características foram peculiares às mobilizações de junho, capazes de gerar tensão entre interpretações sobre suas causas e dinâmicas tanto de leigos quanto de especialistas.

Para o autor, um dos aspectos relacionados a emergência de junho seria resposta direta a um contexto político e econômico do país em crise. Embora Silva (2014) não descarta e considera relevante esse aspecto, frisa que, naquele momento de eclosão dos protestos em 2013, a economia brasileira encontrava-se relativamente estável, embora sofrendo os reflexos negativos da economia global e não apresentava piora drástica em seus indicadores. Este aspecto levantado alertava para uma possível naturalização do ciclo de protestos que, quase como um objeto dado, emergia de vivências negativas da população em um cenário de crise política e econômica.

Outro aspecto que diferencia o ciclo de 2013 dos anteriores está relacionado a sua ampla dimensão, que se difundiu para segmentos da população e locais do país sem tradição em eventos contestatórios, conformando-se em uma mobilização de massa até então pouco visto no Brasil.

Quando comparado aos ciclos de protestos anteriores, chama atenção a multiplicidade de pautas. Diferentemente dos protestos Diretas Já e Fora Collor, em 2013, especialmente quando os protestos contra a tarifa de São Paulo se difundem para todo o país, não havia uma pauta que unificasse as ruas. Isso abriu leque para que houvesse casos de personalização das demandas, em que cada manifestante levava consigo suas pautas de maneira individualizada, diferenciando-se de acordo com cada localidade.

Para Tatagiba (2014), essa lógica “cada pessoa um cartaz” pode ser expressão de uma crise de representação presente nas democracias contemporâneas, que tende a se agravar com a incapacidade das elites políticas de estabelecer novos e interativos canais de comunicação com a juventude, mas também foi uma forma de expressão da vontade dos jovens de intervir sobre o mundo. Neste sentido, para a autora, a crise da representação pode ser visualizada na apatia ou negação da política, mas também na aposta que os jovens fizeram na participação direta para

a solução de problemas (TATAGIBA, 2013, p. 56). Como veremos ao longo do trabalho, as formas de atuação do movimento Passe Livre São Paulo reforçam essa crise de representação, na medida que apostam em uma postura autonomista, avessa aos meios institucionalizados e crente na participação direta como resolutividade de problemas (JUDENSNAIDER et al., 2013, p.14).

A velocidade com que os protestos de 2013 ocorreram também foi um fator de destaque para Marcelo Kunrath Silva (2014), que afirma que em um curto período de tempo focos locais de protestos se difundiram para uma escala nacional, e depois tiveram um período de latência retomando casos localizados. Ressalta ainda que, esse aspecto foi acompanhado pelo grande volume de manifestantes presentes nas ruas que não estavam inseridos em nenhuma organização social ou política, o que destoa dos outros ciclos tradicionalmente convocados por partidos políticos e movimentos sociais, conforme também enfatiza Tatagiba (2014). Estes, diferentemente dos outros ciclos anteriores no Brasil, dividiram a cena com uma população que tinha nas redes sociais digitais sua estrutura básica de mobilização. De acordo com a pesquisa do IBOPE, feita no dia 20 de junho em 7 capitais brasileiras, cerca de 46% dos 2002 entrevistados não haviam participado de mobilizações anteriormente e 62% souberam das manifestações via Facebook.

Associada a essa velocidade com que os protestos se difundiram nas ruas, encontra-se uma das novidades desse ciclo: a forma central com que as redes sociais digitais foram tomadas como instrumento de mobilização e recrutamento de adeptos às causas, que se fundamentou longe das estruturas institucionalizadas presentes nos ciclos anteriores. No Facebook, os quatro primeiros eventos do PLSP criados chegaram a obter um número de 28 mil confirmações, conforme abordou Sérgio Amadeu (2013),

Silva (2014) argumenta que o uso das TICs em processos contemporâneos de contestação tem causado alguns efeitos sobre seus mecanismos relacionais de mobilização, e critica algumas interpretações acerca do ciclo de 2013 e do papel das redes sociais digitais.

O argumento de que o ciclo de protesto de 2013 tenha se originado de forma espontânea das redes sociais digitais. Quanto a isso, também se questiona acerca da ideia de que o processo de mobilização social tenha sido feito exclusivamente pelas redes sociais, já que isso faz com que sejam omitidos o trabalho de muitas organizações sociais de mobilização - como por exemplo a tradicional mobilização e trabalho de base feito pelo Movimento Passe Livre em todo país.

O autor aponta que essa análise da relação entre os processos de mobilização contestatória precisa enfrentar dois argumentos simplificadores que obstaculizam a apreensão da complexidade de tais relações. O primeiro é a crença nas TICs, como um recurso dos movimentos sociais e organizações que não produziria efeitos significativos sobre os processos

sociais. O segundo, inversamente, atribui aos elementos tecnológicos a ampla capacidade de transformação social, baseado por um determinismo tecnológico. Contra essa polarização argumentativa, recorre a percepção de necessidade de conciliar ambos argumentos, buscando entender os impactos das TICs na ação coletiva enquanto resultado da complexa relação entre instituições, práticas e tecnologias.

Outra característica dos protestos de junho refere-se aos elevados níveis de violência e combatividade vivenciadas nas ruas, não visto em tamanha dimensão nas mobilizações em massa ocorridas anteriormente (TATAGIBA, 2014, p.55). Porém, conforme ressaltam Dowbor e Szwako (2013, p. 5), embora o uso da violência tenha soado como uma novidade de junho, nota-se na trajetória de atuação do Movimento Passe Livre no Brasil a interação conflituosa e de risco em sua performance, igualmente correspondida pelas forças policiais do Estado.

A ação violenta e desmedida da Polícia Militar de São Paulo nos protestos contra o aumento da tarifa de transporte, contribuiu para a enorme adesão popular às manifestações, sendo um elemento chave para a compreensão da sua difusão em outras cidades - já que inúmeros protestos contra a violência policial e em apoio ao movimento se conflagraram no país.

A cobertura midiática reforçava a estética violenta das ruas, que em um primeiro momento reforçava a imagem dos manifestantes como “vândalos”, focando nos enquadramentos de depredações e atos de vandalismo. Acusações feitas pelos manifestantes de que a grande mídia contribuía para criminalização do movimento ocorreram no período. Nas ruas ou nas redes, cartazes, imagens, gritos de guerra em represália à cobertura midiática ocorriam, tornando um campo fértil para o protagonismo de expressões do jornalismo independente, tais como a Mídia Ninja e de construção de autonarrativas do movimento Passe Livre, que na rede difundia relatos sobre violências sofridas.

A inversão de discurso da grande mídia ocorreu a partir do 4º grande ato do MPL-SP, em 13 de junho de 2013. Pressionada por uma opinião pública favorável às ações do movimento, bem como pela difusão de cenas reais da violência policial na internet, a grande mídia passou a abordar o abuso de poder e a agressividade da polícia de SP em suas capas de jornais e coberturas televisivas. Isto contribuiu para o processo de notoriedade, sensibilização, adesão e apoio ao PLSP.

Conforme frisa Tatagiba (2013, p. 55), *“a dimensão, o significado e o enquadramento do uso da violência na ação coletiva são dados novos que emergem nesse ciclo de protestos, que requerem uma análise mais cuidadosa”*. Para ela é relevante identificarmos se essa estratégia será ao longo do tempo incorporada em outras mobilizações, ou foi apenas uma expressão localizada e frente a violência policial.

Junho ainda resultou em inúmeras detenções e aberturas de inquéritos policiais envolvendo manifestantes. Mesmo após a conquista da liberdade de manifestantes, muitos outros foram convocados a prestar depoimentos, exigindo um importante trabalho de profissionais pertencentes ou aliados aos movimentos sociais, que iniciaram, no curso dos protestos, uma corrida por levantamento de provas.

Também exigiram posicionamentos de governos, que tentaram formular respostas aos acontecimentos. Muitas foram as conquistas de revogação de aumento de tarifas de ônibus, trens, metrô ou pedágios. O Governo Federal, no entanto, demorou a se manifestar e trouxe à tona a fala de reforma política - que não se tornou real.

Para Alonso e Mische (2016), os protestos de junho em São Paulo fazem parte de um ciclo maior de protestos que se difundiu pelo país, consistindo em diferentes atores, questões e processos que mudaram ao longo do tempo. Relacionado a esse ponto levantando pelas autoras, pode-se vivenciar, nos últimos anos, inúmeros outros protestos que nasceram de junho, colocando no centro os impactos sociais nas obras e investimentos na Copa do Mundo, que ganhou força no ano de 2014, puxado pela hashtag #NãoVaiTerCopa.

Somado a esse cenário, viu-se no país a efervescência das campanhas feministas no Brasil, que buscavam enfrentar a violência contra a mulher e pela luta por direitos de gênero, colocando em pauta a legalização do aborto (Não Mereço ser Estuprada, Meu Primeiro Assédio, Mulheres de Cunha, Primavera, entre outros). E também as manifestações contra o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, já iniciadas nas eleições de 2014, e consolidadas com o seu impeachment em 2016.

Ainda neste curto período entre 2013 e 2016, assistiu-se aos movimentos de ocupação de escolas por estudantes do ensino público, emergidos em 2015 em São Paulo, contra a reorganização do ensino proposto pelo Governo Estadual. Esse movimento retornou em 2016, como uma nova roupagem e corpo reivindicatório, reagindo contra a aprovação da PEC 241 - que determina um teto aos investimentos no setor - e também em represália às reformas do Ensino Médio que, dentre as sanções, tornava não obrigatória as disciplinas no campo de humanidades, esporte e artes.

Apesar dos anos que se passaram, ainda são poucos os estudos de peso sobre ciclo de protestos em 2013. Uma das críticas presentes é sua visão “sudestecêntrica” (TAVARES; RORIZ; OLIVEIRA, 2016), cujos episódios ocorridos nas grandes capitais, como no eixo São Paulo - Rio de Janeiro, são tomados quase sempre como objetos de pesquisa, sendo as dimensões locais, senão inexistente, fora do seu centro explicativo. E esta crítica apresenta-se como relevante e sua resposta encontra-se ainda em aberto.

Obtendo este histórico do ciclo de junho de 2013 na cidade de São Paulo, passaremos a análise específica da atuação do PLSP no ambiente online, que será baseada em resultados oriundos de sua página no Facebook.

Capítulo 3 - O ativismo digital do movimento Passe Livre de São Paulo em 2013

Em junho de 2013, durante os protestos contra o aumento da tarifa em São Paulo, uma das características que chamou atenção de especialistas foi a posição central que as redes sociais digitais assumiram nos processos de mobilização social e de produção de informação sobre os fatos ocorridos em rua (TATAGIBA, 2014; SILVA, 2014; ALONSO; MISCHÉ, 2016; DOWBOR; SZWAKO, 2013; GOHN, 2014). O Facebook foi ponto de destaque nesse cenário, sendo isto notório na pesquisa realizada pelo IBOPE, que apontou que grande parte dos entrevistados souberam (62%) e/ou convocaram (77%) suas redes de amizades para os protestos de junho via tal plataforma digital.

Uma crença na oxigenação da democracia via internet e dispositivo móveis – por meio do seu potencial de alcance da população e facilidades no acesso à informação –, conviveu nesse período com os esforços do Passe Livre São Paulo de afirmação de sua história de luta pretérita e de seu importante trabalho prévio de mobilização social. E parte dessa convivência entre inovação e tradição será abordada neste capítulo, que tem como objetivo compreender a atuação do movimento Passe Livre São Paulo no Facebook, durante os meses de maio, junho e julho de 2013. Portanto, em momentos prévios, durante os grandes atos do movimento, assim como em seu período posterior de latência.

Assim, este capítulo se constituirá de quatro principais seções. A primeira delas abordará o histórico de como se deu a apropriação do Facebook no interior do movimento, observando quais os objetivos a ele imposto, volume de uso, assim como os desafios e potencialidades encontrados. Fora isso, será analisado ainda a intensidade e principais motivações levaram o público curtidor da página a interagir com suas postagens, especialmente pelo engajamento via curtidas, compartilhamentos e comentários.

O capítulo segue com a seção que tratará sobre os quadros interpretativos (SNOW; BENFORD, 2000) do movimento a respeito de sua luta, centralizando a análise nas interpretações e sentidos fornecidos sobre as causas defendidas ou injustiça enfrentadas, assim como a construção de quadros que identificam opositores aos quais entram em confronto (enquadramento diagnóstico). Além disso, os enquadramentos do movimento sobre soluções futuras ao problema enfrentando, bem como a maneira pela qual motivou o seu público para a luta, também será abordada nessa seção.

Os repertórios (TILLY, 1978) apropriados pelo movimento no ambiente online serão investigados na terceira seção do capítulo, que é finalizado com a análise das redes de interações

que foram tecidas pelo PLSP no contexto do ciclo de junho, captadas a partir de um estudo específico dos rastros digitais (BRUNO, 2012) encontrados em sua página, a partir da análise de compartilhamentos e menções a outras organizações de movimentos sociais, políticos e partidários.

Conforme exposto na introdução deste trabalho, para alcançar tais resultados foram utilizados múltiplos métodos de pesquisa, como análise de conteúdo, de redes e de imagens e de estatísticas, sendo utilizada como fonte postagens do movimento no Facebook entre os meses de maio, junho e julho de 2013, assim como dados oriundos de entrevistas semiestruturadas e levantamento secundário, cujos resultados serão detalhados a seguir.

5. 1 – O Facebook como recurso de Ampliação da Luta

A obtenção de canais próprios de comunicação com o seu público corresponde a um dos princípios que norteia a atuação do Movimento Passe Livre no território nacional (Carta de Princípios. 2005). Atualmente, todos os seus dezesseis coletivos possuem pelo menos um veículo de comunicação próprio, seja ele um site ou uma conta em redes sociais digitais. No caso do Passe Livre São Paulo, este possui atualmente um site (fora do ar), uma conta no Twitter e no Facebook.

Por muito tempo, o veículo de comunicação do PLSP com o seu público foi, prioritariamente, o seu site, que hoje, devido à problemas técnicos, encontra-se fora do ar. Além de informações relevantes sobre ele e suas lutas, o site também era composto por artigos, fruto de reflexões do grupo. Este é um aspecto relevante, pois o PLSP corresponde a um movimento que costuma produzir reflexões, que se refere tanto aos seus processos de lutas, quanto aos temas afins às suas causas centrais, que acaba alimentando seus processos de formação de identidades e busca de reconhecimento público.

O uso das plataformas digitais teve início nos protestos contra o aumento da tarifa em 2011, por meio de um perfil no Facebook, que mais tarde se transformou em uma página na plataforma, ao qual foi utilizada de forma prioritária em junho de 2013 pelo movimento e estudada neste estudo. Em 2013, o movimento ainda não possuía Twitter, sendo esse apenas utilizado nas lutas contra o aumento da tarifa de 2015, quando passou a utilizá-lo para a comunicação entre os militantes nos atos, com a apropriação de hashtags específicas.

Outras formas de comunicação foram utilizadas pelo grupo no ciclo de junho, especialmente o contato interpessoal, que era considerado prioritário pelos membros do movimento, especialmente para práticas de alinhamento e decisões estratégicas. Mas, durante os atos também fizeram uso de telefonemas e mensagens SMS. A lista de e-mails é um

importante canal interno, sobretudo, para emissão de pontos de vistas, reflexões e debates de pautas. Porém, no calor de junho foi utilizado com menor frequência, sendo um canal pouco eficiente frente a agilidade do processo.

Para entender melhor o momento de apropriação do Facebook pelo PLSP, objetiva-se com esta seção narrar parte da história de uso do recurso de página, sua intensidade, processos de aprendizado e a relação entre o público e a página, durante o período analisado.

5.1.1 – A criação da Página

Dentre os dezesseis coletivos federados ao MPL nacional, o PLSP foi o primeiro deles a se tornar ativo na plataforma do Facebook como página, ocorrido no dia 05 de junho de 2011, quando realizou a sua primeira postagem. Na época, o coletivo paulista possuía um perfil no Facebook, mas por limitações impostas pela plataforma – que permitia apenas cinco mil amizades – foram motivados a opção de uso do formato de página, que o possibilitaria maior alcance de usuários, tendo em vista que as adesões a ela se tornariam ilimitadas.

De acordo com um dos entrevistados, a ideia de criação de uma conta no Facebook surgiu desde o final de 2010, quando um grupo de secundaristas ingressaram no movimento, e que já possuíam um contato prévio com a ferramenta, por possuírem uma página da poligremia ao qual faziam parte. Traziam, portanto, com eles a experiência de comunicação em rede vindo dos grêmios, onde se comunicavam.

Ah, foi algum de nós ali [quem criou o Facebook]. Foi algum de nós que entrou nessa, porque a poligremia já tinha página. Os nossos grêmios todos tinham páginas de Facebook. A gente tinha um pouco dessa experiência de se comunicar com os outros alunos usando isso e tal. Só que era um perfil. Antes era um perfil e eu acho que em 2011 vira uma página. Mas, a gente criou um perfil sei lá... em novembro de 2010. E daí em 2011 foi muito importante nas chamadas dos eventos. Acho que um dos motivos da luta ter sido grande era um pouco, pelo menos, dessa divulgação também via Facebook. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/12/2016)

Logo, o pioneirismo do PLSP enquanto página foi acompanhado pela presença dos coletivos de Florianópolis, Distrito Federal e Joinville, que iniciaram o processo de “ocupação” da rede como página, ainda em 2011. Em 2012 novas adesões ao formato de página ocorreram, por meio dos coletivos de Goiânia, Grande Vitória e Ribeirão Preto, mas foi em 2013 que esse processo se intensificou, com um crescimento de 43,7% de novas adesões, sendo 25% delas ocorridas no mês de junho. O coletivo de Fortaleza foi o último a ingressar no Facebook, em janeiro de 2015 (Vide Quadro 5).

Página do Facebook	Data da Primeira Postagem
Passe Livre São Paulo	05 de junho de 2011
Movimento Passe Livre Floripa	03 de agosto de 2011
MPL-DF	06 de outubro de 2011
Movimento Passe Livre Joinville	27 de dezembro de 2011
Tarifa Zero Goiânia	27 de janeiro de 2012
Passe Livre Grande Vitória	05 de agosto de 2012
Movimento Passe Livre Ribeirão Preto	05 de novembro de 2012
Movimento Passe Livre SJC	23 de maio de 2013
Passe Livre Rio de Janeiro	07 de junho de 2013
Movimento Passe livre Natal	08 de junho de 2013
Passe Livre Guarulhos	20 de junho de 2013
Movimento Passe Livre ABC	08 de julho de 2013
MPL São Luiz	30 de junho de 2013
Tarifa Zero Salvador	09 de setembro de 2013
MPL Niterói	24 de setembro de 2013
Movimento Passe Livre Fortaleza	14 de janeiro de 2015

Quadro 5: Data da primeira postagem das páginas dos coletivos do Movimento Passe Livre no Facebook
Fonte: páginas dos coletivos do MPL no Facebook.

Embora tenha havido uma amplitude de coletivos aderindo o formato de página no Facebook, isto não significa dizer que essa foi sua primeira forma de ingresso na rede. Muito pelo contrário, percebe-se que a maior parcela dos coletivos não possuía um “post inaugural”, o que pode sinalizar que, assim como o PLSP, também tiveram um histórico de presença na rede e se sentiram atraídos pelo formato de página em virtude das limitações de adesões como perfil. Essa migração para outro formato era feita mantendo as amizades adquiridas, o que facilitava sua opção.

Por outro lado, a intensidade das adesões ao formato de página demonstra interesse dos coletivos por maior atenção na rede. Possivelmente isso é reflexo da dimensão que o Facebook obteve em junho, e ainda das mudanças ocorridas nas formas de uso da plataforma, decorrente de uma série de atualizações, cujo estímulo ao uso do formato de páginas e a implementação crescente de uma cultura fã/página tornou-se latente.

Durante as entrevistas com militantes do movimento, quando indagados sobre os motivos pelo o uso do Facebook, eles relataram, de forma consensual, que a plataforma foi utilizada para amplificar a luta, ou seja, foi utilizada com o propósito mobilizatório e informacional. Através de sua página, o grupo convocava a população para as ruas e informava sobre os fatos vividos, dando visão às suas ações no ambiente offline, mas também emitia seus pontos de vistas sobre questões ligadas ao transporte ou temas afins.

O movimento tem o Facebook para ampliar o nosso trabalho concreto e prático. A acredita que a tarefa do MPL são duas: mobilizar e se organizar com as pessoas que querem lutar pelo transporte; e a outra que é fazer um debate público sobre os transportes. O Facebook é uma ferramenta transversal a essas duas tarefas principais do movimento. Ele serve tanto para fazer a discussão pública do transporte, para comunicar o que a gente pensa sobre o transporte público, como, também, uma das ferramentas de mobilização e comunicação com o nosso trabalho de base.
(Militante PLSP, entrevista concedida 07/12/2016)

Essa “nova” forma de comunicação em protestos aderido pelo movimento possui traços ainda com seus elementos identitários e com seu histórico de criação, que os aproximam muito mais dos formatos de interação e comunicação advindo dos movimentos antiglobais, da década de 90, onde a ideia de rede assume certa centralidade. Além da inclinação aos princípios de independência e horizontalidade, herdados desse período, o movimento também assumiu a influência de uma nova forma de se articular e se comunicar.

As redes sociais elas são importantes para a gente divulgar nossos materiais. São importantes como um instrumento de comunicação e para amplificar. É que a gente já tem uma linguagem diferente de outros movimentos sociais. Dos outros movimentos no Brasil, na década de 80. É que a gente surgiu na década de 90, no contexto das lutas antiglobalização, anticapitalistas, etc. Enfim, então a gente já herda um pouco dessas táticas né, de se comunicar em redes, de se articular, etc. A gente já não é um movimento de tipo trabalho de base proletária, não temos hierarquia, não gostamos de usar o microfone para falar. Então, a gente tem toda uma ruptura de mudança de como se comunicar com as pessoas. (Militante PLSP, entrevista concedida, 09/12/2016).

Apesar do reconhecimento da importância do Facebook na difusão de informações, de facilitador de processos de mobilização ou de publicização das ações do movimento, não é consenso entre os atores que a plataforma tenha sido responsável pelo enorme volume de pessoas nas ruas em junho de 2013. Eles atribuem a responsabilidade à trajetória do movimento nas ruas, pautado no acúmulo de experiências pregressas e no seu reconhecimento público, assim como uma conjuntura favorável, onde o Facebook tem sido a plataforma digital mais utilizada no país. Portanto, para o objetivo de ampliação da luta, atuar no Facebook era mais uma estratégia, somada a outras desempenhadas nas ruas, como eventos, panfletagens, atos públicos, etc.

Nesse sentido, a relação entre a potencialidade mobilizatória do Facebook e as tradicionais formas de mobilização offline do movimento aparecem em confronto nas falas dos entrevistados, especialmente contraposto à visão considerada simplória de um junho nascido a partir das interações nas redes sociais digitais. Nas palavras do militante:

“As redes sociais são uma ferramenta. Não é a centralidade do movimento nem de longe. Para a gente, as redes sociais não explicam o processo de mobilização no mês de junho e nem qualquer outra mobilização que a gente já fez. O que explica o potencial de mobilização é o acúmulo de experiência de lutas, e a conjuntura do momento. Todo resto é apenas acessório. [...] muitas análises de junho se perguntam sobre qual o tipo de revolta que as redes sociais proporcionam, como se nunca tivesse havido uma revolta popular antes na história. Teve várias, e as pessoas usaram outras ferramentas. Você vai estar analisando uma das ferramentas que foi usada naquele momento” (Militante PLSP, entrevista concedida, 07/12/2016).

Mais do que o Facebook, o movimento atribui ao sucesso de adesão popular em junho de 2013 ao seu reconhecimento no campo da esquerda, a eficácia dos repertórios tradicionais (panfletagens, trabalho de base com secundaristas e organizações comunitárias, etc.) e uma conjuntura política favorável, marcada por demandas sociais historicamente negligenciadas, e

por crise de representação política, com envolvimento atores políticos em escândalos de corrupção.

5.1.2 – Aprendendo a usar o Facebook

No interior do grupo, a alimentação do Facebook tem sido feita por membros de uma comissão de comunicação. Esta comissão é responsável por todo processo de comunicação do grupo, desde porta-vozes, confecção de materiais, divulgação de eventos e ao gerenciamento dos canais informacionais do grupo.

Devido ao princípio de horizontalidade seguido seguidos por eles, qualquer uma de suas comissões, criadas para a organização de uma atividade interna, deverá ser constituída de membros rotativos, com o intuito de assegurar aos integrantes do movimento a não especialização ou constituição de hierarquias do saber. Em junho de 2013 não foi diferente, e a comissão de comunicação se responsabilizou pelo contato com o público, e seus membros foram responsáveis pela alimentação da página no Facebook. As postagens foram feitas por pessoas que se encontravam nos protestos nas ruas, mas sobretudo por aqueles que se concentravam em pontos de apoio do grupo (normalmente a casa de algum militante do grupo, próximo ao ato), local em que a conexão da internet era mais estável.

Devido ao caráter intenso dos protestos de junho, enquanto acontecia um determinado ato nas ruas, muitas vezes, nas redes já era mobilizado o ato do dia seguinte. O grupo possuía um planejamento prévio com a quantidade de atos, objetivos e seus respectivos dias ocorrência. Na medida que os atos iam acontecendo, os militantes do PLSP se reuniam e decidiam se continuariam com o planejamento feito ou não. Ao decidir sobre os rumos dos protestos, a equipe de comunicação entrava em ação realizando os informes ou mobilização do público para os grandes atos.

O uso do Facebook foi sendo aprimorado ao longo do tempo de acordo com a prática, a disponibilidade de recursos disponíveis e necessidade do grupo. Atualmente, o PLSP costuma priorizar publicações acompanhadas de links de vídeos, matérias ou imagens, e parte do material utilizado para comunicação e divulgação dos atos nas ruas são utilizados também nas redes.

Tem todo jeito de você postar. Aí você vai aprendendo que um post sempre tem que ter uma imagem. Depois a gente começou a colocar os títulos em caixa alta e o texto não muito grande, com link para o evento ou site, se for o caso. Então você vai ganhando know-how. Toma um pouco de tempo para fazer postagens. Você precisa ficar alimentando a página todo dia ou mais uma vez por dia. E a gente nunca pagou por nada disso.

(Militante PLSP, entrevista concedida, 30/11/2016).

Uma das queixas dos entrevistados quanto ao uso do Facebook refere-se ao tempo gasto para sua alimentação. Este tempo é visto como conflitante ao utilizado para militância offline, que é encarado pelo grupo como prioritária. Durante junho, os membros do PLSP narram que tiveram dificuldades de gerir a ferramenta, muito em detrimento do enorme volume de interações, e narra que alguns dispositivos de conversação foram desativados (como as mensagens diretas) e não houve uma gestão das informações da página, com contínuas respostas a usuários. Outras demandas da rua foram tidas como prioritárias. Apesar de assumirem como importante o uso do Facebook para ampliação da comunicação do movimento com seu público, internamente o Facebook é encarado com resistência de uso, especialmente no que tange ao seu caráter privado, publicitário e inseguro ao usuário.

O fato do Facebook ser uma empresa traz aos militantes a sensação de insegurança e de que estão comungando como uma prática capitalista, a partir do momento que assumem uma forma publicitária de falar sobre si e pela corrida que fazem na rede por visibilidade, medida a partir da interação do público com a página (curtidas, compartilhamentos e comentários). Para um dos militantes entrevistados, isso pode ter como efeito a despolitização da ida às ruas, além do estabelecimento de laços fracos com o movimento, pois grande parte dos que aderem às redes não se fixam ao movimento e contribuem com a luta. De acordo com ele, o efeito do Facebook pode acarretar muito mais num estímulo à vivência de uma experiência de protesto, e menos na formação de um militante do movimento.

“Ah, eu acho que (o Facebook) conduz a uma coisa que a gente viveu um pouco nos atos do MPL, que é essa espécie de redução um pouco de tudo a uma experiência, um espetáculo. Acho que isso tem a ver um pouco com o Face também. Você é quase que forçado a fazer propaganda do seu ato. Tudo entra um pouco na lógica da publicidade e aí então as pessoas também vão para poder viver uma experiência. E daí é uma experiência; uma adrenalina. E acho que, nessa medida, vai despolitizando um pouco. Claro que, por um lado, também ajuda a difundir o discurso politizado e tal. O conteúdo pode ser muito politizado e acho que atinge algumas pessoas, mas acho que a forma como é despolitizante... essa forma da propaganda. É como vender o seu produto e fornecer uma experiência para as pessoas. Não é uma pessoa que vai se comprometer, ver aquilo como parte de um processo. [...] Mas, você está sempre brigando com uma forma. Eu acho que para o movimento social é muito duro você ter que se inserir nessa lógica. De fazer uma propaganda de si mesmo e ter que gastar um tempo se promovendo na internet, invés de, de fato, lutando. Porque você tem que estar sempre em tensão com a plataforma, que é fechada. A gente não tem o controle em saber quem vê o que a gente posta. A gente tem que ficar batalhando pelos views, pelo like, sei lá! Que é uma lógica de negócio. Vou batalhar por compra. É compra com outro tipo de moeda, mas no fim é a lógica de valor que também está ali. E aí isso quase leva a consequência que, em parte, os manifestantes são consumidores da experiência protesto”. (Militante PLSP, entrevista concedida 30/11/2016).

Fora isso, os membros do PLSP percebem o Facebook como ambiente inseguro, na medida em que detém acesso à todas as informações dos usuários. Este aspecto são alvos de críticas e de resistência de uso do movimento, que em sua história sempre prezou por segurança de dados. Exemplo disso, é a utilização interna de protocolos e instrumentos de segurança,

como e-mail com criptografia, que torna mais difícil do grupo ser passível a investigações policiais. Por motivos de segurança, que de acordo com os entrevistados as informações estratégicas de junho jamais eram feitas via plataformas digitais. Sempre de maneira pessoal (reuniões após atos) ou via SMS³.

Apesar das dificuldades e receio expresso pelos integrantes do movimento quanto ao uso do Facebook, o ano de 2013 marcou o movimento, no que tange a sua intensidade de uso, apresentando-se como aquele mais ativo ao longo de seu histórico de postagens realizadas em sua página, conforme podemos ver no gráfico 1 a seguir.

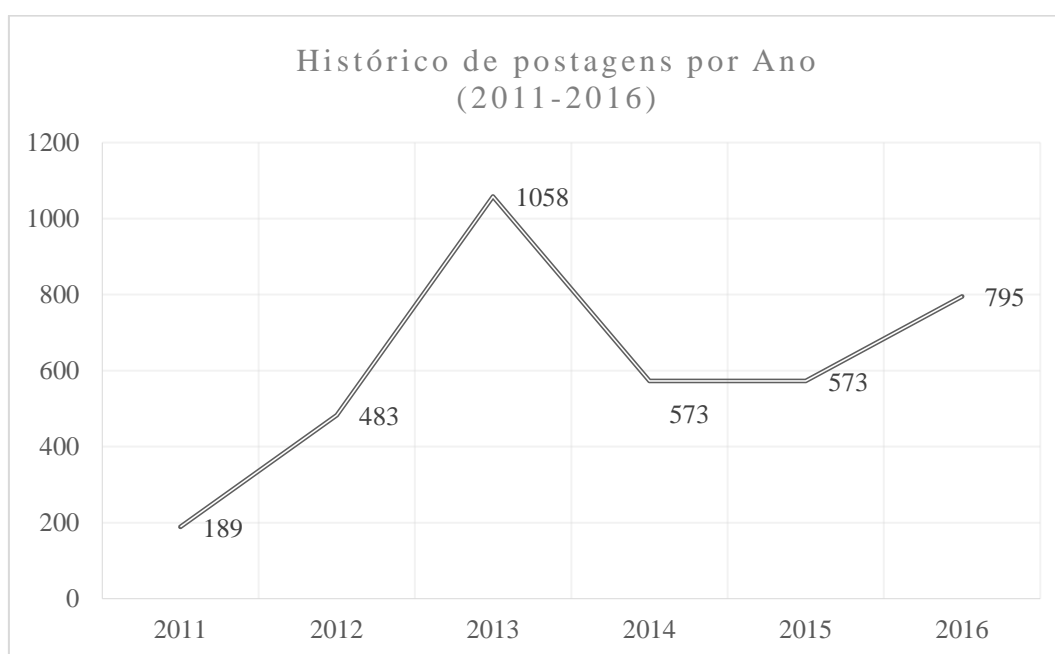


Gráfico 1: Histórico de uso do Facebook pelo Passe Livre São Paulo (entre 2011 e 2016)
Fonte: Página Passe Livre São Paulo, no Facebook.

O movimento utilizava o Facebook com baixa frequência, embora em crescimento, entre os anos de 2011 e 2012. Em 2013, o volume de postagens quase triplica na página, representando o ano de maior intensidade de uso da ferramenta, que embora nos próximos anos tenha diminuído, jamais retomou aos números anteriormente ao seu maior pico. Este fato demonstra o quão importante foi junho para a efetivação da ferramenta em processos de comunicação do movimento com seu público, muito embora haja processos de resistência em seu interior, com adoção de táticas de segurança e uma forma de uso limitada a ampliação de lutas

5.1.3.1 – Intensidade de publicações na página

Durante o período entre maio e julho de 2013 foram publicados na página do PLSP 445

³ Na época, o Whatsapp não era uma ferramenta utilizada pelo grupo.

postagens. Deste volume, 55% concentrou-se no mês de junho, 23% em maio e 22% em julho. Desde 2011, o movimento, embora com baixa produção de postagens no ano, vinda crescendo sua participação na rede. Porém, foi em meados de maio (14), que o aumento do uso do Facebook ocorreu de maneira intensificada, chegando a atingir seu maior pico no dia 13 de junho de 2013, quando o PLSP chegou a publicar 27 posts no dia, volume este que por muito tempo passou a produzir apenas em uma escala mensal, e não diária. A partir desse pico, a intensidade de postagens diminuiu, atingindo seus menores números a partir do dia 12 de julho, conforme pode ser verificado no gráfico 2 adiante.

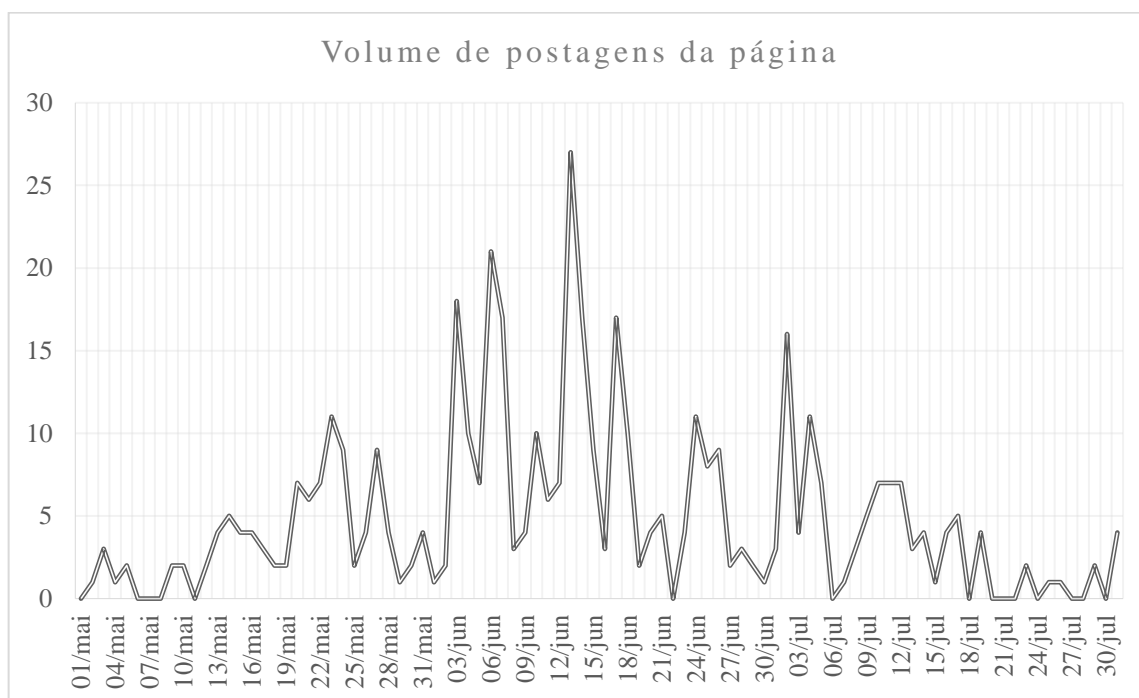


Gráfico 2: Volume de Postagens do Passe Livre São Paulo no Facebook, entre maio e junho de 2013
Fonte: Página Passe Livre São Paulo, no Facebook.

Tais picos de postagens do movimento em sua página, quando investigados de maneira isolada, nos revelam dias considerados importantes à luta do PLSP no ciclo de junho. Conforme podemos perceber na Tabela 1, dentre os dez principais picos de postagens existentes no período, grande parte dele refere-se à preparação do movimento à luta contra a tarifa em São Paulo, assim como os dias em que estiveram presentes nas ruas, seja protagonizando os seus grandes atos ou, conforme veremos em julho, colaborando para potencializar na rede os atos de outros movimentos aos quais apoia.

Tabela 1: Contextos relacionados aos dez maiores picos de postagem na página do PLSP entre maio e julho de 2013

Data	Contexto abordado nas postagens	Nº de postagens por dia
13 de junho	4º Grande Ato do PLSP	27
06 de junho	1º Grande Ato do PLSP	21
03 de junho	Ação na M'Boi Mirim e mobilização para o 1º grande ato	18
07 de junho	2º Grande Ato do PLSP	17
14 de junho	Repercussão da atuação policial do 4º grande ato	17
17 de junho	5º Grande Ato do PLSP	17
02 de julho	Apoio às lutas de outros movimentos	16
04 de julho	Apoio às lutas de outros movimentos	11
23 de maio	Mobilização para o 1º Grande Ato e a Festa de Arrecadação de fundos para os atos	11
24 de junho	Carta aberta à Dilma Rousseff	11

Fonte: Página Passe Livre São Paulo, no Facebook.

Um olhar mais atento sobre os contextos abordados nas postagens demonstra o quanto o movimento se esforçou para mobilizar e informar seu público sobre os fatos ocorridos em rua, especialmente no primeiro momento que marcou o ciclo de junho (até 14 de junho), quando havia no país os holofotes centrados sob seus atos contra a tarifa em São Paulo. A importância do dia 13 de junho aparece na pesquisa, representando o dia de maior postagem do movimento, que foi motivado especialmente para mobilização do ato, informe sobre os fatos em sua e repercussões da repressão policial nas ruas, que perdurou de forma intensa no dia seguinte, 14 de junho.

Chama atenção ainda a manifestação popular na M'Boi Mirim, que fizeram parte de um conjunto de ações organizados pelo PLSP uma semana antes de seu primeiro ato, que foi amplamente abordado pelo movimento em sua página, e utilizado como estímulo para mobilizar o público para o seu primeiro grande ato, no dia 06 de junho, que aparece em seu histórico como o segundo dia que mais estimulou postagens por parte do PLSP em sua página.

Após o dia 14 de junho, a rua se avoluma e a capacidade de coordenação do movimento diminui, e talvez tenha interferido no volume de postagens na rede, tendo em vista a intensidade da rua. Conforme veremos, entre 14 e 21 de junho, quando o movimento declara saída das ruas, apenas o dia 17 recebeu maior pico de postagens. Isto porque, representou o maior ato movimento no período, com mais de 100 mil pessoas nas ruas. A mobilização do movimento para esse ato, mas sobretudo a sua perplexidade e relato sobre o que ocorria nas ruas marcaram esse dia.

A partir daí os demais picos de postagens do movimento estiveram relacionados às repercussões de junho, com divulgação de pronunciamentos do grupo, bem como com seu de mobilização do seu público à outras lutas que ocorriam na cidade, depois que sua luta contra a

tarifa havia sido vitoriosa. Na cidade, muitas ocupações, eventos e manifestações se instalaram na cidade, especialmente voltada a questões sociais, como educação, saúde e moradia.

Nesse sentido, podemos concluir que o uso do Facebook pelos militantes do PLSP teve como finalidade potencializar seus episódios de protestos ocorridos nas ruas, usando a internet como instrumento para visibilizar e mobilizar seu público para seus atos, assim como de outros movimentos. Foi um uso intensificado em momentos prévios ao seu primeiro grande ato e perdurou até 14 de junho, quando repercutiu os casos de violência sofrido pela polícia. Este ritmo foi diminuindo a partir desse dia, quando o movimento passa a obter uma visibilidade nacional e a luta se expande por todo país. Em julho, o PLSP assume uma postura de apoio às lutas de outros movimentos, atuando como ator chave na mobilização e divulgação de seus protestos.

5.1.3.2 – A adesão popular à página

A ampla adesão popular às lutas contra a tarifa em São Paulo gerou perplexidade. Ao longo dos protestos foi percebida tanto a adesão ocasionada pelos optantes pela participação direta nas ruas, quanto por aqueles que se engajavam nas causas do movimento com curtidas, comentários e compartilhamentos em postagens na internet. Este item pretende abordar a intensidade e as características das interações produzidas pelo público com a página do Passe Livre São Paulo, entre os meses de maio e julho de 2013.

Durante esse período a página do PLSP recebeu 622.742 mil interações, em suas 445 postagens na página, sendo 60% delas realizadas via curtidas, seguido de compartilhamentos (29%) e comentários (11%).

Engajamento via Curtidas

O engajamento do público à página do movimento via “curtida” demonstra sua reação positiva às postagens e pode ser realizado com apenas um click, não exigindo a emissão de conteúdos textuais. Dentre as formas de interações existentes, esta corresponde a mais simples e de menor exposição do usuário.

A longo do período analisado 375.921 curtidas foram realizadas nas postagens da página PLSP no Facebook, sendo os maiores picos identificados nos dias referentes a quatro, dos seus sete grandes atos nas ruas, especialmente os atos a partir de 07 de junho (Tabela 2).

Tabela 2: Cinco principais picos de curtidas nas postagens do Passe Livre São Paulo no Facebook.

Data	Contexto	Nº Curtidas
17 de junho	5º Grande Ato do PLSP	82.007
18 de junho	6º Grande Ato do PLSP	41.130
13 de junho	4º Grande Ato do PLSP	33.046
20 de junho	7º Grande Ato do PLSP	24.834
14 de junho	Repercussão da atuação policial	22.477

Fonte: Página Passe Livre São Paulo, no Facebook.

Como ocorreu no volume das postagens, o dia 13 de junho também correspondeu a um marco no fluxo de curtidas do público aos posts da página, representando o ponto inicial de uma intensificação de seu crescimento. Mas, apesar da importância dessa data, foi no dia 17, que as curtidas apareceram em maior volume, e permaneceram em alta até o dia 26 de junho. Nesse sentido, o que se pode constatar é que a participação popular mais intensa na página via curtida só passou a acontecer a partir do momento em que o movimento ganhou uma dimensão nacional.

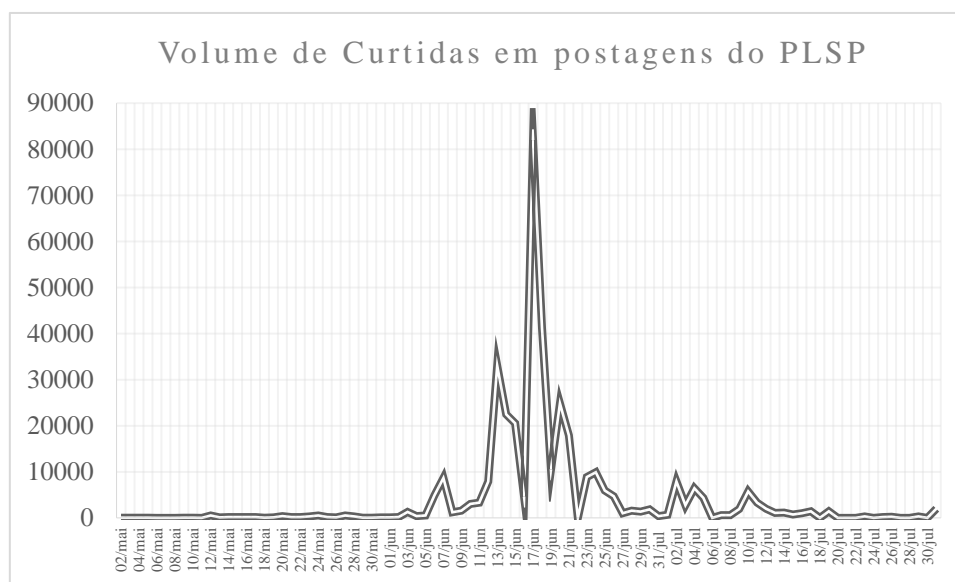


Gráfico 3: volume de curtidas às postagens na página Passe Livre São Paulo, em junho de 2013.

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

A postagem que recebeu maior participação da população via curtida (16.602) correspondia a um relato sobre a ocupação do movimento à Ponte Estaiada, um dos maiores símbolos da cidade de São Paulo, reforçando a correspondência entre episódios mobilizatórios em rua e engajamento digital.

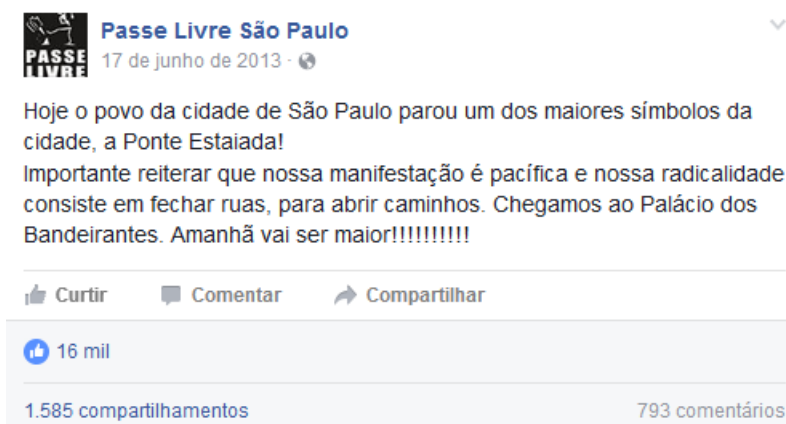


Figura 12: Postagem mais curtida pelo público entre o período de maio e julho de 2013.

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Outra forma de interação do público com a página ocorreu via compartilhamentos. Este tipo de engajamento está intimamente associado a ação de difusão, seja através de um evento, informe ou outro conteúdo. A difusão via compartilhamentos possui reflexos diretos à imagem ao seu autor, dado que há um processo de associação direta do conteúdo a quem o compartilha. O compartilhamento permite que ideias ou propostas de ações sejam difundidas em timeline pessoais, e tem sido estrategicamente estimulado em ações de ativismo digital. Veremos adiante os dados específicos sobre os compartilhamentos das postagens na página.

Interações via Compartilhamentos

Como no caso das curtidas, o engajamento do público via compartilhamentos esteve mais intensificado a partir do dia 07 de junho, sendo seu pico registrado no dia 17, com 33.949 compartilhamentos, de dezessete postagens feitas no dia. O volume de compartilhamentos cresceu mais intensamente entre os dias 13 de 21 de junho, sofrendo uma queda a partir do dia 24 de junho.

Tabela 3: Cinco principais picos de compartilhamentos nas postagens do Passe Livre São Paulo no Facebook.

Data	Contexto	Nº Compartilhamentos
17 de junho	5º Grande Ato do PLSP	33.949
18 de junho	6º Grande Ato do PLSP	17.010
14 de junho	Repercussão da atuação policial	14.678
13 de junho	4º Grande Ato do PLSP	12.463
21 de junho	Saída do PLSP das ruas (nota pública)	9.272

Fonte: Página Passe Livre São Paulo, no Facebook.

As interações através de compartilhamentos das postagens da página do PLSP nos chamam atenção para um comportamento interessante. Embora tenha similaridade com o

engajamento do público via curtidas, sendo notório a semelhança em seus picos, no caso dos compartilhamentos observou-se que alguns dos deles ocorreram nos dias posteriores aos grandes atos, como no caso dos dias, 14 e 21 de junho. O dia 14 de junho é interessante compreender, pois foi o dia em que o movimento pedia ao público que denunciasses os casos de violência policial. Já no dia 21 houveram muitos compartilhamentos da nota pública do movimento, que além de mostrar repúdio às pautas conservadoras nas ruas e aos casos de ofensas e agressões a militantes partidários, deixaram claro a sua saída do ciclo de junho.

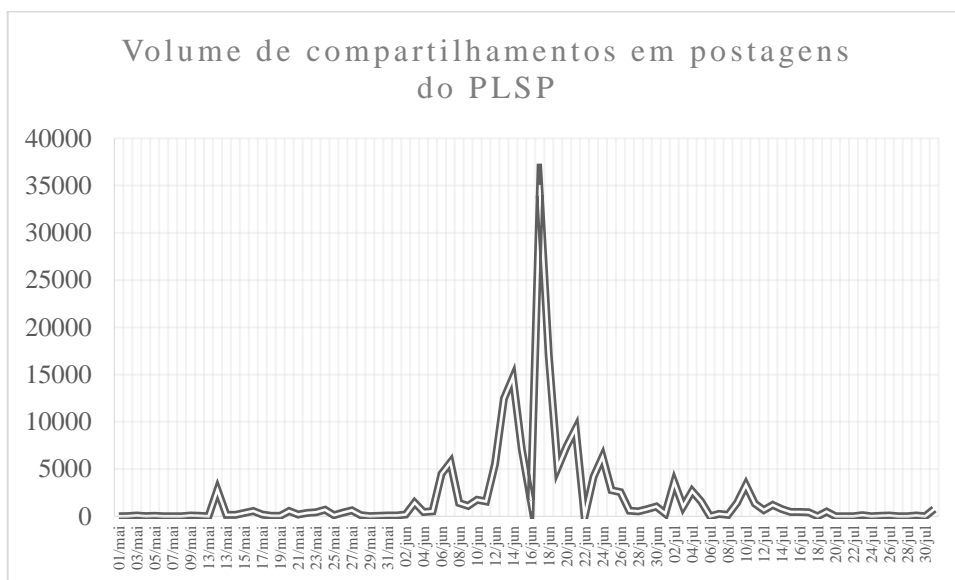


Gráfico 4: volume de compartilhamentos às postagens na página Passe Livre São Paulo, em junho de 2013.

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Apesar desse aspecto, a postagem mais compartilhada do período tem ligação com os processos mobilizatórios do movimento na rede. Ou seja, corresponde a um post utilizado para chamamento da população para o seu 6º grande ato, ocorrido no dia 18 de junho, com mais de 8,7 mil compartilhamentos.



Figura 13: Postagem mais compartilhada pelo público entre maio e julho de 2013

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Este fato é interessante pois pode sinalizar uma peculiaridade sobre o engajamento via compartilhamento: ele é acionado em contextos de difusão de informações e de mobilização para atos, que se motivado pela página, pode ser um importante instrumento para angariar novos adeptos e difundir os enquadramentos sobre suas ações.

Somado aos comentários e curtidas, outra forma de engajamento do público às postagens na página do PLSP correspondeu aos comentários. Este tipo de interação requer interesse e disponibilidade do usuário para construção de conteúdos textuais, que podem ser informativos à emissão de opinião sobre um determinado assunto tratado no post comentado. Além disso, um comentarista necessita de disposição mínima para estabelecimento de diálogo, já que esse tipo de engajamento pode resultar em conversações com os administradores da página ou outros usuários da rede interessados no assunto comentado. Este engajamento será tratado na seção a seguir.

Interações Via Comentários

Quando comparado com as curtidas e os compartilhamentos realizados às postagens do movimento, o engajamento do público via comentários ocorreu em menor escala no período estudado, chegando a casa de 42.229 comentários. Os picos de comentários durante o período, e, diferentemente do que ocorreu com as curtidas e compartilhamentos, se manifestaram de forma crescente nos picos entre os dias 07 e 21 de junho, quando iniciou uma queda no volume (Gráfico 6).

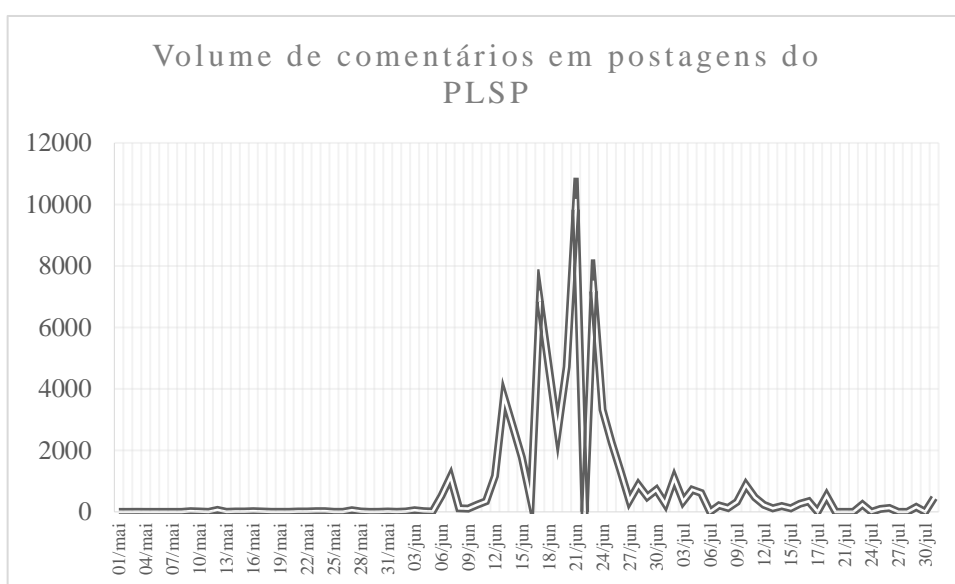


Gráfico 5: volume de comentários às postagens na página Passe Livre São Paulo, em junho de 2013.

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Assim como ocorreu com o engajamento via curtidas e compartilhamentos, o início do crescimento de comentários nas postagens da página ocorreu também a partir de 07 de junho, mas foi no dia 13 de junho que eles se intensificaram, onde praticamente duplicaram em sua página quando comparado ao dia anterior. Nesse dia em diante os picos de comentários foram aumentando de forma crescente, sendo o referente ao dia 21 o maior de todos. Um fato curioso, é que quando visualizados os cinco maiores picos de comentários do período percebeu-se que eles se tornam mais intensos a partir do dia 17, quando os protestos assumiram dimensões nacionais (Tabela 4).

Tabela 4: Cinco principais picos de comentários nas postagens do Passe Livre São Paulo no Facebook.

Data	Contexto	Nº Compartilhamentos
21 de junho	Saída do PLSP das ruas (nota pública)	9.833
23 de junho		7.177
17 de junho	5º Grande Ato do PLSP	6.853
18 de junho	4º Grande Ato do PLSP	4.723
20 de junho	Saída do PLSP das ruas (nota pública)	4.715

Fonte: Página Passe Livre São Paulo, no Facebook.

O post do movimento que atraiu maior número de comentários, como dito publicado no dia 21 de junho, relata sobre a conquista da revogação do aumento das tarifas de transporte na cidade e a continuidade das lutas em prol do passe livre, apresentando aproximadamente 4,5 mil comentários.



Figura 14: Postagem mais comentada pelo público entre maior e julho de 2013

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

A análise dos fluxos de postagens e das interações do público com a página é reveladora e demonstra que, do ponto de vista do movimento, seus maiores esforços de publicação ocorreram nos atos públicos iniciais, sendo o dia 13 de junho o de maior volume de publicações. Depois disso, as postagens sofreram uma queda, que se findou no dia 26 de junho. De forma contrária, o comportamento das interações do público com a página começa a se avolumar a partir do dia 13, com picos de engajamento, sobretudo nos dias 17 e 21 de junho. Esse período destaca-se como de difusão nacional dos protestos, sendo, localmente, marcado pela maior adesão popular aos protestos (17 de junho) e pela saída do PLSP das ruas, logo após revogação do aumento da tarifa.

5.3 – Enquadrando os protestos

Durante junho de 2013 a internet foi uma importante ferramenta que o PLSP obteve para alinhamento com seu público com informações a respeito das ruas e aspectos da luta. Se apropriando do conceito de quadros interpretativos de Snow e Benford (2000) trataremos nesta seção os enquadramentos realizados pelo movimento no Facebook de sua luta no ciclo de protestos de junho de 2013, levando em consideração três principais categorias: diagnóstico, prognóstico e motivação.

O primeiro abarca o diagnóstico do movimento a respeito da causa defendida, das injustiças e suas consequências, assim como os seus opositores. O segundo agrega a prospecção de soluções acerca dos problemas e injustiças contra a qual lutam, desde às soluções para a causa defendida até os problemas enfrentados nas ruas pela militância, por exemplo, a violência policial. E o último, abarca os enquadramentos interpretativos do movimento voltados à motivação dos militantes e ao recrutamento de novas adesões à sua causa. O quadro 6 apresenta a lista de enquadramentos interpretativos, que compõem esta análise de conteúdo das postagens.

Tipo de Enquadramento	Quadros interpretativos
Diagnóstico	Projeto político governamental
	Oponentes
	Problema ou injustiça
	Consequência
Prognóstico	Tarifa Zero
	Revogação da Tarifa
Motivação	Adesão da opinião pública
	Efeito demonstração
	Conhecimento das ações de outros movimentos

Quadro 6: Quadros interpretativos presentes nos resultados da análise
Fonte: elaboração própria

Na pesquisa a identificação destes quadros interpretativos considerou as 445 postagens que o movimento publicou na página do Facebook durante o período de maio a julho de 2013. Conforme podemos ver no gráfico 6, maiores parcelas das postagens do movimento foram motivacionais (50%), seguidos de emissão de diagnóstico (30%) e prognóstico (20%).

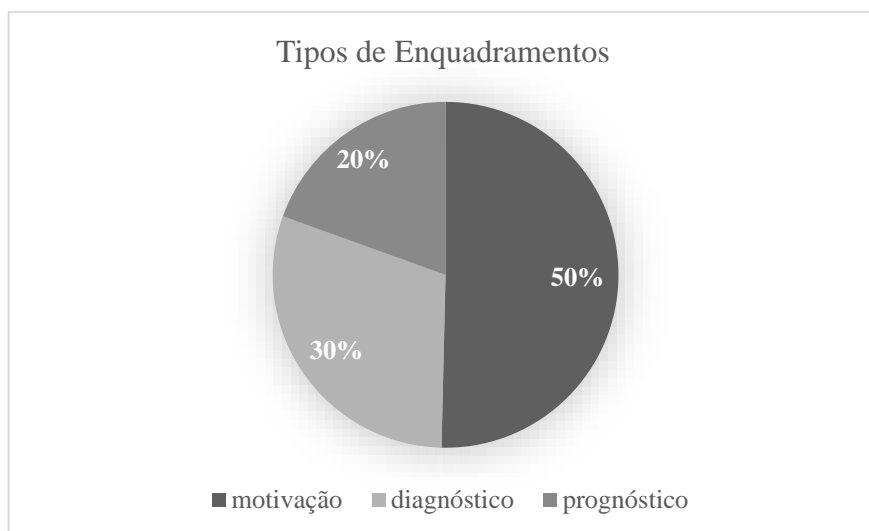


Gráfico 6: Tipo de enquadramentos do Passe Livre São Paulo em sua página no Facebook

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Neste sentido, os dados confirmam que o Facebook foi, em grande parte, utilizado para mobilizar a população aderir às lutas do movimento ou de outros aos quais apoia. A seguir demonstraremos os resultados de cada enquadramento do movimento.

5.3.2 Enquadramento Diagnóstico

Quatro quadros interpretativos de diagnósticos compõem este estudo. Os problemas/injustiças identificadas pelo PLSP ao longo dos meses estudados, que precisam ser solucionados. Suas “consequências” à população, bem como o a identificação do oponente ou responsável pelo problema/injustiça. Insere-se ainda, os quadros do movimento sobre projetos políticos em curso. A maior parcela do enquadramento diagnóstico feito pelo movimento refere-se a “problema/injustiça”, apontados por eles no conteúdo de suas postagens, correspondendo a 48,5% (gráfico 10).

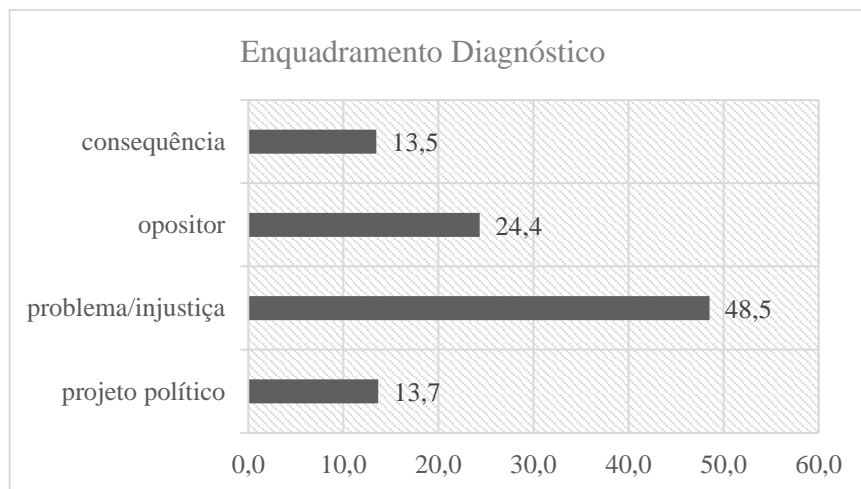


Gráfico 7: Enquadramento Diagnóstico
 Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

De modo geral, o problema central abordado pelo PLSP em sua página no período estudado refere-se ao aumento da tarifa, sua principal razão por estar nas ruas. Um fato curioso, é que a permanência desse quadro nas postagens possui relação direta com o principal jargão do ciclo de junho “Se a tarifa não abaixar, a cidade vai parar”, resignificado do “Se a tarifa aumentar, a cidade vai parar. Também com outras variações, como “se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar”.

No Facebook a injustiça da repressão policial ganhava tom dramático, sendo enquadrado quase sempre – quando não eram relatos textuais publicados em tempo real na página – com auxílio de imagens, links de notícias ou vídeos. Tal enquadramento esteve presente desde o primeiro ato do movimento, mas ganha força e torna-se central a partir do dia 13 de junho, onde os casos de violência policial se avolumaram.

Os relatos e recursos visuais publicados na página sobre repressão policial enfatizava, por um lado, os feridos por balas de borracha e bombas de efeito moral, mas também relatos textuais sobre revistas, agressões verbais e inúmeras prisões de manifestantes nas ruas. O movimento além de compartilhar vídeos, imagens e relatos, também iniciou campanhas online contra a violência policial, estimulando do seu público doações para fianças de manifestantes presos, bem como para que construíssem uma narrativa própria das cenas de violência, motivando-os a compartilharem postagens, imagens e vídeos em suas timeline. Isso, iria de encontro à narrativa construída pela mídia e dos opositores do movimento, membros do Estado.

Embora com pouca centralidade nos meses analisados, percepções sobre projetos políticos ou investimentos públicos no setor de transporte foram abordados nas postagens do PLSP, na maioria das vezes com característica mais informativa, esclarecendo ou pontuando algumas ações do governo. Projetos como o Bilhete Único Mensal ou a discussão sobre a licitação das empresas de transporte na cidade estiveram presentes nas postagens.

Dos opositores, foram evidenciadas nas postagens do movimento autoridades do executivo local, como Fernando Haddad (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). Isto porque a pauta do movimento era claramente contra o aumento, que somente poderia ser revogado por esses governantes. Soma-se à lista de opositores a Polícia Militar de São Paulo, por uma truculência e violência desmedida durante os atos, e ainda a Polícia Civil de São Paulo, que foi acusado de dificultar os processos de defesa dos manifestantes detidos nas ruas, acompanhados com muita intensidade por advogados parceiros do movimento.

Dentre as consequências dos problemas identificados pelo movimento, foi predominante a sua relação com o sistema de transporte atual, acusado de excluir as populações periféricas, na medida que privilegia o lucro das empresas e impossibilita o acesso universal da população, cuja renda familiar é onerada pelo alto custo do transporte.

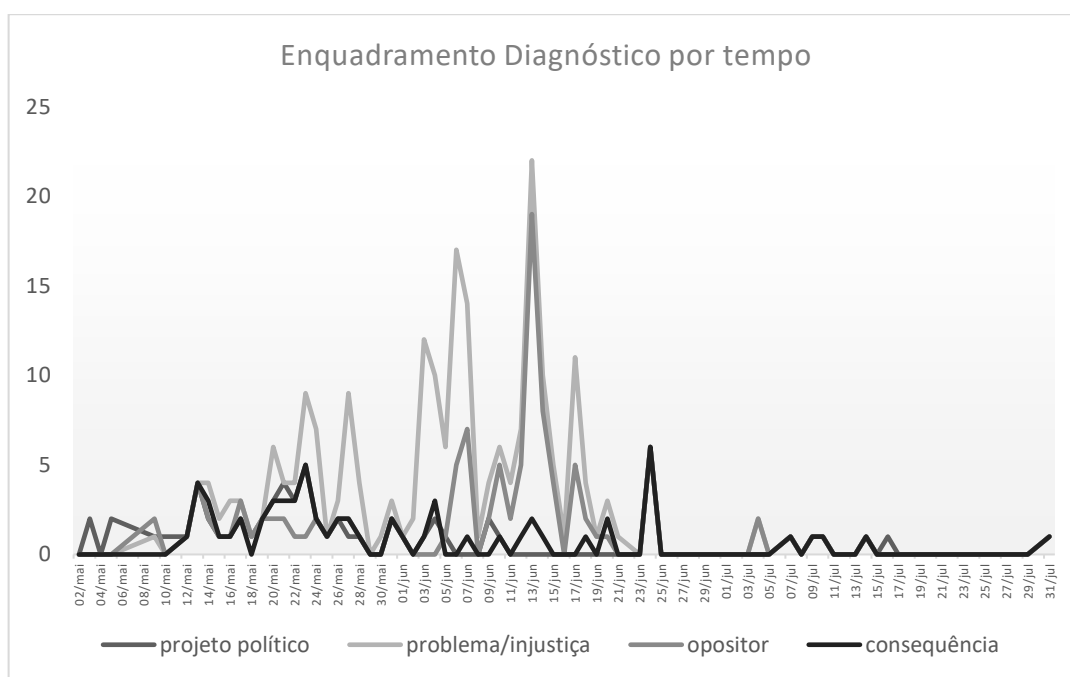


Gráfico 8: Uso do enquadramento diagnóstico entre maio e julho de 2013
Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Conforme demonstra o gráfico 10, esse enquadramento foi mais intenso nos momentos confrontacionais do PLSP, tendo em vista a sua necessidade de frisar as razões pelas quais estava nas ruas, feita sobretudo nos posts mobilizados; assim como seus apontamentos críticos a projeto políticos e identificação de opositores a sua luta.

O “problema/injustiça” foi o quadro mais utilizado pelo movimento, estando presente até o anúncio da revogação do aumento da tarifa. O enquadramento de seus opositores ocorreu durante os momentos de maior confronto com a polícia, entre 7 e 20 de junho.

O enquadramento do movimento acerca da repressão policial perdurou durante todo o período de realização dos grandes atos em rua, mas também num período posterior, quando o

mesmo disponibilizava assessoria para os manifestantes presos ou pessoas indiciadas por crimes nas ruas. Durante as manifestações, o PLSP deixava claro sua disposição e preparo para lidar com os casos de detenções, fornecendo contatos e orientações básicas sobre como proceder no caso de denúncias e de respostas às acusações. Articulações com a defensoria pública do estado, organizações de direitos humanos e apoio de advogados voluntários são expressos na rede, onde atribui sucesso a resolutividade de problemas.

5.3.3 Enquadramento Prognóstico

No decorrer do ciclo de protestos em 2013, as proposições de soluções para os problemas enfrentados pelo movimento estiveram basicamente relacionadas a revogação da tarifa (52,6%) e a tarifa zero (43,1%). Outros (4,3%) prognósticos, relacionados a problemas mais localizados, também estiveram presentes nas postagens do movimento, como soluções de infraestrutura urbana, como a duplicação da estrada e construção de metrô de acesso às regiões periféricas (vide gráfico 9).

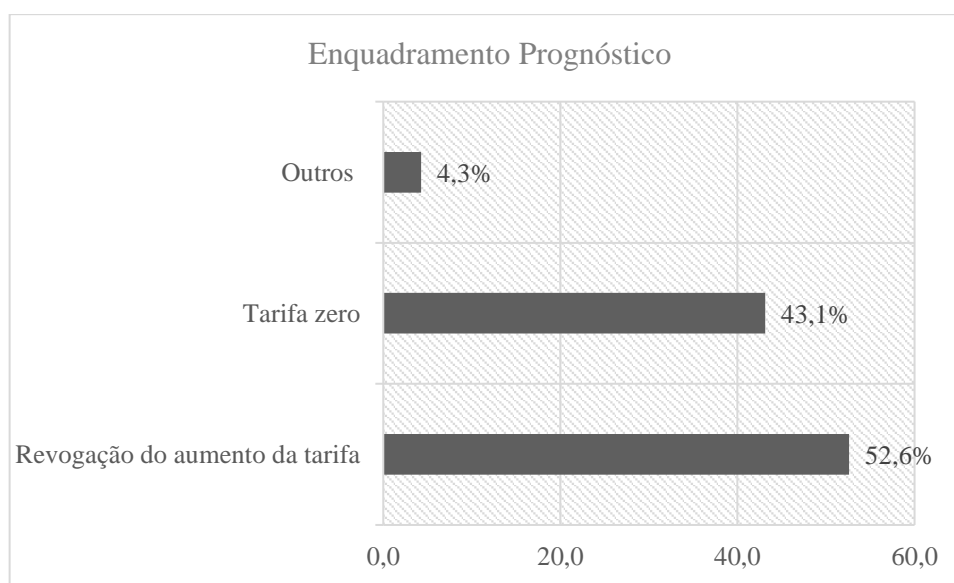


Gráfico 9: Enquadramento Prognóstico
Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

A revogação da tarifa foi o principal objetivo do PLSP em 2013. O prognóstico foi tratado de maneira clara, focada e bastante objetiva pelo grupo, que marcava as suas postagens com jargões que o anunciavam, tais como “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar” e “Revoga o aumento”, que entoavam tanto a ameaça, quando a suplica ao poder público.

Tal quadro propositivo de solução esteve mais fortemente presente durante os movimentos prévios e no ápice do ciclo de protestos em 2013, especialmente entre os atos do

PLSP até a sua anúncio de saída das ruas, respectivamente entre os dias 06 e 21 de junho, conforme podemos notar no gráfico a seguir.

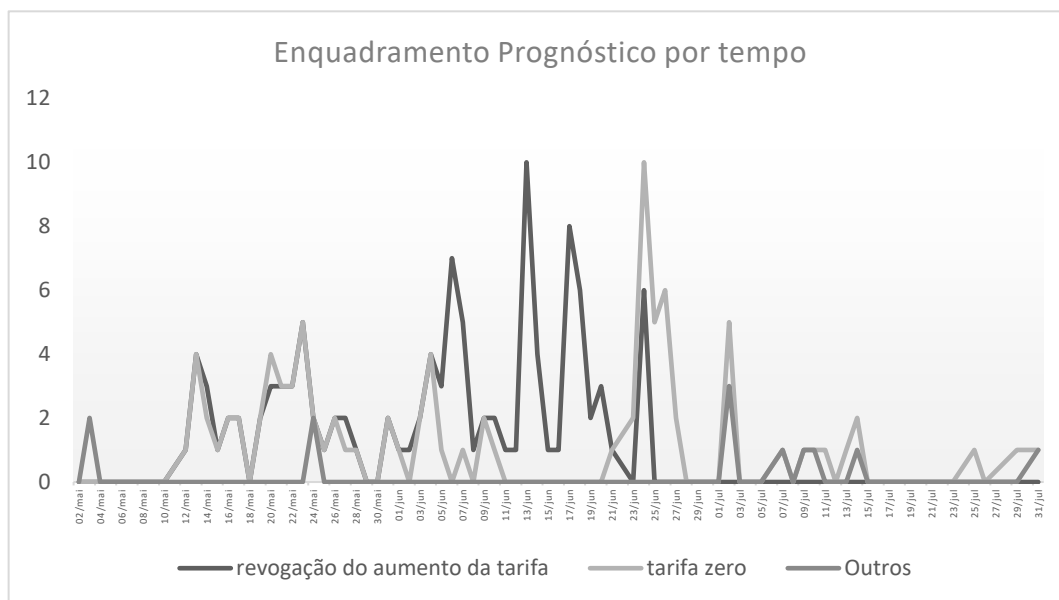


Gráfico 10: O Uso do enquadramento Prognóstico entre maio e julho de 2013

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Em maio, tanto a revogação do aumento da tarifa, quanto a proposta da tarifa zero conviveram. Isto por que esse período foi bastante marcado por postagens de mobilização para o primeiro ato do movimento, que continham em seu conteúdo não apenas a proposta imediata do movimento de diminuição da tarifa, como o seu objetivo maior de luta, que é a universalização transporte à toda população brasileira.

A tarifa zero como solução carrega em si o desejo maior do grupo do transporte enquanto direito social, que permitirá a todos acessar a cidade, com todos os seus serviços, lazer, etc. De acordo com o gráfico 10, podemos ver que esta solução durante o momento mais intenso dos protestos de 2013 foi menos priorizada, mas assim que a conquista inédita do movimento da revogação da tarifa em SP foi conquistada, ela retoma às postagens, com bastante centralidade, especialmente no final de junho. Isto porque, logo após a vitória do PLSP, houve uma preocupação do movimento de esclarecer sobre seus marcos identitários, onde ele falou sobre si e de sua luta maior, a tarifa zero. Ele chegou a mobilizar nas ruas palestras cujo protagonista do debate sobre a tarifa zero, Lúcio Gregori, foi o palestrante. Apesar da intensidade desse quadro de prognóstico, ele perde força no mês de julho, quando o movimento se esforçou em mobilizar e visibilizar as lutas que ocorriam em SP, coordenadas por outros movimentos sociais.

5.3.1 Enquadramento Motivação

Os enquadramentos motivacionais possuem relação direta com três principais quadros encontrados: adesão da opinião pública, conhecimento de outras lutas e efeito demonstração. A adesão da opinião pública refere-se às postagens do movimento que motivam o público a participarem de suas ações ou de movimentos aliados, sejam elas ocorridas nas ruas ou no ambiente online. Já o “conhecimento de outras lutas”, refere-se ao estímulo que o movimento fornecia em sua página para que as pessoas conhecessem outras lutas ou movimentos sociais, municinando-as de informações sobre outros tipos de reivindicações ou relatos de ações protagonizadas por outros movimentos sociais. Por sua vez, o “efeito demonstração”, refere-se à visibilidade que o PLSP dava aos resultados alcançados por ele e outros movimentos nas ruas, bem como tornava visível suas ações nas ruas, incluindo aqui suas comemorações de revogação da tarifa ou de outros movimentos pelo Brasil, assim como os relatos da sua presença e atuação nas ruas.

De modo geral, as postagens motivacionais presentes na página do PLSP tiveram o objetivo de aderir à opinião pública as suas lutas, correspondendo a 47,7% de tais posts. Este dado confirma a ideia de que o Facebook foi um importante recurso para o movimento de mobilização da população para rua e angariar apoiadores na opinião pública.

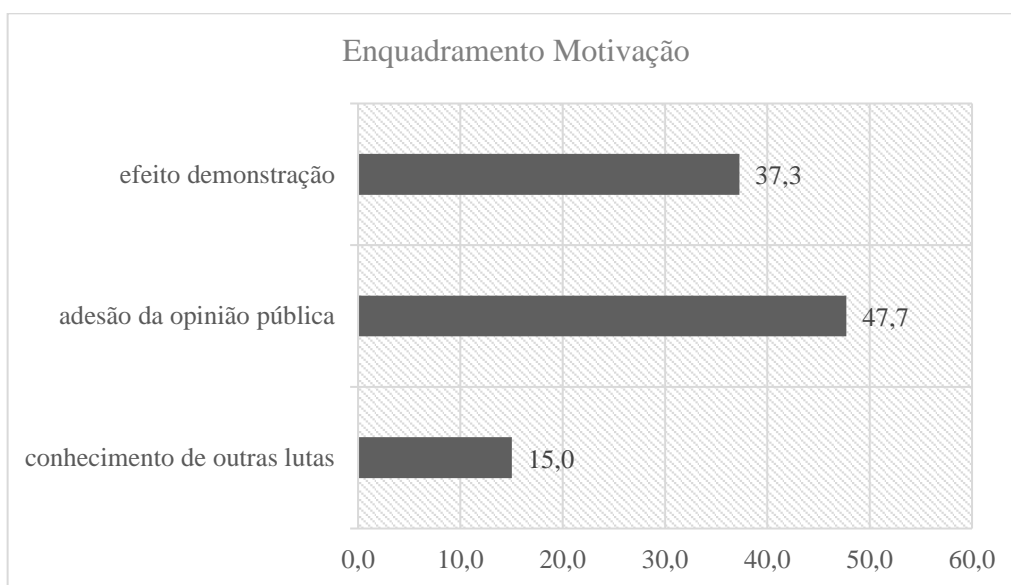


Gráfico 11: Enquadramento Motivação
Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Além de motivar seu público a ida às ruas, o PLSP também se apropriou de sua página no Facebook para demonstrar ao seu público os resultados ou conquistas obtidas tanto em lutas pretéritas, quanto durante o ciclo de junho, seja elas próprias ou de outros movimentos.

Dentre os conteúdos associados ao quadro “efeito demonstração” foram mais comuns a demonstração das ações do movimento nas ruas, os apoios recebidos e a interlocução com o poder público. Sobre outros movimentos, o mais comum foi a demonstração dos resultados de lutas pretéritas ou em curso, onde buscou evidenciar que eles também conseguiram revogar o aumento da tarifa em suas cidades.

Tabela 5: Conteúdos presentes no quadro efeito demonstração

Efeito Demonstração	Nº Absoluto
Outros Movimentos	25,0
Evidência de Revogação do Aumento da Tarifa	25,0
PLSP	75,0
Conquista da revogação do aumento da tarifa	4,5
Demonstração de apoio recebido	8,0
Assessoria Jurídica a manifestantes presos	1,8
Relatos de acontecimentos nos protestos	43,8
Demonstração dos princípios e valores do MPL	4,9
Interlocução com o poder público	5,4
Esclarecimento sobre a continuidade da luta	4,0
Divulgação de material usado nas ruas	1,8
Repercussão internacional de junho	0,9
Total	100,0

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

O Facebook foi utilizado ainda para motivar o público que acompanhava a página do PLSP obter conhecimento de outros protestos que ocorriam no país, mas sobretudo em diferentes localidades do estado de SP, estando presente em 15% das postagens motivacionais. Este quadro passa a ser bastante importante a partir do mês de julho, quando o movimento, já vitorioso em sua casa, passa a apoiar as de grupos aliados.

Um fato interessante em dizer, é que esses quadros conviveram entre si, ocorrendo casos em que em postagens cartazes mobilizatórios de atos do PLSP estimulando à adesão da opinião pública, combinava textos informativos sobre vitórias adquiridas pelo PLSP e ainda em notícias do curso de protestos em outras cidades no país, se apresentando como um dos enquadramentos mais complexos de se analisar.

Ao visualizar os resultados referentes aos enquadramentos de motivação ao longo do tempo abordado neste estudo, percebemos que os estímulos para a adesão da opinião pública aos seus atos ou de outros movimentos foram contínuos, a partir da segunda quinzena de maio (quando o movimento inicia a mobilização para o seu primeiro ato), atingindo seu ápice em junho (antes de ingressar às ruas) e permanecendo elevado no mês de julho, quando o movimento assume uma posição de apoio em processos mobilizatórios de outros movimentos no Facebook.



Gráfico 12: Uso do enquadramento motivação ao longo do tempo

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

É interessante observar que o maior pico de junho e adesão da opinião pública, antecede ao primeiro ato do movimento, e não foi superado em nenhum outro momento. Isso são evidências de que, de fato, existiu um grande esforço na rede de divulgação do primeiro ato do PLSP, e que após a eclosão de junho tornou-se mais difícil mobilizar na rede após o início dos protestos nas ruas, que exigiu dos militantes maior dedicação para acompanhar a dinamicidade das ruas, conforme foi relatado nas entrevistas (Gráfico 12).

O gráfico 12 demonstra também uma transição de estratégia mobilizatória do PLSP nas redes. Conforme observado antes, foi comum que em junho as postagens mobilizatórias fossem compostas por conteúdos que informavam sobre resultados de ações nas ruas seja do PLSP ou de outros movimentos aliados (efeito demonstração). No entanto, se observamos julho podemos perceber que o quadro “efeito demonstração” sofre uma queda, sendo elevado o “conhecimento de outras lutas pelo país”, que junto com “efeito demonstração” atinge alguns picos nesse mês. Isso ocorre porque ao invés do PLSP falar de si, passa a falar de outros movimentos nas postagens mobilizatórias, tendo em vista que em julho assume uma postura de apoio na mobilização de lutas de outros movimentos na rede.

Além dessas mobilizações simbólicas feitas pelo movimento em sua página ao longo do ciclo de protestos de junho, os repertórios de ação se efetivaram tanto nas ruas, quanto no ambiente online. A seguir discutiremos sobre as ações empregadas pelo movimento no ambiente online, que complementaram suas lutas nas ruas.

5.4 – Os rastros dos repertórios na rede

O entendimento dos repertórios empregados por movimentos sociais tem sido utilizado por estudiosos para compreensão de dinâmicas de confronto político em todo mundo. Tal leque de formas e estratégias de atuação política são acionados mediante oportunidades e ameaças políticas, e possuem conexão direta com histórias de lutas, e podem ser reformuladas ou adaptadas a cada contexto ou ocasião, despertando criatividade e inovações.

Conforme vimos no capítulo 2 desta dissertação, a história de luta do movimento Passe Livre São Paulo é marcada pela priorização de repertórios “offline”⁴. Ainda que os repertórios tradicionalmente acionados pelo movimento possam ter relação com suas ações na internet, os estímulos às campanhas online não alçaram centralidade em junho de 2013. A seguir veremos com especificidade os rastros presentes na página sobre os repertórios offline empregados, assim como as campanhas online estimuladas pelo movimento na rede.

5.4.1 – Rastreamento os Repertórios Offline

Como já vimos ao longo deste estudo, o Facebook foi um importante instrumento de mobilização e divulgação de informações sobre suas ações nas ruas, sendo um importante ambiente de memória a respeito dos repertórios offline empregados.

Dentre as 445 postagens analisadas neste estudo, 36% (162) foram de caráter mobilizatórias para ações do movimento nas ruas, e conforme podemos ver na tabela abaixo, grande parte (79,8%) dos posts publicados no Facebook tiveram como objetivo mobilizar o público para aderir aos seus atos públicos nas ruas, seguido de atividade cultural (6,5%) e aula pública (6,0%).

Tabela 6: Rastros de Repertórios Offline empregados entre maio e julho de 2013 pelo Passe Livre São Paulo nas ruas

Repertórios Offline	%
Atividade Aberta	1,8
Atividade Cultural	6,5
Ato Público	79,8
Vigília	0,6
Aula Pública	6,0
Debate	4,8
Panfletagem	0,6
Total	100,0

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

⁴ Repertório offline é compreendido neste estudo como aquelas formas de ação e estratégias empregadas pelo movimento fora do ambiente online.

Ao longo do tempo, os atos públicos do PLSP começaram a ser mobilizados na rede a partir de maio de 2013, e perdurou a ação até o dia 20 de junho, quando o movimento realiza seu último grande ato nas ruas de São Paulo. Percebe-se que um esforço maior de mobilização ocorreu em momentos prévios ao primeiro grande ato, no dia 06 de junho. Depois, as postagens de mobilização para os atos públicos decrescem até o final do mês (Gráfico 13). Este resultado, acompanha as estatísticas de intensidade de postagens na página (seção 5.1.3.1), e indica que que grande parte da intencionalidade no período entre 03 e 21 de junho foi realmente mobilizatório e para os seus grandes atos.

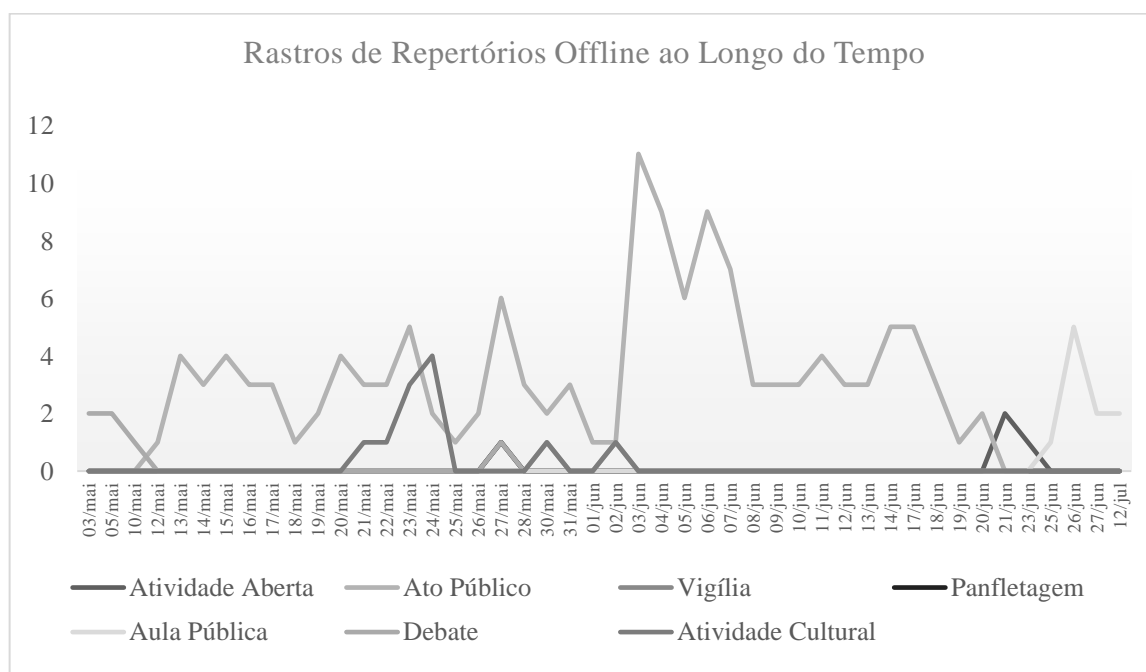


Gráfico 13: Rastros de Repertórios Offline entre maio e julho de 2013.

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Os dados revelam ainda que em momentos que antecederam junho também foram utilizados para emprego de ações que visavam conscientizar e preparar a rua para os protestos, criando unidade e motivando para adesão popular à luta, como o emprego de atividades culturais e debates, que foram voltados para discussão sobre a situação dos transportes e sobre as causas defendidas pelo movimento. Após junho, o movimento diminui sua ação direta nas ruas, e se volta para debates e aulas públicas que visavam falar sobre si e suas lutas. Uma estratégia de formar maior unidade ao grupo, frente as novas aquisições de membros que passaram a ter em julho.

Ao analisar o engajamento do público com as postagens mobilizatórias de ações do movimento nas ruas, podemos ver a centralidade dos atos públicos, que alcançou a marca de 183.145 interações na página, sendo 54% curtidas, 38% compartilhamentos e 9% comentários. Aulas públicas e atividades abertas, que foram atividades bastante difundidas no pós-junho,

também demonstram força, entre os repertórios de interesse do seu público, conforme visto na tabela seguinte.

Tabela 7: Volume de interações do público nas postagens mobilizatórias de ações do Passe Livre São Paulo nas ruas, entre maio e julho de 2013

Repertórios Offline	Compartilhamentos	Comentários	Curtidas	Total
Atividade Aberta	1.837	3.605	3.702	9.144
Atividade Cultural	102	19	201	322
Ato Público	71.444	11.676	100.025	183.145
Aula Pública	2.038	1.890	4.240	8.168
Debate	202	9	186	397
Panfletagem	0	0	1	1
Vigília	20	5	66	91
Total Geral	75.643	17.204	108.421	9.144

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

No ambiente online o emprego as formas de ação e estratégias do movimento dialogaram diretamente com os acontecimentos da rua, sendo o Facebook importante ferramenta para construção de narrativas próprias de luta, práticas de solidariedade, denúncias e apoio a campanha rumo tarifa zero, conforme veremos na seção a seguir.

5.4.2 – Campanhas Online

Ao longo do período estudado algumas ações do PLSP se restringiram ao ambiente online, que na maioria das vezes, corresponderam à motivação do público para adesão às campanhas nascidas de repercussões de ações do movimento nas ruas. No geral, tais campanhas ocuparam obtiveram pouca centralidade entre as postagens do movimento, correspondendo a 16, dentre as 445 existentes.

Tabela 8: Campanhas online na página do Passe Livre São Paulo no Facebook

Campanhas Online	%
Compartilhamento de imagens e vídeos da violência policial	50,0
Doações para fianças de manifestantes presos	28,6
Petição Online Tarifa Zero	7,1
Uso de hashtags no Twitter	14,3
Total Geral	100,0

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Os episódios violentos de protestos marcaram as campanhas online feitas pelo movimento na rede, onde o tom denunciativo tomava conta. Militantes do PLSP, ao longo do ciclo de junho, solicitava ao público que compartilhassem as imagens e vídeos (50,0%) da repressão policial em seus atos. Argumentavam arquivamento de provas, que utilizaram em

processos futuros que abririam contra a Polícia Militar de São Paulo. O movimento estimulava a construção de autonarrativas na rede, tal importante no ciclo de junho, que serviu de contraponto às coberturas midiáticas do período.

Essa campanha contra a violência policial na rede foi acompanhada de aprendizagem de registro de protestos. Nas postagens haviam conteúdos informativos sobre produção de vídeos e imagens, e estímulos para o uso de aparelhos que pudesse registrar os atos, assim como o pedido de difusão das cenas violentas em timeline pessoais.

Devido ao grande volume de militantes presos nas ruas, a página do PLSP também foi utilizada para campanhas de solidariedade, onde campanhas de doações de dinheiro eram realizadas para pagamento de fianças, que correspondeu a 28,6% das postagens de campanhas online na rede.

O estímulo à comunicação no Twitter entre os militantes presentes nas ruas ou apoiadores nas redes do movimento também esteve presente nas postagens do PLSP em sua página. Embora tenha ocorrido de maneira tímida, tais postagens orientavam o público da página a utilizarem a hashtag #RevogaoAumento, utilizada para pressionar o poder público local a revogar o aumento da tarifa dos transportes em São Paulo.

Por fim, embora em menor proporção, a questão central do ativismo do MPL no Brasil também era tratada na página, onde o público era lembrado e estimulado a assinar a petição online em prol da tarifa zero no país.

Ao longo do tempo, podemos certificar que as campanhas motivadas no Facebook tiveram impulso a partir do terceiro grande ato do movimento, no dia 11 de junho, quando muitas pessoas foram presas. O dia 12 de junho, marca o início da campanha de solidariedade aos presos. Porém, a partir do dia 13 de junho, no episódio de protesto mais violento do período, o estímulo à construção de narrativas denunciativa à violência policial ganha centralidade dentre as campanhas feitas na rede, especialmente no dia 14 de junho, quando atinge o maior pico do período (vide gráfico 14).

A preparação para o maior ato do movimento no período, dia 17 de junho, foi feita na rede com estímulos de uso do Twitter, que conforme podemos ver, foi iniciada a campanha do uso de hashtag específica no dia que antecedeu tal ato. Já o retorno à pauta da Tarifa Zero, ocorre no final de junho, quando o movimento já havia conseguido barrar a tarifa, e coloca no centro novamente o debate da tarifa como direito social.

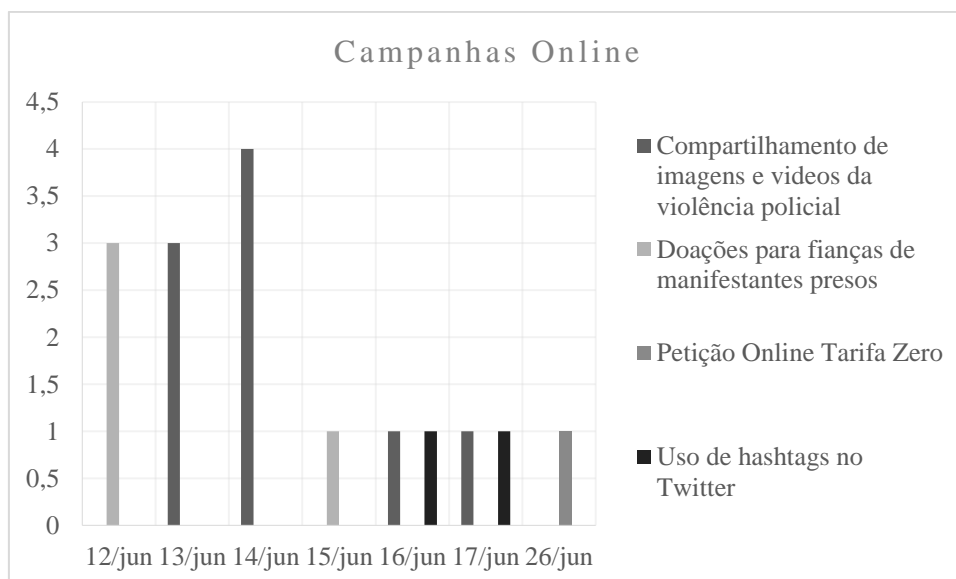


Gráfico 14: Campanhas online realizadas na página do Passe Livre São Paulo, entre maio e julho de 2013.

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

No que tange ao interesse do público com tais postagens do movimento, podemos ver que 64,0% das interações realizadas com os 14 posts específicos de campanhas online estiveram associadas aqueles que denunciavam a violência policial, seguido dos que estimulavam o uso de hashtags no Twitter (20,0%).

Tabela 9: Volume de interações do público nas postagens mobilizatórias de ações do Passe Livre São Paulo em sua página no Facebook, entre maio e julho de 2013

Campanhas Online	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Total
Compartilhamento de imagens e vídeos da violência policial	8.282	958	6.451	15.691
Uso de hashtags no Twitter	2.477	256	2.118	4.851
Doações para fianças de manifestantes presos	1.551	558	1.349	3.458
Petição Online Tarifa Zero	229	85	149	463
Total Geral	12.539	1.857	10.067	24.463

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

No geral, a mobilização para as ações offline obtiveram maior esforço do movimento na página, e também maior predileção por parte do público. Pode-se constatar ainda, que as campanhas online tiveram foram estimuladas a partir das ações do movimento nas ruas, e com alto caráter de apoio às ações das ruas e visibilidade do movimento na rede. Isto talvez se explique pelo uso utilitário e sazonal dado pelos membros do PLSP ao Facebook, recorrendo a ele muito principalmente em episódios de protestos e para mobilizar, informar e tornar visíveis suas ações nas ruas.

Esses resultados reforçam ainda mais o histórico de uso prioritário de repertórios tradicionais por parte do movimento, e ainda dialoga com seus relatos resistentes ao uso da

ferramenta, onde seu caráter inseguro e mercantilizante é evidenciado. Por outro lado, o alto volume de interesse do público chama atenção, em especial pelo volume de postagens, que é relativamente baixa para potencializar tamanho engajamento, como vimos nos resultados. Por um lado, pouca centralidade do movimento à rede, e de outro, muito interesse do público sobretudo pelo que ocorria nas ruas.

5.5 – Laços e Papéis: a rede de alianças do Passe Livre São Paulo no Facebook nos protestos de 2013

Desvendar e compreender as relações tecidas por atores políticos corresponde a um dos aspectos relevantes para a compreensão de contextos de confronto político, tendo em vista que a rede de laços estabelecidos contribui de maneira direta para a sustentação e fornecimento de sentido às lutas. Nesta seção abordaremos, de maneira específica, os rastros a respeito das redes de alianças estabelecidas pelo movimento Passe Livre São Paulo em sua página no Facebook, durante o ciclo de protestos de 2013.

Este esforço levou em consideração as postagens em sua página, durante os meses de maio e julho de 2013. Cada uma das 445 postagens na página foi analisada, visando a identificação relações, advindos de menções e compartilhamentos de conteúdo, que foram métricas mais viáveis de coleta e análises relacionais aplicadas ao Facebook. Tais relações, conforme veremos adiante, embora possua a baixa intensidade no período estudado, são reveladoras no que tange as formas de interação entre organizações no ambiente online, bem como a visibilidade de empenhos conjuntos em ações nas ruas.

5.5.1 – Identificando Interações em Compartilhamentos e Menções

A identificação de rastros relacionais no Facebook tem sido uma função difícil aos cientistas de dados. Isto porque tal plataforma digital é movida por regras de privacidade que correspondem a verdadeiros labirintos informacionais, exigindo estudo e criação de formas específicas de coleta e análise. Para este estudo, vários caminhos de identificação de rastros relacionais foram aplicados e testados, sendo mais numeroso e eficiente as análises dos compartilhamentos e das menções realizadas na timeline da página.

Neste estudo, nossas coletas das interações do PLSP à outras páginas iniciaram de forma automatizadas, mas exigiram combinações com procedimentos manuais, foram aplicados, sobretudo, às menções do movimento, tendo em vista que muitas delas estavam presentes dentro de imagens e em textos que não se encontravam em formatos que pudessem ser coletados de maneira automatizada, conforme já frisado na introdução deste estudo.

De modo geral, a atividade relacional do movimento durante o ciclo de protestos de 2013 deu-se, em grande medida, via menções (79%) e obteve pouca iniciativa de compartilhamento (21%) de conteúdo de outras páginas do Facebook. Ao total, identificamos 141 postagens, das 445 analisadas, que emitiam algum tipo de interação com outras páginas, o que correspondeu a 32% de suas postagens no período (vide Tabela 10).

Tabela 10: Volume de postagens com rastros de interações do Passe Livre São Paulo em sua página no Facebook, entre maio e julho de 2013.

Rastros de Interações na Rede	Nº de Postagens	%	Volume de Interações	%
Menções	112	79	149	84
Compartilhamentos	29	21	29	16
Total	141	100	178	100

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Os compartilhamentos e menções a outras páginas tiveram como intencionalidade diagnosticar demandas sociais (2%) no setor de transportes em São Paulo - especialmente a situação de precariedade e má qualidade do serviço em regiões periféricas -, como também informar o público (49%) da presença ou atuação de outros movimentos nas ruas ou estimular debates sobre pautas centrais do movimento, como Tarifa Zero. Em igual proporção (49%), buscou-se ainda mobilizar a população para eventos offline que marcou o período (vide gráfico 15).

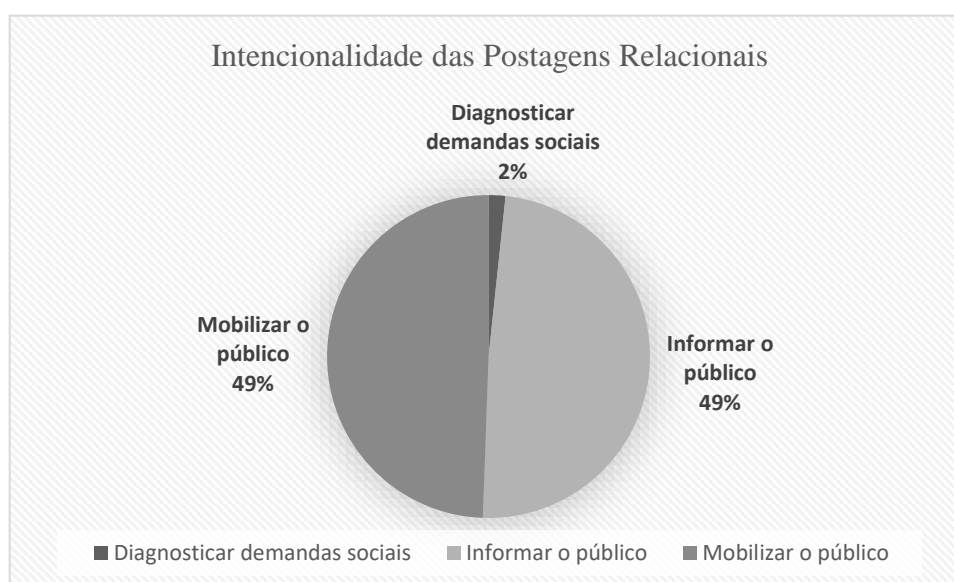


Gráfico 15: Intencionalidade das Postagens Relacionais do Passe Livre São Paulo em sua página, entre maio e julho de 2013

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

A análise do perfil das páginas compartilhadas e de organizações mencionadas pelo PLSP em sua página demonstra um vínculo motivado por pautas comuns e/ou transversais às defendidas pelo movimento. Conforme podemos ver no gráfico 16, movimentos e

organizações ligadas às lutas pelo transporte (24%) são os laços mais intensos do PLSP, somado a notoriedade daqueles que atuam na defesa por moradia (19%), exercem práticas culturais (12%) e ou que se engajam em assuntos comunitários (11%).

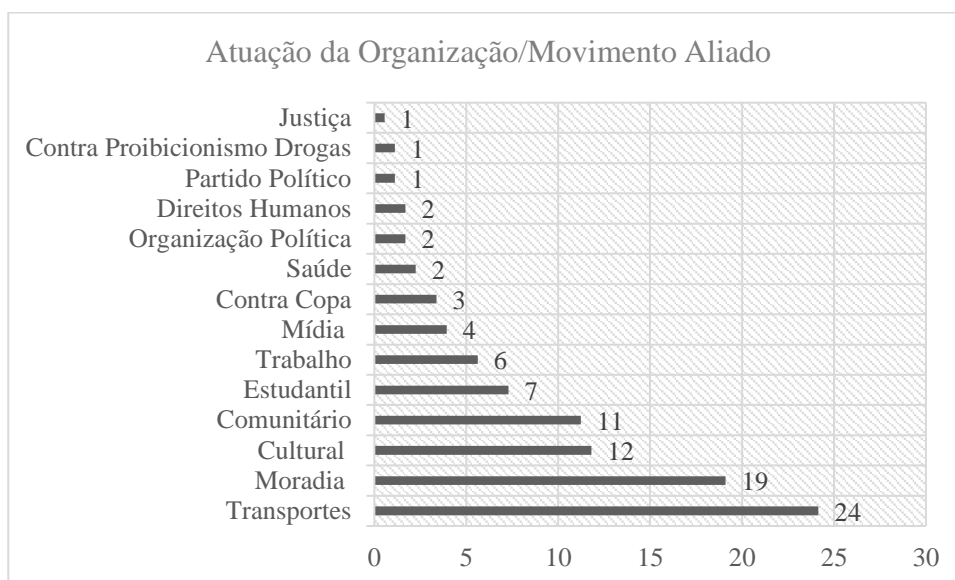


Gráfico 16: Atuação das páginas de organizações/movimentos com postagens compartilhadas e mencionadas pelo Passe Livre São Paulo, entre maio e julho de 2013.

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

É importante dizer, que embora os compartilhamentos de conteúdo de outras páginas tenham sido baixos, por outro lado, identificamos relativa intensidade do movimento em re-compartilhar seus próprios conteúdos na rede. Este ato de re-compartilhamento de postagens próprias indica um esforço de visibilidade de conteúdo específicos, estimulando sua viralidade na rede. Ao total, foram 70 posts re-compartilhados pelo PLSP em sua página, e como podemos confirmar na tabela 11, se trataram, em grande parte, de replicação de convocatórias de eventos realizados nas ruas. Sobre estas ações offline, chama atenção o seu primeiro grande ato contra o aumento da tarifa, amplamente mobilizado na rede, quando comparado com os demais re-compartilhados.

Tabela 11: Eventos Re-compartilhados pelo PLSP em sua página no Facebook

Atos em Rua	Data	Nº de Re-compartilhamento
1º Grande Ato Contra o Aumento da Tarifa.	06 de junho	37
Esquenta contra o aumento!	26 de maio	5
Debate: Uma cidade recortada, bilhete mensal e arco do futuro.	11 de maio	4
Ato dos Metroviários	24 de maio	3
Ato em prol da favela moinho	05 de julho	3
Ato contra o aumento da Passagem da EE Boanova	05 de junho	2
Debate: Qual o preço do transporte público? Debate sobre mobilidade urbana e o aumento da passagem	05 de junho	2
3º Grande Ato Contra o Aumento da Tarifa.	11 de junho	2

Ato Impaciente e Radical em Defesa do SUS	22 de maio	1
Aula pública: Tarifa zero e mobilização popular	27 de junho	1
2° Grande Ato Contra o Aumento da Tarifa.	07 de junho	1
4° Grande Ato Contra o Aumento da Tarifa.	13 de junho	1
Atividade Aberta do PLSP	23 de junho	1
Protesto M'Boi Mirim	03 de junho	1
Não se aplica	-	6
Total Geral	-	70

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Este aspecto pode ser melhor entendido quando observamos essa prática de re-compartilhamento de conteúdo próprios ao longo do tempo. Quando comparamos tais dados com os de compartilhamento de conteúdo de outras páginas, observamos que tão ação foi mais intensa durante o período dos episódios de protestos nas ruas, especialmente entre 03 e 24 de junho, e perdurou, embora em menor escala, no mês de julho

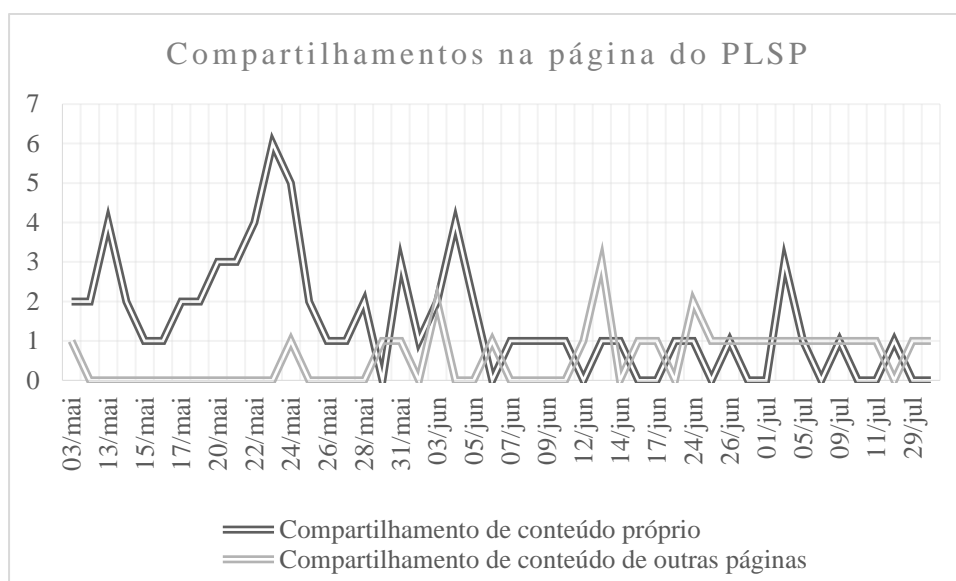


Gráfico 17: Compartilhamento de conteúdo próprio na página do PLSP, entre maio e junho de 2013.

Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Isso indica que foi durante os grandes atos do movimento na capital paulista, que o contato com outros movimentos se intensificou na rede, e que conforme vemos deu-se muito em detrimento de apoio mútuo, seja difundindo informações ou mobilizando para ações em rua.

A visibilidade desses laços de alianças em lutas ocorridas no ambiente offline podem ser vistas ainda de maneira mais intensificada quando analisamos as menções presentes nas postagens do movimento no Facebook. A seguir trataremos com especificidade esses tipos de relações na rede.

5.5.2 – Dos laços na rede, aos papéis estabelecidos nas ruas

Apesar dessa baixa atividade relacional no Facebook, os resultados obtidos demonstram um movimento cujos principais laços obtidos possuem relação direta com suas pautas defendidas. Embora as redes de interações tenham ganhado mais nós ao longo do tempo, é interessante perceber que os tipos de páginas que o movimento vai se relacionando não foge muito da lógica de compartilhar conteúdos de outros movimentos autônomos, de mídias independentes, de movimentos com pautas transversais ou mesmo que abordam as mesmas pautas do movimento na cidade. (Vide figuras 1, 2, 3 e 4).

O mês de maio, que representou o período de maior esforço do movimento de mobilização na rede, foi marcado por um menor esforço relacional na rede, porém com grupos bastante diversificados, conforme visualizado na figura 15.

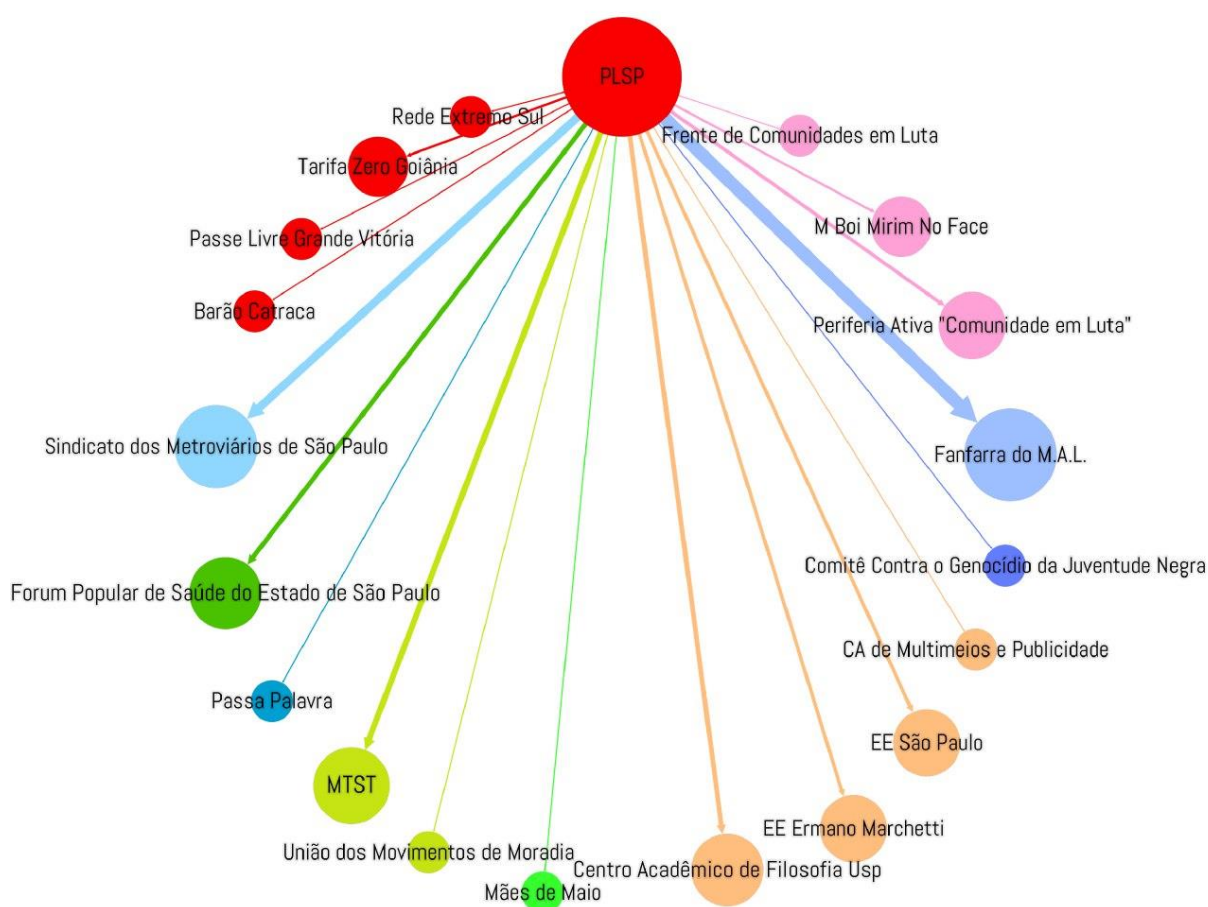


Figura 15: Interações do Passe Livre São Paulo no Facebook, em maio de 2013
Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Nas relações estabelecidas na página no mês de maio o vínculo com demais movimentos autônomos parceiros na luta pelo transporte foi evidente, em grande parte mencionados por suas lutas em curso (como o caso do Tarifa Zero Goiânia) ou lembranças de vitórias históricas do Movimento Passe Livre no Brasil, como o exemplo do Passe Livre Grande Vitória. Somado a isto, rastros da articulação do PLSP com secundaristas e estudantes universitários foram

deixados, onde muitos foram mencionados por apoiarem o movimento através de espaços cedidos para encontros e contribuição com serviços voluntários (como Centro Acadêmico de Filosofia Usp e CA de Multimeios e Publicidade), ou mesmo realizando atos prévios a junho, que contribuíra para a formação de um clima de luta na cidade, conforme feito pelos secundaristas das Escolas Estaduais Ermano Marchetti e São Paulo.

O maior nó na rede e, portanto, o laço mais forte de maio, foi realizado com o movimento autônomo Fanfarra do M.A.L. Este nascido de uma ramificação do PLSP foi responsável pela musicalidade de todos os atos do PLSP em junho, além daqueles protagonizados por secundaristas na semana que antecedeu o primeiro grande ato, no dia 06 de junho.

Vínculos com organizações de movimentos sociais tradicionais e de categorias profissionais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Sindicato dos Metroviários de São Paulo, também se efetivaram em maio. Laços provocados por lutas comuns, muito embora haja por parte do PLSP toda uma crítica às suas formas organizativas de luta política. Neste sentido, podemos perceber que muito embora o PLSP comungue de princípios horizontais, estes convivem com instituições mais hierarquizadas quando visam objetivos comuns.

O mês de junho, com maior intensidade dos nós na rede, é representando pela intensificação dos laços do PLSP com demais coletivos do MPL, assim como blocos e comitês de lutas pelo transporte público no país (vide figura 16).

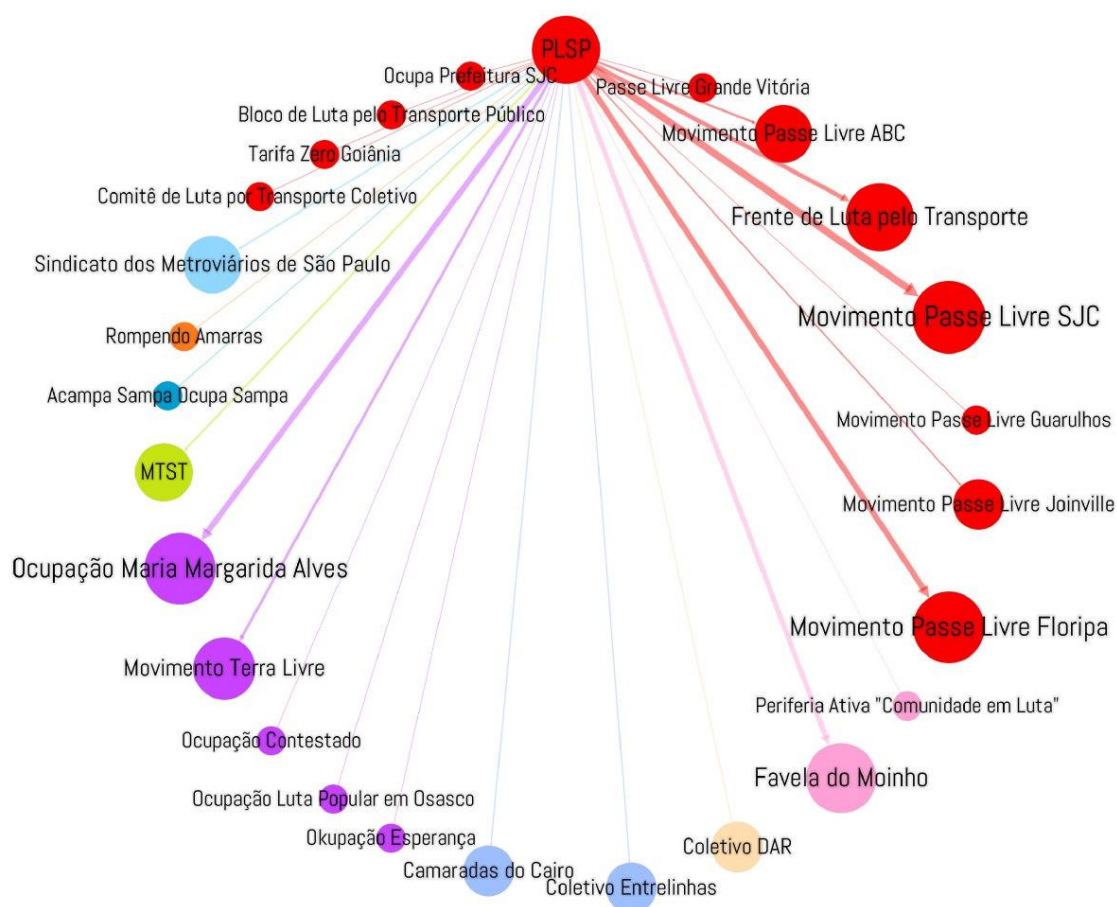


Figura 16: Interações do Passe Livre São Paulo no Facebook, em junho de 2013
 Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Devido a notoriedade da agenda de transportes em junho, muitas cidades passaram a vivenciar lutas contra a tarifa de transportes públicos, sendo mencionadas em postagens do movimento. Soma-se a isto, a permanência da ação de motivação na rede, por parte do PLSP, de vitórias pretéritas em outras cidades, gerando um clima de viabilidade da revogação do aumento também em São Paulo. Em junho ainda, pode-se identificar laços com movimentos sociais internacionais, como Camaradas do Cairo, que durante o período escreveu uma carta endereçada ao PLSP, em apoio às suas lutas no Brasil.

Em julho os vínculos entre os coletivos do MPL, movimentos comunitários e de moradia se intensificam na rede (vide figura 17). Isto devido ao cenário de lutas intensificado no após junho. Na página o PLSP mencionavam as lutas de parceiros pelo país, bem como contribuam na mobilização de outras em São Paulo.

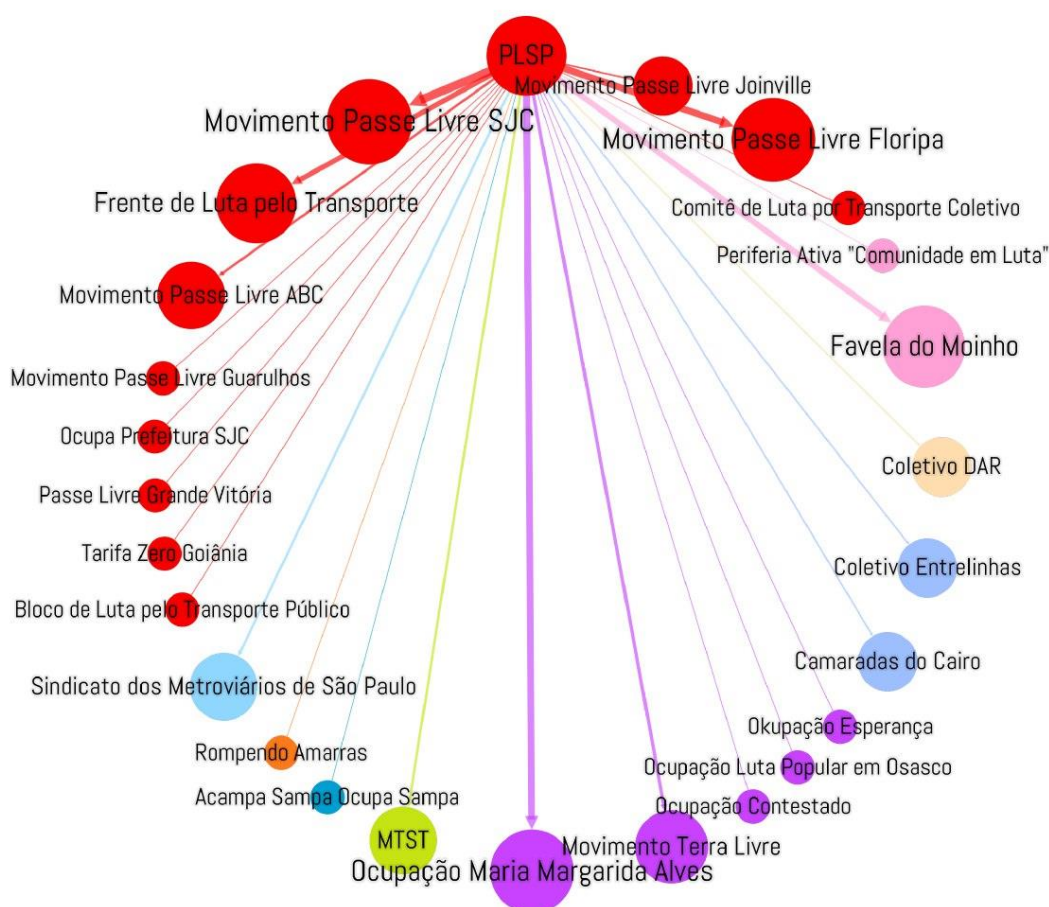


Figura 17: Interações do Passe Livre São Paulo no Facebook, em julho de 2013
 Fonte: Página do Passe Livre São Paulo, Facebook.

Dentre as páginas presentes na rede de compartilhamentos do MPL-SP vale a pena citar algumas. A primeira delas corresponde a Fanfarra do Movimento Autônomo e Libertário, que durante todos os atos do MPL-SP em junho forneceu apoio áudio visual ao movimento. Fanfarra do M.AL é um tradicional apoiador de lutas autônomas na cidade de SP, e se apropria da música e gritos de palavras de ordem como formas de protestar. A parceria entre MPL-SP e Fanfarra do M.A.L não está restrita a junho, podendo ser verificada em outros atos do movimento, assim como de outros contra a tarifa ocorrida na região metropolitana de SP.

De acordo com o movimento estiveram sempre em relação com eles demais movimentos autônomos da cidade. Fanfarra do Mal é uma ramificação do PLSP. Como faz uma atuação específica, acharam por bem obter uma linha que tratava apenas da musicalidade nos atos. De acordo com o movimento eles possuem toques próprios de luta, inclusive que sinalizam a repressão policial ao movimento.

O Coletivo Passa Palavra, se constitui como um ator importante na produção de informação sobre lutas sociais ocorridas no Brasil, em especial na cidade de São Paulo. Possui um jornal online, que durante junho foi muito recorrido pelo PLSP para a cobertura de suas

ações nas ruas. Pode ser identificado ainda, como um exemplo de produção independente de informação que destoava daquelas produzidas pelas mídias tradicionais. Um dos membros do MPL-SP, o Legume, que foi em junho o porta-voz do movimento na mídia, é um integrante do Passa Palavra, e foi dele o texto relatando o fim do movimento, em agosto de 2015.

Pode ser citada ainda A Matilha Cultural é um centro cultural autônomo localizado no centro de São Paulo. Fornece apoio de espaço para realização de eventos culturais e práticas ativistas. Durante junho de 2013, seu espaço foi cedido para realização de primeiros socorros de vítimas da ação policial nas ruas. Foi nesse local, que grupos de profissionais da saúde, também voluntários, atuavam.

Tradicionais Organizações de Movimentos Sociais (OMS), partidárias, também mantiveram relações com o MPL-SP em junho. Exemplo disso foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). As relações entre MTST e PLSP preexistiram a junho, sendo identificadas em outras interações. O MTST também é um parceiro de longa data, que permite o PLSP se aproximar de movimentos presentes na periferia da cidade. No entanto, há diferenças entre os movimentos que são conversadas, inclusive a forma de organização do MTST e seu vínculo institucional/partidário.

De acordo com membros do PLSP após junho desencadearam muitas revoltas na cidade, especialmente encampadas por movimentos com atuação na periferia. Por acreditar que as demandas da periferia são transversais a pauta do movimento eles apoiaram as manifestações e também circularam nessas áreas promovendo ou participando de aulas públicas, eventos culturais, protestos ou debates.

Conclusão

Entre as contribuições advindas do uso das nTIC's pelos movimentos sociais, a sua enorme capacidade de fomento de interações entre os indivíduos e difusão de informação é de se destacar. Com a criação dos sites de relacionamento, como o Facebook, os antigos padrões de comunicação foram alterados, e é cada vez mais frequente o uso das denominadas “redes sociais” para conversações entre indivíduos de maneira online.

Um primeiro aspecto a ser citado neste estudo é a forte adesão do PLSP ao Facebook. Dentre os 16 coletivos do MPL, ele foi o primeiro a aderir o Facebook, em junho de 2011. Tal rede de relacionamento correspondeu ao principal espaço de comunicação do movimento com seu público durante os atos de junho de 2013.

Maior parcela de seus posts esteve associada à mobilização da população para seus atos, relatos de sua atuação ou presença nas ruas, assim como de elementos intrínsecos a organização do movimento. Independente do volume e intencionalidade do post, eles possuíam algo comum: a combinação de textos com imagens, vídeos e links. Nas imagens haviam mensagens de ordem ou de apelo frente à truculência da atuação da polícia nas ruas. Os textos carregam histórico de lutas, posicionamentos, esclarecimentos, estratégias e indignação.

Dentre a importância do Facebook, deve-se citar a sua potencialidade em proporcionar autonarrativas de lutas, como ocorreu com o PLSP. Além disso, é enorme capacidade de acumular história, no sentido de que seus posts, comentários, imagens, links e vídeos narraram um lado da história.

No que tange ao volume de publicações realizadas na página, pode-se detectar que seu volume estava associado a confrontos do movimento com seu opositor, como exemplo mais marcante a presença de picos de postagens relacionados à repressão policial. Na medida que haviam ameaças ao movimento, o volume de posts subia.

Nesse sentido que foi central o dia 13 de junho para o movimento. Que correspondeu o dia mais ativo do MPL-SP nas redes, que ocorreu em detrimento do grande volume de postagens de relatos de violência policial. Elas atingiram a “audiência” nacional, repercutindo na mudança de narrativas da mídia e estabelecimento de diálogos com o poder público.

Quanto às redes de relacionamento, percebeu-se o engajamento do MPL-SP com partidos políticos e movimentos de esquerda, como PSOL e MTST, assim como articulações com movimentos locais, pretéritas a junho, que foram fundamentais na atuação nas ruas e nas redes. Pode-se citar Matilha Cultural, Fanfarra do M.A.L, Periferia Ativa, Comitê Popular da Copa SP, SOS M' Boi Mirim, dentre outros.

A atuação do PLSP, durante os protestos, não gerou campanhas específicas no Facebook, mas sim no Twitter. Fato curioso é que o PLSP não tinha no momento conta no

Twitter, este apenas feito em 17 de janeiro de 2015. Porém, foi o PLSP quem delegou a hashtag a ser utilizada no microblog, capaz de indexar conteúdos sobre seus atos, assim como ser um ponto de comunicação entre os militantes.

Bibliografia

- ALCÂNTARA, Livia M.. **Ciberativismo: mapeando discussões. In 37º Encontro Anual da ANPOCS.** Anais eletrônico. Caxambu: 2013. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8679&Itemid=459>. Acesso: 31 de maio. 2016.
- ALONSO, Angela. 2012. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.** Sociologia & Antropologia, v.02, n.03, p. 21-41.
- _____. **As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate.** Revista Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- BARABÁSI, Albert L.. **Linked: a nova ciência dos networks.** São Paulo: Leopardo, 2002.
- CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da Análise de Redes Sociais às Teorias de Movimentos Sociais.** Revista Sociologia Política. Curitiba, V. 19, nº39, p.153-166, junho. 2011.
- _____. **Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos.** Tese de Doutorado (Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, 2012
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 1º ed., 2013.
- _____. **Comunicacion y Poder.** Madrid: Alianza, 2009.
- CENTRO DE MIDIA INDEPENDENTE. **Aprovação e revolução: a conquista do Passe Livre em Florianópolis.** CMI BRASIL. 2004. Disponível em:<<https://midiaindependente.org/pt/red/2004/11/293675.shtml>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2017.
- CENTRO DE MIDIA INDEPENDENTE. **Passe livre para toda juventude, estudantes e desempregados.** CMI BRASIL. 2004. Disponível em:<<https://midiaindependente.org/pt/red/2004/06/284539.shtml>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2017.
- CENTRO DE MIDIA INDEPENDENTE. **Frente de Luta Contra o Aumento realiza ato em São Paulo.** CMI, Brasil, 2006. Disponível em:<<https://midiaindependente.org/pt/blue/2006/11/366505.shtml>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2017.
- CENTRO DE MIDIA INDEPENDENTE. **Manifestação contra o aumento na região sudoeste.** CMI, Brasil, 2006. Disponível em:<<https://midiaindependente.org/pt/red/2006/11/367174.shtml>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2017.
- CENTRO DE MIDIA INDEPENDENTE. **Frente realiza grande ato e convoca outro para hoje.** CMI, Brasil, 2006. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/12/367497.shtml>>. Acesso em: 10 de fevereiro 2017.
- CRUZ, Carolina; CUNHA, Leonardo A.. **Sobre os 5 anos das Revoltas da Catraca.** Revolta da Catraca, 2009. Disponível em:<https://revoltadacatraca.wordpress.com/about/#_ftn1>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.
- D'ANDREA, Carlos F. B.; ALCANTARA, Livia M.. **Movimentos Sociais na Web 2.0: a experiência da ocupação Dandara.** Revista de C. Humanas, Vol. 9, Nº2, p. 291-301, jul./dez, 2009.
- HADDAB, Fernando. Assimetria em favor da união desequilibra federação. **Valor Econômico.**

São Paulo: 2012. Entrevista concedida a Cristiane Agostine e Raphael Di Cunto. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/eleicoes2012/2887412/assimetria-em-favor-da-uniao-desequilibra-federacao-diz-haddad>>. Acesso em: 21 de maio de 2016).

HARVEY, D; MARICATO, E; et al. *Cidades rebeldes*, São Paulo, Boitempo, 2013.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. 2010. **Organizações, coalizões e movimentos**. Revista Brasileira de Ciência Política, 3, p. 219-250.

DINIZ, Iara G. F.; CALEIRO, Maurício. **Web 2.0 e o Ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais**. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; ORTELLADO, P.; POMAR, M.. **Vinte Centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta. 2013.

LEMONS, A. **CIBER-CULTURA-REMIX**. In Seminário “Sentidos e Processos” dentro da mostra “Cinético Digital”. São Paulo, Itaú Cultural, ago. 2005. Disponível em: Acesso em: 31 maio. 2016.

MAIA, Michelle; SOUZA, Ana Kalina A.. **A cibercultura e os Movimentos Sociais**. Revista Inter-legere. Natal: 2014.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **@internet e #rua: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para Mapear o Confronto Político**. Revista Lua Nova, São Paulo, 2009.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles; Juan Quesada (trad.), Pedro Ibarra Güell (pr.), Salvador Martí i Puig (pr.). **Dinámica de la Contienda Política**. España: Hacer editorial, 2005.

PEREIRA, Marcus Abílio. **Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital**. Teoria & Sociedade, n. 18, 2, jul-dez., 2010, p. 10-33.

PRIMO, Alex. **A internet em rede**. Porto Alegre: sulina, 2013.

PROFETA, D.; ZULUAGA, J.; DÍASZ, H. E.; HONDURAS, C.; BERTE, M. L.. **Nueva Sociedad en la Web 2.0: selección de entradas del blog Nuso**. Revista Nueva Sociedad,, nº 235, Quito: 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RODRIGUES, Abiglacy; SINVAL, Julianna F.. **Ciberativismo: a extensão da militância no espaço virtual**. In XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação –Recife, PE. Anais eletrônicos. Recife: 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1016-1.pdf>>. Acesso em: 31 Maio.2016.

SILVEIRA, Sérgio A. **Ciberativismo , Cultura Hacker e o Individualismo colaborativo**. REVISTA USP, São Paulo, n.86, p. 28-39, junho/agosto 2010.

TARROW, Sidney. 2009 [1998]. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto Político**. Petrópolis: Editora Vozes.

TORRE, Javier. **Tecnopolítica Y 15M: La Potencia de las multitudes conectadas**. Barcelona: UOC Ediciones, 2015.

WARREN-SCHERER, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. In: Sociedade e Estado, Brasília, 2006, v. 21, n.1, p. 109-130, jan. /abr.

SNOW, D. et al. **Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation**. American Sociological Review, Vol. 51, n. 4 p. 464-81, Aug. 1986.

SNOW, D.; BENFORD; R.. **Ideology, framing resonance and participant mobilization**. Int. Soc. Mov. Res, 1: 197-218, 1988.

SNOW, D.; BENFORD; R.. **Master frames and cycles of protest**. In MORRIS, A.; MULLER, C. (eds). Frontiers in social movement theory. New Haven London: Yale University Press, 1992.

SNOW, D.; BENFORD; R.. **Framing processes and social movements: an overview and assessment**. Annual Review of Sociology, n. 26, 2000.

GAMSON, William.A.. **Talking Politics**. New York: Cambridge University Press, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper Colophon, 1974.